Yuri Mello Mesquita

Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973.

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
Junho de 2013

Yuri Mello Mesquita

Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Historia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora:Profa. Dra. Regina Horta Duarte

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

Data da Defesa: 13/09/2013

981.511
M582j
2013

Mesquita, Yuri

Jardim de asfalto [manuscrito] : água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973 / Yuri Mesquita. - 2013.

177 f. : il.

Orientadora: Regina Duarte.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.

1. Belo Horizonte (MG) – História – Teses . 2. Políticas públicas - Teses. 3. Canos e canalização – História - Teses. 4. Meio ambiente - Teses . I. Duarte, Regina Horta, 1963- . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida pelo aluno **Yuri Mello Mesquita, intitulada:** Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973, no dia 13 de setembro de 2013 e **aprovada**, pela banca examinadora constituída pelos professores:

Profa. Dra. **Regina Horta Duarte** - Orientadora
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. **Regina Helena Alves da Silva**
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. **Maria do Carmo Alvarenga de Andrade Gomes**
Fundação João Pinheiro

Para Sarah, pela presença constante, os comentários, a revisão, o apoio irrestrito e por toda força que tem me dado em todas as ocasiões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora e amiga Regina Horta Duarte. Já são mais de sete anos de trabalho em conjunto que continuará daqui para frente.

Ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e à Hemeroteca Histórica da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e a todos seus funcionários pelo excelente atendimento e na sugestão de fontes.

Ao Programa de Pós Graduação de História da UFMG, seus funcionários, professores e colegas.

Para meus pais e meu avô Augusto, sem eles nada disso seria possível.

Para Regina Helena Alves Silva, que me mostrou como é prazeroso trabalhar com a história das cidades e para Luiz Henrique Assis Garcia, o Balu, com quem tive longas conversas sobre desastres urbanos e enchentes.

Para Maria do Carmo Gomes que sempre me ajudou desde o início desse trabalho.

Para meus colegas do APCBH em especial para Vilma Camelo Sebe e Leandro Araújo Nunes, companheiros para todas as ocasiões.

Para meus colegas da Fundação Municipal de Cultura.

Para Maria Ferraz que me ajudou na pesquisa e Rute Torres pela enorme ajuda na padronização.

Para Michelle Torre, obrigado pelo companheirismo e pelas dicas de dissertações.

Para Carolina Capanema, pela força nas horas boas e ruins, pela amizade e pela troca de experiências de pesquisa e de redação que me ajudaram muito a escrever esse trabalho.

E, finalmente, para os voluntários do programa "Cestas da Memória" do APCBH, em especial para Newton Vianna, Dalmo Vianna e Luiz de Souza, que me contaram com muito gosto suas histórias como servidores públicos do município de Belo Horizonte.

RESUMO

Esta dissertação analisa as políticas públicas de saneamento básico de Belo Horizonte, entre 1948-1973, com foco na canalização dos rios da capital mineira e na política de distribuição de água da cidade. A hipótese central defende que as iniciativas de canalização total dos cursos d'água de Belo Horizonte nesses anos relacionaram-se diretamente à concepção política desenvolvimentista na qual carros e asfalto foram protagonistas. A pesquisa em fontes diversas, como jornais, relatórios de prefeitos, fotografias, entre outros, evidenciou como o caso de Belo Horizonte oferece oportunidade exemplar para discutir as relações entre política, cidade, sociedade e natureza no contexto mais amplo de desenvolvimentismo, metropolização e vida política no Brasil.

Palavras chave: Belo Horizonte – Políticas Publicas – Canalização – História Ambiental Urbana – História das Cidades

ABSTRACT

This dissertation analyses the sanitary system public policies of Belo Horizonte, between 1948 – 1973, focusing on the channelization of Minas Gerais state capital rivers and on its water distribution system. The main hypothesis stands that the initiatives of coverage of the watercourses of Belo Horizonte in this period were directly related to the development policy in which cars and asphalt were protagonists. The research on diverse sources, like newspapers, municipality reports, photographs among others, showed how the case of Belo Horizonte offers a unique opportunity to discuss the relations between politics, city, society and nature in a wider context of development policies, metropolization and political life in Brazil.

Key Words: Belo Horizonte – Channelization – Urban Environmental history – Urban History

SIGLAS INDICATIVAS

Prefeitura de Belo Horizonte – PBH
Departamento de água e esgotos – DAE
Departamento municipal de água e esgotos (autarquia criada em 1965) – DEMAE
Departamento de Estradas e Rodagens – DER
Região metropolitana de Belo Horizonte – RMBH
Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS
Cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, sem a capital – RRMBH
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH
Banco Interamericano de desenvolvimento – BID

Jornais de Belo Horizonte consultados (1948 – 1973) na Hemeroteca Histórica da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e siglas indicativas:

Diário de Minas – DM
Estado de Minas – EM
Diário do Comércio – DC
Jornal de Minas – JM

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Rompimento da Barragem da Pampulha. APCBH/AC00000001EV01 (APCBH)

Imagem 02 - APCBH/AC00000001EV04 (APCBH)

Imagem 03 – Charge sobre falta de água publicada no Diário de Minas, domingo 20/03/1955 (Hemeroteca Histórica)

Imagem 04 – Charge sobre falta de água publicada no Diário de Minas, sábado 07/12/1957 (Hemeroteca Histórica)

Imagem 05 – Charge sobre falta de água publicada no Diário de Minas, terça 10/12/1955 (Hemeroteca Histórica)

Imagem 06 - Adutora do Rio das Velhas, obras, 24/04/1960. (APCBH)

Imagem 07 - Adutora do Rio das Velhas, obras, 24/04/1960. (APCBH)

Imagem 08 - Festival da criança no Parque Municipal, 26/06/1960. (APCBH)

Imagem 09 - Recomposição do asfalto da Avenida Pedro II. 04/1961. (APCBH)

Imagem 10 - Asfaltamento na Rua Grão Mogol – 25/06/1960. (APCBH)

Imagem 11 - Rio Arrudas, 25/06/1960. (APCBH)

Imagem 12: Canalização do Acaba Mundo, Rua Professor Moraes. 05/1963. (APCBH)

Imagem 13 - Canalização do Acaba Mundo, Rua Professor Moraes. 05/1963. (APCBH)

Imagem 14 - Água para as favelas, dezembro de 1963. (APCBH)

Imagem 15 - Caminhão pipa em favela, dezembro de 1963. (APCBH)

Imagem 16 - Água para as favelas, dezembro de 1963. (APCBH)

Imagem 17 - Esgoto a céu aberto na Vila Santo André, em Belo Horizonte, 1963. (APCBH)

Imagem 18 - Lixo jogado na beirada do ribeirão Arrudas na Avenida Teresa Cristina. 24 de Maio de 1966. (APCBH)

Imagem 19 - Moradias improvisadas na beirada do Rio Arrudas, 07/12/1965. (APCBH)

Imagem 20 - Desfavelamento para canalização na beirada do Rio Arrudas, 24/05/1966. (APCBH)

Imagem 21: Canalização do córrego do Acaba Mundo. Rua Professor Moraes, 1964-1965. (APCBH)

Imagem 22 - Prefeito Oswaldo Pieruccetti (4º da esquerda para direita, à frente) caminha no asfalto onde antes havia o córrego do Acaba Mundo na Rua Professor Moraes. (APCBH)

Imagem 23 - Propaganda da Sudecap sobre a canalização do Acaba Mundo na Avenida Uruguai publicada no Diário de Minas, domingo e segunda-feira, 1-2/07/1973. (APCBH)

Imagem 24 - Inauguração da obra de canalização do Acaba Mundo e construção de novo asfalto na Avenida Uruguai. 1º de Julho de 1973. (APCBH)

Imagem 25 - Membros do DNOS, DEMAE, PBH e da CMBH visitam obra da Adutora do Rio das Velhas em setembro de 1965. (APCBH)

Imagem 26 e 27 - Tubos para o novo sistema de abastecimento, comprados com verba do BID, expostos na porta da PBH, Avenida Afonso Pena, 1212. Agosto de 1968 (APCBH)

Imagem 28 - "Campanha de limpeza", administração Oswaldo Pieruccetti, Outubro de 1972. (APCBH)

Imagem 29 - Prefeito Oswaldo Pieruccetti abre hidrante na inauguração da Adutora do Rio das Velhas em junho de 1973. (APCBH)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS....6
RESUMO....7
ABSTRACT....7
SIGLAS INDICATIVAS....8
LISTA DE IMAGENS....9
INTRODUÇÃO....12
1. ENTRE PROJETOS E REALIZAÇÕES: OS RIOS NO ALVORECER DA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS....19
1.1 - A nova capital de Minas....21
1.2 – Conclusão....38
2. REPENSAR BELO HORIZONTE: METROPOLIZAÇÃO, TRÂNSITO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SANEAMENTO BÁSICO, 1948 -1954....41
2.1 – A Cepal e a sistematização para o desenvolvimento....47
2.3 – A gestão Américo Rennê Giannetti: reflexão sobre a administração pública para planejar a cidade moderna....59
3. ÁGUA PARA GOVERNAR, ÁGUA PARA SE ELEGER: AS POLÍTICAS DE SANEAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO NAS GESTÕES DE CELSO MELLO DE AZEVEDO, AMINTAS DE BARROS E JORGE CARONE FILHO. (1955-1965) 70
3.1 - A gestão Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959) Racionalização da gestão pública, impulso para o desenvolvimento e o início do projeto da Adutora do Rio das Velhas. 84
3.2 - A gestão de Amintas de Barros (1959-1963): governança da água e escalada do populismo. 97
3.3 - Água para as Favelas: a gestão de Jorge Carone Filho (1963 – 1965) e o auge do populismo nas políticas de distribuição de água....108
4. JARDIM DE ASFALTO: CANALIZAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO, DESENVOLVIMENTISMO E MEIO AMBIENTE EM BELO HORIZONTE, 1965-1973....118
4.1 - Os rios da cidade na gestão Oswaldo Pieruccetti....122
4.2 - O Projeto “Nova BH 66”....140
4.3 - O colapso do sistema sanitário em Belo Horizonte....145
4.4 - A interminável questão da água....152
CONCLUSÃO....163
FONTES....167
Fontes Orais:....170
Referências Bibliográficas:....171

INTRODUÇÃO

No reveillon de 1994 para 1995, fortes chuvas caíram em toda Belo Horizonte. Vários pontos da cidade foram alagados, algumas ruas foram cobertas por fortes enxurradas que carregaram carros, bancas de jornal, barracas de camelô e muita sujeira. No meio desse caos, já habitual nos períodos de chuva na capital mineira, um adolescente de dezesseis anos foi levado pelo enxurro no Parque Juscelino Kubitschek, no bairro Mangabeiras. Os bombeiros realizaram buscas na região, porém não obtiveram sucesso e o rapaz foi dado como desaparecido. Na manhã do primeiro dia de 1995, quando se tinha poucas esperanças de localizá-lo vivo, o jovem foi encontrado debaixo de uma boca de lobo, cerca de quatro quilômetros de distância de onde havia desaparecido. [1] Ninguém compreendeu o fato, inclusive o autor desse trabalho que assistiu ao noticiário incrédulo. As reportagens explicaram que havia uma galeria que passava debaixo de grandes ruas e avenidas, como a Uruguai, a Nossa Senhora do Carmo, a Professor Moraes e a Avenida Afonso Pena. Todavia quase não se explicou o porquê da existência desse trajeto subterrâneo, também chamado de esgoto e vala pelos jornalistas. Poucos sabem, ou se esqueceram, de que ali passava um rio. Portanto, foram raras as referências ao extinto Córrego do Acaba Mundo, reduzido a uma galeria subterrânea coberta por vias de tráfego de veículos intenso. Esse foi o mesmo destino de vários outros córregos da cidade, que foram marginalizados da vida urbana, dando lugar ao asfalto. [2]

Belo Horizonte, cidade projetada no fim do século XIX para ser a capital de Minas Gerais, foi planejada com pouca consideração da topografia e da hidrografia da região em que foi construída. O traçado irregular dos rios não era compatível com as ruas retilíneas pretendidas pelos projetistas da urbe. Devido a essa concepção urbana, os cursos d'água sofreram a primeira intervenção e foram "canalizados" para acompanhar o trajeto das ruas. O esgoto também era despejado nos córregos sem qualquer tipo de tratamento. Conforme a cidade crescia, o volume dos dejetos também aumentava,

[1] Pelo que me recordo, o resgate aconteceu na Rua Professor Moraes, no Bairro Funcionários. Todavia, não encontrei nenhum documento que corroborasse minha lembrança. A única reportagem localizada na internet dá conta de que o resgate aconteceu a cerca de cinco quilômetros da localidade de onde o rapaz foi tragado pela enxurrada.

[2] No arquivo digital do MGTV é possível ver uma das reportagens sobre o fato com o título: "Resgate de Adolescente em rede de esgoto" http://g1.globo.com/videos/minas-gerais/mgtv-2edicao/t/edicoes/v/mgtv-30-anos-relembre-o-resgate-de-adolescente-em-enxurrada-em-belo-horizonte-em-1995/2368170/. Acessado pela última vez no domingo, 9 de junho de 2013.

poluindo cada vez mais as águas da bacia do Rio Arrudas e do Ribeirão Onça. Por meio desse processo, os córregos da cidade viraram locais de despejo de lixo, indesejados e sujos. As inundações também contribuíram para a sua rejeição pelos habitantes. Devido a esse cenário, as obras de canalização foram percebidas como a grande solução desses problemas e também serviriam, nos anos 1960 e 1970, para outro propósito, a ampliação do asfalto para a melhoria do fluxo de automóveis.

Entre 1948 e 1973 a canalização tornou-se o espelho do progresso para os políticos da capital, além de ser considerada obra de embelezamento, pois na concepção urbanística adotada pelos administradores de Belo Horizonte a partir dos anos 1960 o asfalto, além de ser mais útil, era mais bonito. A pavimentação também possibilitaria o plantio de árvores e flores nos canteiros recém-inaugurados dentro da máxima de fazer Belo Horizonte voltar a ser a "Cidade Jardim", só que nesse jardim de asfalto não havia água. [3]

A distribuição de água era deficitária desde os primeiros anos da capital, mas a escassez do líquido aumentou muito a partir dos anos 1940, com o aumento da industrialização, da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do desmatamento das florestas em Minas Gerais[4]. O cenário agravou-se ainda mais com o crescimento desordenado da capital mineira, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, o que provocou uma crise urbana sem precedentes. A água da cidade, além de pouca, era poluída com dejetos industriais, principalmente das mineradoras. Esse quadro provocou um surto de doenças gastrointestinais, principalmente nos verões. A gastroenterite, por exemplo, foi a maior causa de mortalidade infantil no período aqui estudado. Por todos esses motivos, a questão do abastecimento de água teve enorme relevância no contexto político da capital mineira, foi presença constante nos documentos oficiais e nos periódicos, além de gerar diversos debates acalorados e servir como instrumento de barganha política.

[3] Essa concepção pode ser comprovada nos relatórios de prefeitos de todo o período, com mais contundência nos relatórios de 1966, 1967, 1972 e 1973 do prefeito Oswaldo Pieruccetti e nos relatórios de 1968, 1969 e 1970, do prefeito Luís Gonzaga de Sousa Lima. Além dos relatórios, várias entrevistas de prefeitos e secretários de Belo Horizonte, além de projetos, como o "Nova BH 66" e o "Nossa BH".

[4] O desmatamento das florestas, principalmente das matas ciliares, provocou a diminuição da vazão dos rios, devido ao aumento da temperatura e a maior incidência de sol no leito d'água, e o aumento do assoreamento devido as enxurradas de lama. Sobre o desmatamento nos arredores de Belo Horizonte, ver: DUARTE, Regina Horta. "À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte". *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 2, p. 25-44, jul.-dez. 2007; DUARTE, R. H.; OSTOS, N. S. "Entre ipês e eucaliptos". *Nómades*. Bogotá, n. 22, p. 74-85, abril 2005.

Este estudo tem como ponto de partida o ano de 1948, início da segunda gestão de Octacílio Negrão de Lima, prefeito pela primeira vez entre 1935 e 1938, nomeado por Benedito Valadares, interventor federal no Estado de Minas Gerais. Sua segunda gestão teve um valor simbólico muito importante, pois, nessa ocasião, Negrão de Lima assumiu a prefeitura no dia 12 de dezembro de 1947 como o primeiro prefeito eleito por voto popular da história de Belo Horizonte em uma época de profundas mudanças, tanto na fisionomia da capital de Minas, que crescia de forma rápida e caótica provocando o surgimento de vários problemas enquanto outros, já existentes, se agravaram; quanto nas práticas políticas da administração pública.

A gestão de Octacílio Negrão de Lima marcou o início efetivo do intervalo democrático de 1945-1964 na capital mineira. Foi o primeiro prefeito a ter que lidar com seus eleitores diretos. Outro diferencial pós 1945 foi a criação, em Belo Horizonte, de diversos comitês Pró-Melhoramento, principalmente nos bairros de periferia. Essas foram importantes ferramentas para a reivindicação de melhorias nas vilas e favelas e muitos desses comitês conseguiram eleger vereadores que poderiam se tornar importante oposição ao prefeito, aumentando a importância eleitoral das regiões menos favorecidas de Belo Horizonte. Após 1945, as cobranças se tornariam maiores e mais visíveis, principalmente por meio de alguns jornais da cidade, mais críticos à administração pública, aumentando a necessidade de o prefeito vir a público e apresentar novas soluções para os graves problemas do município.

A partir dessa época, ficou evidente o fortalecimento dos discursos desenvolvimentistas no cenário político municipal e ainda a influência da sistematização empírica da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) nesses discursos. Os prefeitos da cidade no limiar das décadas de 40 e 50 sistematizaram os motivos do atraso de Belo Horizonte, assim como a CEPAL fizera com a América Latina, e pediram uma maior intervenção estadual e federal nas políticas desenvolvimentistas regionais, levantando assim uma das principais bandeiras cepalinas, a de intervenção estatal como condição para o desenvolvimento. Por ter dado suporte a vários projetos político-econômicos, além de contribuir para a criação de vários órgãos de desenvolvimento em todo o Brasil, a criação da CEPAL, em fevereiro de 1948, foi outro motivo pela escolha desse ano como marco inicial do projeto.

O marco temporal que fecha o trabalho corresponde à inauguração da Adutora do Rio das Velhas, em 1973, que garantiu água para o município nas regiões onde havia rede de distribuição do líquido. A obra foi uma das mais simbólicas e conturbadas da

história política de Belo Horizonte, iniciada na gestão Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959) e finalizada somente na segunda passagem de Oswaldo Pieruccetti como prefeito de Belo Horizonte (1971-1975).

A Adutora do Rio das Velhas contou, durante toda sua conturbada trajetória, com o financiamento de órgãos do governo do Estado, do município, de bancos mineiros e de órgãos de desenvolvimento nacionais e internacionais. O empreendimento, além de ter prometido a solução para um dos principais problemas de Belo Horizonte, é paradigmática para a análise dos bastidores da política belo-horizontina no período proposto. A "obra do século" foi vendida como uma redenção para os belo-horizontinos que, impacientes com a demora, alcunharam o empreendimento de "a obra dos cem anos".

O período aqui proposto poderia ser bem mais amplo já que discussões relacionadas ao tema do projeto podem ser percebidas desde a fundação da cidade até hoje. Apesar de o recorte se estender entre 1948 e 1973, será necessário analisar o processo de escolha de Belo horizonte como a nova capital mineira e a forma que foi planejada a distribuição de água e a coleta do esgoto para assim entender melhor os graves problemas sanitários da cidade no período aqui estudado. Esse recuo do recorte temporal demonstra também que o desaparecimento dos córregos na paisagem urbana de Belo Horizonte não se deu de forma linear e passou por momentos diferentes. Antes havia a canalização a céu aberto, que pretendia domesticar o fluxo das águas, mas mantinha sua presença no cenário urbano. Posteriormente houve a iniciativa do fechamento dos canais e o desaparecimento dos rios, por meio do asfalto, visando à ampliação das áreas destinadas aos transportes automobilísticos.

Para a realização do trabalho, foram levantados documentos de variados suportes. A abundância de fontes oficiais produzidas pela Prefeitura de Belo Horizonte relacionadas à canalização e a distribuição de água, além do enorme volume de reportagens de jornais relacionadas às questões sanitárias do período aqui estudado, evidenciam a relevância do tema trabalhado no projeto. O trabalho tem como foco os atos do poder público e, por isso, utilizou-se constantemente de documentos produzidos pela municipalidade. Os jornais foram usados como contraponto a essa documentação oficial, pois permitiram a análise das práticas sociais urbanas, pouco perceptíveis nos discursos do poder público municipal.

Apesar da importância do assunto, pouco foi produzido na área de história sobre as questões que se referem às políticas sanitárias na cidade. Ao se analisar a

historiografia sobre a capital de minas, percebe-se um claro desequilíbrio entre as primeiras décadas do século XX e o período pós Juscelino Kubitschek prefeito (1940-1945). Os movimentos urbanos de Belo Horizonte, os deslocamentos dos citadinos, os problemas de transporte e de infraestrutura, os pontos de encontro e sociabilidade como os cafés, praças, bordeis, cinemas, edifícios públicos, a vida econômica, política e artística já foram largamente estudados no período anterior a 1945. Entretanto, produziu-se pouca reflexão historiográfica sobre a cidade no pós-guerra, justamente quando Belo Horizonte se metropolizou e adquiriu características e contornos ainda hoje definidores da sua conformação social e espacial.

Esta dissertação propõe fazer suas reflexões a partir da História Ambiental que analisa as ideias e percepções que orientam as relações dos seres humanos com a natureza. Os historiadores da História Ambiental procuram entender o conceito de natureza através da significação que as sociedades deram a ela e vice versa. Não podemos pensar em uma natureza única, soberana e imutável, ela é sempre a nossa visão do mundo natural e é constituída através das interações humanas. A concepção da natureza é sempre uma forma de conhecimento social. As fronteiras entre o natural e o artificial encontram-se problematizadas e torna-se possível ver a ação humana em ambientes considerados como "naturais" ou "intocados". O inverso também é plausível, assim podemos enxergar a natureza em objetos e paisagens criados pelo homem. [5]

Vários historiadores que trabalham com a História Ambiental Urbana procuram entender os significados sociais, culturais e políticos de elementos considerados como naturais dentro do ambiente urbano. A forma como os políticos de uma urbe, assim como seus habitantes, se relacionam com esses elementos é muito importante para compreender a história das cidades e da urbanização em todo o mundo. Os citadinos convivem diariamente com os rios, com o lixo que produzem, com a fauna que se adaptou à vida nas cidades, com árvores das praças, parques e ruas que transitam diariamente. Isso mostra como os estudos relacionados à História Ambiental não devem

[5] CRONON, William (org). *Uncommon Ground – rethinking the human place in nature*. New York: W.W. Norton & Company, 1996; WOSTER, Donald. *The Ends of the earth : perspectives on modern environmental history*. Cambridge : Cambridge University Press, 1988; MELOSI, Martin V. *Effluent América: Cities, Industry, Energy, and the Environment*, Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2001; THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

restringir apenas às áreas de conservação, matas, campos e florestas facilmente reconhecidos como ambientes naturais.

A dissertação foi organizada em quatro capítulos. O capítulo 1, *Entre projetos e realizações: os rios no alvorecer da Nova Capital de Minas Gerais*, tem como objetivo entender a implementação do serviço de saneamento básico no município. Os primeiros anos de Belo Horizonte serão analisados nesse capítulo por meio da comparação entre os projetos sanitários da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), que contemplavam o tratamento dos esgotos antes de despejá-los nos rios, com o que foi realmente construído. Esse exercício evidencia que existe grande distância entre os projetos e as realizações, haja vista o exemplo dos esgotos que foram despejados diretamente nos córregos, sem tratamento prévio, ao contrário dos projetos iniciais que previam sua purificação.

O capítulo 2, *Repensar Belo Horizonte: metropolização, trânsito, administração pública e saneamento básico, 1948 -1954*, discute as gestões dos dois primeiros prefeitos democraticamente eleitos de Belo Horizonte, Octacílio Negrão de Lima (1948-1951) e Américo Rennê Giannetti (1951-1954). Esses gestores encararam o desafio de reformular a administração pública na capital mineira num contexto conturbado, quando a cidade estava em processo de crescimento acelerado, com todos os serviços urbanos defasados ou até inexistentes em algumas regiões. O esgoto era despejado sem tratamento nos córregos da capital; faltava água e o serviço de limpeza urbana não suportava a demanda, provocando o acúmulo de pilhas de lixo nas calçadas. A cada chuva mais forte vinham as enchentes e, depois que a água recuava, as ruas eram tomadas por uma lama suja e fétida. Após secar, os buracos deixavam a marca das cheias, tornando as vias públicas intransitáveis e piorando o trânsito cada vez mais caótico da capital. Nesse capítulo vários problemas urbanos serão analisados, tendo a questão sanitária como eixo. Algumas dessas mazelas já faziam parte do cotidiano belo-horizontino, mas outros, como o trânsito, eram novidade na capital mineira e a Prefeitura não possuía *know-how*, nem recursos, para a solução dessas questões. Por isso, projetos que tentaram repensar toda a administração pública foram traçados.

O Capítulo 3, *Água para governar, água para se eleger: As políticas de saneamento e de desenvolvimento urbano nas gestões de Celso Mello de Azevedo, Amintas de Barros e Jorge Carone Filho. (1955-1965)*, analisará a municipalidade a partir da administração de Celso Mello de Azevedo (1955-1959), quando as obras de saneamento tiveram uma importância ainda maior no cenário político da cidade. As

mesmas ganharam mais espaço nos relatórios e discursos oficiais servindo ainda como um instrumento para obtenção de votos. O prefeito Amintas de Barros (1959-1963), por exemplo, recusou-se a transformar o DAE (Departamento de Águas e Esgotos) em uma autarquia, pré-requisito do BID para concessão de empréstimos na área de saneamento, pois com isso perderia o controle da gestão da água no município, para ele a maior fonte de votos para se eleger como deputado. [6] Apesar disso, nesse período foi constatado aumento do déficit na distribuição de água em Belo Horizonte, provocado pelo rápido crescimento da população da cidade e pela precária infraestrutura de saneamento no município. A solução definitiva da falta d'água na capital de Minas Gerais tornou-se uma obsessão dos políticos e dos cidadãos belo-horizontinos e, por isso, a análise das políticas de distribuição de água serão protagonistas desse capítulo.

No capítulo 4, *Jardim de asfalto: canalização, saneamento básico, desenvolvimentismo e meio ambiente em Belo Horizonte, 1965 – 1973*, a hipótese central do projeto, a de que o ocultamento definitivo dos córregos de Belo Horizonte estaria mais relacionado a um projeto político, apoiado em um modelo desenvolvimentista que teve no automóvel e no asfalto os grandes empreendedores desse progresso, fica mais evidente. As canalizações tornaram-se prioridades nas gestões de Oswaldo Pieruccetti e Sousa Lima, mas tiveram aqui um diferencial. Na década de 1960, principalmente após o golpe militar de 1964 e a fundação do DEMAE em 1965, esse tipo de obra foi propagandeada como obra de desenvolvimento e de ampliação da camada de asfalto, que passou a ser visto como um elemento embelezador da paisagem urbana.

[6] VIANNA, Newton; VIANNA, Dalmo. Entrevista durante o Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 5 jun. 2009. Entrevista concedia a Yuri Mello Mesquita.

1. ENTRE PROJETOS E REALIZAÇÕES: OS RIOS NO ALVORECER DA NOVA CAPITAL DE MINAS GERAIS

A região do Curral d'El Rey, que abrigaria a Nova Capital de Minas no final do século XIX, era banhada por vários córregos e ribeirões afluentes do rio Arrudas que, por sua vez, é o maior afluente em extensão da Bacia do Rio São Francisco. A presença de vários rios de água potável foi um dos principais argumentos para a escolha da região para a construção da capital. Eles serviriam para o abastecimento de água, controle da umidade do ar, além de contribuir, junto com a vegetação local e a Serra do Curral, para a manutenção de uma temperatura estável e amena. Acreditava-se também que eles seriam capazes de receber os dejetos produzidos pela cidade, mesmo sem tratamento prévio. Isso mostra que os mesmos córregos indesejados e canalizados nos anos 1960 e 1970 e esquecidos nas décadas seguintes, foram protagonistas nos relatórios técnicos e nas discussões políticas para a escolha da região emoldurada pela Serra do Curral para abrigar a nova capital.

Apesar de esses eventos serem anteriores ao recorte temporal dessa dissertação, o entendimento básico da forma como esse sítio foi escolhido e de como foi planejada a rede de água e esgotos de Belo Horizonte é fundamental para compreendermos os problemas relacionados ao saneamento básico e à poluição dos rios da cidade no período proposto na pesquisa. Não se deseja fazer uma "busca das origens" da péssima condição sanitária de Belo Horizonte no período 1950-1970, mas sim entender melhor como foi implementado o serviço de saneamento básico no município, antes das grandes obras de canalização e distribuição de água dos anos 1950-1960, e se esse processo teria contribuído para a "marginalização" dos córregos na vida urbana da capital mineira.

Não serão esmiuçadas aqui todas as discussões técnico-políticas que nortearam a escolha da região do Curral d'El Rey e a construção de Belo Horizonte, nem fazer uma descrição muito detalhada desses eventos. O objetivo maior é tentar perceber os sentidos atribuídos aos rios da cidade nesse período, tentando ainda captar como os engenheiros do final do XIX percebiam esse elemento natural no alvorecer da República e nas discussões acerca da escolha e da construção da nova capital de Minas Gerais.

Martin Melosi argumenta que o planejamento das redes sanitárias nas cidades de todo o continente americano no século XIX foram influenciadas por tendências

europeias, mas os projetos foram originais e responderam às necessidades e especificidades de cada local, sendo, portanto, projetos "americanos". Melosi destaca ainda que após a implementação do sistema de água e esgoto nessas cidades, qualquer alteração se torna muito difícil e dispendiosa. Em alguns casos, isso seria quase impossível, devido à necessidade de remoção de moradores de áreas tradicionais, à paralisação e quebra de grandes vias públicas e à interrupção temporária desses serviços. Isso ajudaria a explicar a difícil solução de problemas sanitários das cidades latinas após o processo de massificação e metropolização da segunda metade do século XX, principalmente quando não houve o devido planejamento de manutenção e expansão da rede. [7]

Em Belo Horizonte, após o planejamento inicial da Comissão Construtora, somente no governo de Américo Renê Giannetti (01/02/1951 - 06/09/1954) houve um plano razoável, proposto por um prefeito, [8] para a reestruturação de toda a rede sanitária do município, que reconhecia a precariedade do sistema de saneamento da cidade, com uma defasagem que se escalava exponencialmente desde os anos 1920 (apesar dos problemas existirem desde a fundação) e propunha total reestruturação da rede. [9] Esse procedimento, no entanto, passou por várias etapas e por diversos projetos que esperaram anos para serem efetivados, de modo que, entre 1950 e 1970, agravaram-se os problemas sanitários como esgotos arrebentados pelas ruas, doenças transmitidas pela água, bem como a falta e poluição desse precioso líquido.

Os primeiros anos de Belo Horizonte não serão ignorados nesse capítulo que compara os projetos sanitários da Comissão Construtora que contemplavam o tratamento dos esgotos antes de despejá-los nos rios com o que realmente foi

[7] MELOSI, Martin V. *The Sanitary City*: Environmental Services in Urban America from Colonial Times to the Present. Abridged Edition. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2008.

[8] Lincoln Continentino publicou em 1941, na Revista Mineira de Engenharia, *o Plano de Urbanização de Belo Horizonte*, focado nos subúrbios de Belo Horizonte que teriam crescido de forma desordenada e caótica. Entretanto, apenas no Plano Programa de Giannetti, do qual Continentino também fez parte, houve uma proposta oficial e sistematizada para uma revisão completa de todo o sistema sanitário do município. Sobre o Plano de Urbanização de Belo Horizonte, de 1941, ver: AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital:* formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006, p. 195-198.

[9] A insuficiência do sistema sanitário em Belo Horizonte e a defasagem de água são comentadas pelo prefeito Cristiano Machado em seu relatório de 1927, mas, apesar de reconhecer o problema, o prefeito não propõe soluções "definitivas" devido a problemas econômicos da municipalidade na época. Ao invés da construção de redes de água e esgotos em novos bairros, ele propõe a perfuração de poços artesianos e a aberturas de cisternas por serem "economicamente viáveis". PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). *Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado (outubro de 1928).* Exercício 1927-1928. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928, p. 176-177.

construído. No início da vida na capital, os rios na região do interior da Avenida do Contorno foram gradativamente "canalizados" para acompanhar o trajeto das ruas retilíneas projetadas pela Comissão Construtora. Nesse caso, os rios foram integrados ao paisagismo da capital, mas as curvas dos cursos de água, formadas através de milhares de anos, que diminuem a velocidade da correnteza e ajudam na "limpeza" natural do rio por meio da da oxigenação, foram ignoradas e os córregos foram transformados em algo reto e, teoricamente, previsível. O despejo de esgoto sem tratamento nos cursos d'água, o que ocasionou o aumento da poluição, de doenças infectocontagiosas e do mau cheiro nas regiões vizinhas aos córregos. Por causa desses fatores, os rios tornaram-se cada vez mais indesejados e foram cobertos pelo asfalto, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, assunto como veremos.

Além do início da marginalização dos córregos, tentaremos discutir ainda neste capítulo a implementação do sistema de distribuição de água de Belo Horizonte, com o objetivo de analisar se a questão da escassez desse líquido, um dos grandes eixos dessa pesquisa, era relacionada somente com o vertiginoso crescimento da cidade a partir dos anos 1930, ou se já existiam problemas com a distribuição e a qualidade da água no início da vida na capital.

1.1 - A nova capital de Minas

Os anos que se seguiram à proclamação da República foram marcados, em Minas Gerais, por instabilidades políticas, administrativas e econômicas causadas, entre outros fatores, por disputas entre ex-monarquistas e republicanos, por anseios separatistas de regiões como a Zona da Mata e o Sul de Minas, e pela falta de sintonia entre as elites políticas do Estado. Esses problemas provocaram constantes mudanças na administração de Minas Gerais, que teve cinco diferentes presidentes nomeados entre 1889 e 1891. [10] Nesse contexto de incerteza, a mobilização para a mudança da capital, desejo dos republicanos e de fortes grupos políticos do estado, perdeu um pouco de força, mas foi manifestada de forma recorrente por membros da administração pública,

[10] JORNAL DE MINAS. *BH Ano 80:* Edição Histórica sobre o 80º aniversário de BH. Belo Horizonte: JM Divisão Editorial Especial, 1977, p. 3; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos– os serviços de água e esgoto.* Belo Horizonte: SEPLAG, FJP/CEHC, 1997 [Coleção Centenário] p. 23-28. A FJP publicou cinco fascículos sobre o saneamento básico da cidade. Em 1997. Algumas referências a seguir serão feitas de acordo com os títulos dos fascículos consultados.

sempre com forte reação de grupos políticos simpáticos a Ouro Preto, que pretendiam a modernização da cidade colonial por meio de uma ampla reforma.[11]

Uma das iniciativas em prol da mudança da capital ocorreu em 23 de novembro de 1890, quando Domingos Rocha, presidente interino de Minas Gerais, encomendou ao engenheiro Herculano Pereira um estudo de várias localidades com potencial para abrigar a capital, entre elas a região do Curral d'El Rey. No relatório apresentado ao governador no dia 23 de novembro de 1890, Herculano concluiu que o sítio tinha "*águas abundantes e de excelente qualidade fornecidas por oito córregos, que nascem na Serra do Curral*". [12] Logo em seguida, o engenheiro discorreu sobre a função desses rios na futura cidade, principalmente no potencial de captação para distribuição de água. Esse estudo, um dos primeiros relatos técnicos sobre a região que abrigaria Belo Horizonte, deu grande destaque aos cursos d'água afluentes do Rio Arrudas e do Ribeirão do Onça, indicando que esses rios teriam função relevante no processo de escolha da nova capital de Minas. [13]

No governo de Augusto de Lima, iniciado em março de 1891, o movimento mudança da capital ganhou força. Isso fica evidente na mensagem enviada ao Congresso Constituinte de Minas Gerais, em 07 de abril de 1891, na qual o presidente do estado afirma que nada se impôs mais insistentemente à meditação do governo, desde a administração dos seus dois antecessores, do que a questão que tinha como objetivo "*dotar o Estado de uma nova capital, que seja um centro de atividade intelectual, industrial e financeira, ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais"*. Ouro Preto, segundo Augusto de Lima, não ofereceria essas condições, mas seria "*tão prestigiada, entretanto, de recordações que forma o mais caro patrimônio histórico do povo mineiro*". [14] A mudança da capital para a região do Curral d'El Rey chegou a ser decretada pelo governante, que pretendia integrar Minas Gerais à economia internacional, criar um centro administrativo moderno e dinâmico e refrear as tendências separatistas de regiões como a Zona da Mata e o Sul de Minas, entre outros

[11] Essa reforma foi planejada em 1890 prevendo-se o alargamento das ruas e praças, nivelamento de morros e colinas, construção de pontes sobre vales. Foi feito, inclusive, um plano de diversificação econômica para o município, como o cultivo de uvas e a produção de vinhos, mas nada disso foi efetivado.

[12] MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos.* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895, p. 45-60.

[13] VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte:* seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973. Belo Horizonte, 1997, p. 23.

[14] MINAS GERAIS. Congresso mineiro. "Mensagem do presidente Augusto de Lima". In: _____. *Anais do Senado mineiro: 1891*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997, p. 26-28.

objetivos. Contudo, devido à forte reação dos defensores de Outro Preto e de outras localidades, Augusto de Lima recuou, deixando a decisão para o Congresso Constituinte. [15]

Após uma série de debates, o Congresso mineiro aprovou, nas Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 15 de junho de 1891, a mudança da capital do estado, mas a decisão sobre o local dependeria de estudos a serem realizados por uma ou mais comissões, livremente nomeadas pelo Presidente do Estado. No final de 1892, após a eleição de Afonso Pena, é formada a Comissão de Estudos das Localidades, presidida pelo engenheiro Aarão Reis e composta por técnicos de fora de Minas Gerais, para evitar polêmicas de favorecimento de uma região do Estado em detrimento à outra. A Comissão, a partir de 1893, fez estudos envolvendo as cidades de Barbacena, Juiz de Fora, Paraúna, Várzea do Marçal e Curral d'El Rey. [16]

As análises deveriam compreender, em primeiro lugar, as qualidades naturais de salubridade de cada terreno, ou seja, a situação do solo e do subsolo, o clima, a presença de pragas, doenças e bactérias infecto-contagiosas. Após a análise desses elementos, era colocada a questão dos mananciais de água, a sua possibilidade de uso para consumo e para esgoto e a facilidade da instalação das redes sanitárias.

O relatório final da Comissão, entregue ao Governo do Estado por Aarão Reis, a 16 de junho de 1893, apresentou um estudo muito favorável em relação aos mananciais do sítio que abrigava o arraial do Curral d'El Rey. As análises das águas dos córregos Acaba Mundo, Serra, Cercado e Cercadinho deram resultados satisfatórios e poderiam ser utilizadas sem "*filtragem preventiva*" devido à sua pureza. [17] O relatório discorre também sobre a hidrografia da região, informando a existência vários córregos e ribeirões, afluentes majoritariamente do Rio Arrudas, dos quais pelo menos 12 poderiam ser aproveitados para o serviço de abastecimento, que poderia ser capaz de atender as necessidades de 400.000 habitantes com consumo de 300 litros de água por dia. Para o "*futuro mais remoto*", havia ainda o ribeirão dos Macacos, em Nova Lima, e da Pantana, em Ibirité, que poderiam ser *"canalizados para o serviço da nova cidade, quando esta atingir as proporções correspondentes à necessidade de tais trabalhos"*. [18]

---

[15] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 13.

[16] Samuel Gomes Pereira foi o engenheiro responsável pela região que, futuramente, abrigaria Belo Horizonte.

[17] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 23-26.

[18] MINAS GERAIS. Comissão d´Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital (CELINC). *Relatório apresentado a S.Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna pelo engenheiro civil Aarão Reis*, *jan./maio 1893*. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 16-19; Vianna, *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 23-26.

Nesse mesmo relatório, tão elogioso em relação à água pura dos córregos, é cogitada a utilização dos rios como depuradores das águas de esgoto, sem a necessidade de tratamento prévio, se o volume de detritos fosse até 100 vezes menor do que o rio. Na região do Curral d'El Rey, por exemplo, enquanto a população não excedesse 30.000 habitantes, o Arrudas poderia ser aproveitado para depurar o esgoto:

> Felizmente, porém, em cada uma delas (das cidades analisadas para a escolha da nova capital) há um rio caudaloso que, sem inconveniente, pode receber e depurar as águas de esgotos diluindo, em grandes massas d'água puras e muitos agitadas por quedas repetidas, as matérias sólidas que forem acarretadas.[19]

Levando em consideração a possibilidade de utilizar o rio como depurador, o estudo fez um levantamento detalhado dos melhores sistemas de esgotamento sanitário a ser adotado na cidade, como o sistema unitário (*tout a l'égout*) que recolhe, na mesma tubulação, as águas de esgoto e pluviais para depois serem depuradas por meio de filtração no terreno; outra possibilidade seria a de um sistema semelhante ao proposto pela Comissão de Saneamento de Paris de 1880, no qual as dejeções seriam recebidas à saída das latrinas, sem comunicação com o ar, nem com o solo, e depois seriam levadas para longe da cidade, com o objetivo de serem tratadas em oficinas. Essa indicação mostra como os engenheiros da Comissão de Estudos das Localidades, apesar de não possuírem experiência no ramo sanitário, trabalharam com os estudos mais recentes sobre engenharia sanitária da sua época, principalmente franceses. As outras opções eram: o sistema separador absoluto, no qual há uma rede de coletores para o esgoto e águas pluviais; o sistema diferenciador, que consiste em uma rede pneumática para evacuação das matérias fecais e outra para as águas servidas e pluviais; e, por último, o sistema *Berlier*, que apresentava a vantagem dos aproveitamentos dos resíduos que se transformariam, depois de devido tratamento, em adubo. [20]

Aarão Reis, encarregado do relatório final, apresentou Várzea do Marçal, na Zona da Mata, como primeira opção para a nova capital, ficando Curral d'El Rey em segundo lugar. As duas regiões ofereceriam as melhores condições de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, mas Várzea do Marçal levaria vantagem quanto à comunicação, por meio das ferrovias, com outras regiões do Estado e do país. A partir

[19] Trecho do relatório apresentado pelo engenheiro Aarão Reis ao Governador Afonso Pena citado por VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, 1997.
[20] CELINC. *Relatório*, p. 23-26; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 93 e 94.

da divulgação do estudo, as discussões e confrontos políticos dos defensores de cada região se intensificaram e, nessas discussões, aspectos naturais foram levantados e utilizados como argumento. Os defensores da região do Curral d'El Rey argumentavam que o grande número de córregos da cidade poderia servir para o abastecimento, fornecer umidade nas épocas mais secas e, com isso, ajudar na manutenção de uma temperatura estável. Em relação ao clima, a Serra do Curral também foi citada, pois a moldura da futura cidade impediria a chegada dos ventos úmidos e frios do sul. Evidentemente os principais motivos da escolha da região para a nova capital foram políticos. Os grupos da região Central, Norte e Oeste de Minas foram favoráveis a Curral d'El Rey, que ganhou por uma estreita margem de votos. De qualquer forma, os rios ganharam posição de destaque tanto nos relatórios técnicos, quanto nos debates políticos. [21]

Após a escolha da região, a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) foi criada, por meio de decreto, no dia 14 de fevereiro de 1894. [22]Para sua chefia, foi nomeado, mais uma vez, o engenheiro Aarão Reis, membro da geração pré-republicana da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. A futura cidade deveria responder a exigências relativas aos padrões de assepsia, salubridade e higiene urbana, compatíveis com uma visão científica das urbes, típica do final do século XIX na Europa, em que o sanitarismo tinha enorme importância. Os engenheiros responsáveis pelo planejamento sanitário da CCNC traziam os ideais mais recentes de engenharia sanitária do velho continente, mas devido às especificidades do solo, dos rios, do clima, do prazo apertado e da escassez de recursos, os técnicos tiveram que improvisar soluções no calor do momento. Algumas delas deram certo, outras nem tanto, por isso pode-se afirmar que a engenharia sanitária adotada na Nova Capital de Minas Gerais foi, em grande medida, testada e desenvolvida localmente. Esse processo não ocorreu somente em Belo

[21] Segundo Abílio Barreto, os votos dos representantes de Ouro Preto em favor do arraial Curral d'El Rey foram fundamentais para a vitória desse sítio. Barreto afirma que os ouro-pretanos acreditavam que a construção da capital, num arraial pobre e sem ferrovias, não seria viável dentro do prazo estabelecido, o que poderia inviabilizar a mudança. BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*: história antiga e história média. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995, p.430-432. 2v.

[22] Sobre a CCNC e o processo da mudança da capital ver: SILVA, Regina Helena Alves da; FENELON, Déa Ribeiro. A cidade de Minas. 1991. Belo Horizonte, 1991. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991; VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte: seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973*. Belo Horizonte, 1997; DUTRA, E. (org) *BH horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte Editora, 1996. BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*: história antiga e história média. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995; GOMES, Maria do Carmo Andrade de. O Mapeamento Cadastral do Curral del-Rei: arqueologia de um assentamento urbano de origem colonial. In https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/gomes_o-mapeamento-cadastral-do-curral-del-rei.pdf acessado em 17/06/2013.

Horizonte. Melosi discute vários elementos envolvidos no planejamento e na implementação dos sistemas sanitários em cidades dos Estados Unidos desde a colônia até o século XX. Lá, assim como em Belo Horizonte, esses projetos eram recheados de técnicas e discursos *modernos* vindos da Europa, mas foram adaptados às demandas locais, sendo, portanto *americanos*. [23]

Os projetistas das cidades americanas do século XIX, segundo Melosi, inspirados no urbanismo europeu da época, faziam criteriosos estudos da área a ser construída, com análise rigorosa da natureza da região. Dessa forma, eram levantadas e analisadas questões relativas à paisagem, ao clima, à direção dos ventos, à topografia dos terrenos, à qualidade do solo, à hidrografia e à qualidade das águas.[24] Essa última mereceu destaque em muitos casos, devido a vários fatores, principalmente fortes ideias de assepsia urbana da época. Sobre Belo Horizonte, por exemplo, defendia-se que uma cidade civilizada tinha que ser dotada de todas as condições de higiene e possuir água abundante e limpa para todos seus habitantes. Essa busca pelas melhores fontes para captação e por canais para o escoamento de esgotos foi recorrente nos primeiros trabalhos da CCNC.[25] O relato de Alfredo Camarate, jornalista do *Jornal Minas Gerais* e companheiro dos sanitaristas[26] da Comissão, fez um apanhado das fontes de água encontradas:

> Procuram-se e acham-se córregos importantes, nascentes que reluzem pela limpidez e boa qualidade das águas; e, nesta incansável peregrinação pelo Reino das Águas, encontram-se episódios de paisagem encantadores: a linfa deslizando, só, por entre pedras e pedroços de ferro; regatos borbulhando pelo meio de pitorescas moitas, córregos serpenteando por baixo de uma vegetação frondosa, fresca e luzente, com aquele aspecto limpo e asseado das crianças que vivem com pouca poeira na porta e muita água em casa. [27]

Nesse depoimento, de tom quase pastoral e bucólico, percebe-se a clara idealização e encantamento com os mananciais estudados pelos membros da Comissão. A qualidade da água, limpa e translúcida, foi muito destacada no texto, bem como o

[23] FJP. *Saneamento básico…: Saneamento e Paisagem Urbana*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996, p. 10; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 25; MELOSI. *The Sanitary City*, 2008.
[24] MELOSI. *The Sanitary City*, 2008.
[25] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 20-35.
[26] Apesar do uso do termo "sanitaristas" ser recorrente para os membros da comissão que trataram das questões sanitárias, vale ressaltar que eles não tinham vasta experiência no ramo sendo, na sua maioria, especialistas em ferrovias.
[27] CAMARATE, *apud* BARRETO. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*, p. 164.

aspecto saudável dos habitantes da região do Curral d'El Rey, que faziam uso desses córregos. Mas, logo em seguida, o tom do texto muda, e o ar bucólico dá lugar a uma narrativa que clama pela transformação da paisagem, analisando os rios de forma utilitária. Alfredo Camarate passa a mostrar o movimento das águas em um tom modernizador, que supriria as necessidades de uma cidade civilizada e moderna, com água em abundância para dar "*regalias de patos*" para 200.000 habitantes:

> (...) com relação ao líquido elemento, e haja, em abundância, água para o movimento das turbinas, para a irrigação das ruas, para a lavagem dos esgotos. Para a seção balnear de todos os hospitais, asilos, quartéis e casas de ricos e pobres, para cascatas e repuxos, nos jardins públicos e chácaras particulares e dizem até que para beber. [28]

Essa visão utilitária do meio físico esteve presente durante todo o processo de transferência da capital. Os rios, por exemplo, foram valorizados pela função que teriam na futura cidade, o que fica evidente nos planos para a captação de água e escoamento de detritos traçados desde os primeiros estudos da localidade. Nesses estudos, havia uma clara tendência de controle da natureza para o benefício da futura cidade, como se ela estivesse ali para servir os habitantes da urbe a ser construída. Dessa forma, os rios serviriam para prover água e levar embora a sujeira do esgoto, a serra bloquearia os ventos do sul, e a elevação do terreno propiciaria a pressão necessária para levar a água para toda cidade, sem necessidade de bombeamento.

O projeto de Belo Horizonte também revela um desejo de controle do meio físico. No tabuleiro de xadrez que as ruas da cidade iriam formar, os rios deveriam ser adaptados aos logradouros, sendo endireitados para acompanhar o trajeto das ruas. A topografia da região, à primeira vista, não foi muito importante, pois somente em alguns casos ela foi levada em consideração, como na "elevação ao poder", na subida para a Praça da Liberdade, que abrigaria a sede do governo e suas secretarias. Apesar disso, não se pode negar que os elementos naturais foram valorizados na concepção de Belo Horizonte, principalmente se levarmos em consideração os rigorosos estudos sobre a localidade antes da implementação da cidade, que fizeram uma detalhada descrição da natureza. Havia uma vontade de domínio sobre a natureza na nova capital. A importância de controlar o meio físico e modernizar o ambiente, processo no qual o

[28] CAMARATE, *apud* BARRETO. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*, p. 164.

sanitarismo teria protagonismo, foi comum a várias cidades do século XIX, o que fica evidente no estudo de Dagenais e Durand sobre Montreal. [29]

Essas autoras demonstraram como o meio natural foi mudado para se adaptar as demandas cada vez maiores das sociedades urbanas. Nas cidades de praticamente todo o continente americano, que surgiram ou foram replanejadas no final do XIX e no início do XX, acreditava-se que o saneamento da cidade, bem como a conquista da natureza urbana, seriam pré-requisitos para o advento da modernidade e trariam uma "elevação moral" para os habitantes da urbe. No caso de Montreal, segundo Durand e Dagenais, houve uma preocupação sistemática de drenar o ambiente para diminuir a grande quantidade de água ao redor e dentro do município. Havia ainda a preocupação de escoar o esgoto e abastecer as novas moradias com água potável, mas em Montreal, assim como em Belo Horizonte, muitos cursos d'água que foram captados para o abastecimento serviram também para o sistema de escoamento de detritos, o que provocou contaminação e piora na qualidade do líquido consumido no município. [30]

Os projetos e obras de água e esgoto durante a gestão de Aarão Reis, até maio de 1895, ficaram a cargo da 5ª Divisão da Comissão. Durante esse período, priorizaram-se os trabalhos de abastecimento d'água, com a preocupação de abastecer a localidade com água potável antes da locação, divisão e demarcação de lotes da nova cidade. O plano era captar as águas dos córregos da Serra, Acaba Mundo e Cercadinho (mais tarde chamado de Carangola), que supririam a demanda de até 30 mil pessoas. O córrego da Serra teria um reservatório especial para distribuir água para a parte mais alta da cidade, os dois últimos seriam canalizados para um reservatório comum, destinado ao suprimento geral da Nova Capital de Minas. Os córregos Taquaril, Posse, Clemente, Bom Sucesso e Leitão poderiam ser aproveitados no futuro, a partir do momento que houvesse demanda. [31]

Apesar da urgência, as obras previstas não foram concluídas durante o período da Comissão. Os reservatórios da Serra e o do Palácio foram terminados, mas os tubos da rede de distribuição não ficaram prontos. As obras do Reservatório do Cercadinho, localizado no alto da Rua Carangola, foram iniciadas, mas não foram concluídas tão

[29] DAGENAIS, Michèle ; DURAND, Caroline. "Cleansing, Draining, and Sanitizing the City: Conceptions and Uses of Water in the Montreal Region". *The Canadian Historical Review*, 87, n. 4, p. 621-651, dec. 2006.
[30] DAGENAIS ; DURAND. *Cleansing, Draining, and Sanitizing the City*, 2006.
[31] FJP. *Saneamento Básico…: A Comissão Construtora e o Saneamento da Nova Capital*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996, p. 30.

cedo.[32] Esse reservatório tornou-se operacional somente em junho de 1913, depois de ser inteiramente replanejado e reconstruído pela *Comissão de Novos Serviços de Águas e Esgotos da Capital*, que funcionou entre 1909 e 1914 e foi criada pelo prefeito Benjamim Brandão.[33] Segundo o prefeito, o reservatório do Cercadinho apresentava *"vícios de origem"* com a presença de *"fendas e consequentes abatimentos na alvenaria, motivo pelo qual foi posto a margem".* [34]

O caso do reservatório do Cercadinho é apenas um dos vários exemplos que evidenciam que muito do que foi projetado pela CCNC não foi realizado conforme o plano inicial. No caso do Cercadinho, houve um abandono do projeto inicial devido ao atraso nas obras e das novas necessidades da cidade no início do século XX. Em outros casos, os projetos da CCNC, não realizados no período de vigência da Comissão, foram perdidos. O projeto de distribuição d'água e os estudos do potencial para captação dos córregos do Taquaril, Posse, Clemente, Bom Sucesso e Leitão realizados pela Comissão sumiram, causando atrasos e problemas nas obras sanitárias dos primeiros anos da cidade. Durante a gestão de Olyntho Meireles (1910-1914), por exemplo, já havia a necessidade de aumentar a capacidade de abastecimento d'água de Belo Horizonte, e para isso era necessário um plano inteiramente novo para a captação dos novos mananciais, uma vez que os planos da CCNC estavam perdidos, causando transtornos para o município:

> Tem sido infrutífera toda a pesquisa feita no arquivo da Prefeitura, para encontrar-se o plano que a CCNC devia ter organizado não se sabendo o paradeiro desse trabalho básico para uma boa distribuição, sendo certo que ele foi executado. A justificada esperança de encontrar-se esse plano da CCNC, fez com que não se organizasse convenientemente esse serviço para a colocação de novas linhas, dando isso em resultado, um emaranhado de canos lançados, a cada momento, para atender a pedidos sempre urgentes, perturbando cada vez mais, a boa distribuição de água potável.[35]

[32] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 32.
[33] O mandato do engenheiro Benjamin Franklin Silviano Brandão como prefeito de Belo Horizonte durou entre abril de 1909 e setembro 1910. Depois disso, ele ainda permaneceu no executivo, como chefe da *Comissão de Novos Serviços de Águas e Esgotos da Capital*.
[34] PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Brandão em janeiro de 1910.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1910, p. 10.
[35] PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912, p. 7 e 8.

A escassez do líquido também acontecia pelo gasto excessivo por parte dos moradores de Belo Horizonte que tinham o privilégio de ter água encanada em casa. Esse desperdício de água, problema até os dias de hoje, já era uma preocupação desde o princípio do funcionamento da cidade de Belo Horizonte. A CCNC havia optado pelo hidrômetro para combater os desperdícios, segundo Newton Vianna, engenheiro sanitarista aposentado pela Universidade Federal de Minas Gerais e pela Prefeitura de Belo Horizonte, foram adquiridos 450 hidrômetros da marca *Frager* pela CCNC, mas eles não foram instalados. Pouco tempo depois da extinção da Comissão, fato ocorrido no ano 1897, houve um razoável desenvolvimento da rede de água. Em 1905 o diretor de obras da municipalidade, Ludgero Dolabela comemorou o fato de nos pontos habitados, de toda a cidade, "*se acha completo o abastecimento*". [36] Entretanto, isso não era inteiramente verdade, pois os subúrbios que se formavam fora da Avenida do Contorno não contavam ainda com água encanada e, onde havia, o desperdício era muito grande. São vários os documentos oficiais que discutem e condenam o gasto excessivo de água, como a mensagem do prefeito Benjamim Jacob, apresentada ao Conselho Deliberativo da Capital em 1908, que demonstrou grande preocupação com o desperdício do precioso líquido. Essa apreensão se tornou recorrente nos relatórios e discursos oficiais da municipalidade nos primeiros anos de vida da capital, até o final do período estudado. [37]

Esse gasto excessivo era agravado por não existir, no início da segunda década do século XX, um sistema efetivo de controle da distribuição. Na mensagem de 1911, apresentada ao Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, o prefeito Olyntho Meireles afirma que a implementação de hidrômetros poderia resolver o problema do desperdício, mas eles não poderiam ser instalados *"devido à terra que, por ocasião das grandes chuvas, é arrastada para os encanamentos*".[38] Essa justificativa revela que a água, além de pouca, tinha qualidade duvidosa, pois não era tratada antes de ser distribuída.

---

[36] PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905, p. 31.

[37]. Sobre os primeiros anos do abastecimento de água do município e o desperdício ver: VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, 1997; CASTRO E SILVA, Paládio Barroso; VIANNA, Newton dos Santos. "O Abastecimento de Água e o Serviço de Esgotos de Belo Horizonte." In: *IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária; VIII Seminário dos Professores de Engenharia Sanitária*. Brasília, 1967; FJP. *A Comissão Construtora*, 1996.

[38] PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 5.

Esse quadro, somado aos problemas relativos aos esgotos e à poluição dos rios, fez com que Belo Horizonte apresentasse um alto índice de doenças gastrointestinais desde seus primeiros anos até, pelo menos, o fim do período aqui estudado (1973). A preocupação com essas enfermidades é demonstrada na mesma mensagem de 1911 quando o prefeito propõe fazer uma análise da água que abastece a capital *"a fim de verificar se dela provem as perturbações gastrointestinais, às vezes aqui notadas"*. [39]

O relato do prefeito Olyntho Meireles comprova que Belo Horizonte, desde os primeiros anos de sua existência, conviveu com sérios problemas relacionados ao abastecimento de água. A partir daí, quase sem exceção, nas mensagens dos prefeitos apresentadas ao Conselho Deliberativo e, mais tarde, à Câmara Municipal, são relatadas deficiências na rede distribuidora, problemas na qualidade do líquido e uma defasagem de água em relação à demanda sempre crescente no município. Esse problema se agravou muito a partir dos anos de 1940 e chegou a níveis críticos no final da década de 1960, o que será analisado mais tarde. Se a situação era ruim em relação ao abastecimento de água, que foi prioridade dos gestores do município desde a CCNC, a situação dos esgotos pode ser considerada ainda pior.

Como mencionado, a distribuição de água foi prioridade nas obras sanitárias do período de Aarão Reis na CCNC. Foram também elaborados estudos que discutiram o melhor sistema de esgotos a ser construído na capital. De acordo com Caetano César de Campos, Engenheiro Chefe da 5ª divisão, a melhor solução a ser adotada seria uma adaptação do *Sistema Waring*, também conhecido como separador absoluto, no qual há uma rede de coletores para as águas pluviais, que seriam despejadas nos rios, e outra para as servidas,[40] que seriam tratadas com cal e alumina e passariam por tanques de decantação antes de serem lançadas no Arrudas. [41]

O estudo levou em consideração os mais recentes trabalhos sanitários, como o de Alfred Durand-Cleye, publicado nos *Annales des Ponts et Chaussées* de fevereiro de 1888, que propôs uma mudança ao *Sistema Waring* a fim de evitar que as enxurradas das ruas lavadas pelas chuvas fossem lançadas sem tratamento nos cursos d'água. Essa modificação diminuiria a possibilidade de contaminação dos rios e transmissão de doenças. Apesar de ser um estudo com indicações gerais, os engenheiros da 5ª divisão

[39] PBH. *Relatório*, 1911, p. 5.
[40] Termo utilizado para descrever a água de dejetos provenientes das residências, lavagem das ruas, indústrias e comércio, diferente das "águas pluviais", que são decorrentes das águas das chuvas caídas nos tetos da casa, nos quintais e nas ruas.
[41] BICALHO, Francisco de Paula. *Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras*, 1896 a*pud* BARRETO. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*, p. 553-567.

sugeriram os materiais que poderiam ser utilizados na rede, a estimativa e velocidade de vazão e enfrentaram as dificuldades de construir no terreno discrepante da cidade. [42]

Em junho de 1895, houve uma reestruturação na CCNC. Nas mudanças, o engenheiro Francisco de Paula Bicalho sucedeu Aarão Reis, que saiu após discordâncias com Bias Fortes, o presidente do Estado. Bicalho tinha aproximadamente dois anos para construir uma cidade adequada a receber a sede do governo estadual,[43] e esse prazo apertado fez com que a Comissão tomasse ações rápidas para efetivar obras vitais para o funcionamento da urbe. Assim, a nova direção repensou o que havia sido planejado em relação ao sistema de esgotos.

No relatório apresentado ao governo de Estado em abril de 1896, Bicalho comentou que o esgotamento sanitário em Belo Horizonte apresentava *"dificuldades que não se oferecem na maioria das cidades, em consequência das declividades relativamente fortes das ruas e vias públicas".* Levando em consideração esse problema e o prazo mínimo para implementação da rede, Bicalho afirmou, de forma categórica, que o sistema *tout a l'egout,* se impunha em relação aos outros.

> Impunha-se, pois, o *tout a l'egout*, reconhecido hoje pelas principais autoridades sobre o assunto como o mais aperfeiçoado sistema, que tem indiscutíveis vantagens sobre qualquer outro, principalmente aliado à depuração das águas dos esgotos por meio da infiltração no solo, que constitui hoje a medida mais eficaz e garantidora de salubridade e boa higiene. [44]

Houve uma clara mudança entre os projetos das equipes de Aarão Reis e Francisco Bicalho, e esse último foi categórico na escolha do *tout a l'egout*. Todavia, segundo o sanitarista Newton Vianna, apesar de Bicalho ser muito firme na defesa do sistema escolhido por ele e sua equipe, não havia consenso entre os sanitaristas da época a respeito do melhor sistema de esgotamento sanitário, o que era compreensível pela pouca experiência na implementação de esgotos no início do XX. Tudo era muito experimental e teórico, mas os problemas da prática e da construção trouxeram mudanças e adaptações aos projetos. Apesar disso, é importante ressaltar mais uma vez

[42] BICALHO a*pud* BARRETO. *Memória histórica e descritiva*, p. 690-696; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 96.
[43] FJP, *Saneamento básico*, 1997, p. 33.
[44] BICALHO *apud* BARRETO. *Memória histórica e descritiva*, p. 690-696; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 96.

que os mais recentes estudos sanitários foram levados em consideração no plano de esgotos de Belo Horizonte. [45]

Na tentativa de executar o projeto, a CCNC deu prioridade à construção de tubulações de grandes seções, feitas em alvenaria de tijolos, das quais apenas cerca da metade ficaram prontas. Havia um "Emissário Geral",[46] que fazia lançamento de esgotos direto no Rio Arrudas, sem qualquer tipo de depuração ou tratamento, contrariando o que era previsto no plano. Entre o projeto da CCNC e o que foi construído houve, portanto, uma grande diferença, pois não havia depuração dos esgotos e a rede não foi completamente finalizada. [47] Esse fato fica comprovado no relatório de 1903, seis anos após a extinção da Comissão, apresentado pelo Prefeito Francisco Bressane de Azevedo ao Conselho Deliberativo. Segundo o prefeito, os serviços de esgotos, abastecimento de água, luz, entre outros, encontravam-se *"incompletos, dependendo de melhoramentos e desenvolvimento, que, pela importância e elevado preço, não se pode realizar de uma só vez. (...) É assim que os de águas e esgotos se ressentem da falta de consideráveis obras complementares".* [48]

O prefeito ainda lamentava as condições de higiene do município, agravadas pela qualidade da água, devido à lama que saía das torneiras abertas e pela falta de iniciativa da limpeza dos esgotos, lançados sem tratamento nos córregos, nos regos improvisados nas ruas, ou nas fossas construídas sem a devida assepsia.[49] O despejo de esgotos não acontecia somente no Rio Arrudas e no Córrego do Acaba Mundo. Quase todos os córregos da capital, em algum ponto de seu curso, receberam detritos.

Desde o início da ocupação da nova capital, imigrantes se instalaram nas proximidades dos rios nas regiões de fora da Planta Cadastral de Aarão Reis, em busca da água que eles forneciam. Com o tempo e o desenvolvimento desses bairros, a municipalidade canalizou esses regos de esgoto, despejando os dejetos, em muitos casos, nos córregos vizinhos. Muitos desses rios, agora poluídos pelo esgoto, também

[45] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 97.
[46] O emissário é uma canalização que recebe vasões reunidas de esgotos provenientes de várias áreas da cidade.
[47] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 90-99.
[48] PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903, p. 9.
[49] PBH. *Relatório*, 1903, p. 20.

serviam para o abastecimento de água, como o córrego Carangola, piorando a qualidade da água do município e aumentando a incidência de enterites. [50]

Os rios que antes reluziam "pela limpidez e boa qualidade das águas",[51] tornaram-se, em pouco tempo, poluídos e malcheirosos, e um dos principais motivos para esse fato foi o lançamento de esgoto sem tratamento nos córregos. Na mensagem de 1902, menos de cinco anos após a inauguração da capital, apresentada pelo Prefeito Bernardo Pinto Monteiro ao Conselho Deliberativo, já existia a preocupação em relação a esse fato:

> As águas dos grandes emissários não poderão por muito tempo continuar a ser lançadas livremente no ribeirão do Arrudas, que sendo embora muito encachoeirado, apresenta, todavia, frequente trecho de pequenas declividades, logo abaixo dos pontos de despejo, apresentando ainda, um volume d'água relativamente pequeno.[52]

O relatório prossegue afirmando que se fazia necessário o tratamento dos esgotos por meio de filtragem e o uso de produtos químicos, caso contrário, o rio Arrudas não aguentaria o volume de dejetos, que só aumentariam com o "progresso" da cidade. Apesar da necessidade, a primeira estação de tratamento instalada em Belo Horizonte seria construída somente em 1965, mais de sessenta anos depois, quando a quantidade de detritos despejados nos córregos era infinitamente superior ao volume de 1902. Além disso, essa estação se limitava a tratar os efluentes [53] do conjunto habitacional São José. Os rios foram transformados em verdadeiros esgotos ao céu aberto, fétidos e insalubres. O relatório do exercício de 1910-1911, apresentado pelo prefeito Olyntho Meirelles, demonstra como o *"lançamento das matérias dos esgotos"* no rio Arrudas deixava o rio em péssimas condições sanitárias, sendo assim *"atentatório à saúde dos habitantes da Capital",* o que fazia urgir o saneamento do ribeirão. [54]

---

[50] SILVA, Regina Helena Alves da; FENELON, Déa Ribeiro. *A cidade de Minas*. 1991. Belo Horizonte, 1991. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.
[51] CAMARATE *Apud* BARRETO. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*, p. 164.
[52] PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902, p. 121.
[53] Um efluente é um produto líquido ou gasoso proveniente das indústrias ou dos esgotos das residências urbanas.
[54] PBH. *Relatório*, 1911, p. 7.

Além da preocupante poluição dos rios, havia ainda o enorme problema das enchentes. As margens dos cursos d'água de Belo Horizonte foram indevidamente ocupadas, as matas ciliares foram cortadas. As enxurradas, sem uma rede coletora de água pluvial, eram conduzidas diretamente aos córregos, levando todo o tipo de detritos que havia no caminho, sem contar os casos em que o lixo era jogado diretamente nos córregos, o que provocava seu assoreamento, aumentando assim o índice de enchentes. Além disso, a crescente pavimentação das ruas da cidade diminuiu absorção de água pela terra, aumentando o volume das enxurradas, agravando ainda mais esse cenário. Segundo a historiadora Lise Sedrez, se as chuvas são fenômenos naturais, as enchentes são eventos sociais que tiveram, e continuam a ter, um enorme impacto nas cidades brasileiras no decorrer do século XX. Nesse tipo de evento são postos à prova vários atores, como a municipalidade, membros da sociedade civil, órgãos de assistência, entre outros, expondo tensões entre segmentos sociais envolvidos no processo de urbanização e na configuração das territorialidades que dele participam. [55]Por isso, esse fenômeno terá destaque nos próximos capítulos, pois as enchentes foram eventos chave da marginalização dos córregos belo-horizontinos. A forma como a cidade foi projetada, sem respeitar a hidrografia da região, pode ter contribuído para o grande número de enchentes, o que causou discussões entre os sanitaristas belo-horizontinos.

Os rios do interior da Avenida do Contorno em Belo Horizonte sempre apresentaram um alto índice de transbordamento, principalmente após a sua canalização para acompanhar o traçado reto das ruas projetadas pela CCNC. Entre eles, os córregos do Arrudas e do Acaba Mundo causavam mais transtornos. Os sanitaristas Newton Vianna e Dalmo Vianna argumentam que na época em que cursavam o curso de engenharia sanitária, na década de 1940, era consenso no meio estudantil que a causa das cheias estava diretamente ligada à retirada dos córregos do seu leito natural. Para os sanitaristas da Escola de Engenharia da UFMG, o traçado dos rios deveria ser respeitado com a construção de avenidas sanitárias que acompanhariam os rios, ressonando assim a proposta de desenho da cidade de Saturnino de Brito, nome que sempre teve muito apreço por parte dos sanitaristas brasileiros. [56]

[55] SEDREZ, Lise. *Cidade alagada*: chuvas de verão, classe e estado no Rio de Janeiro 1966-1967. Long Beach: California State University, 2008; GARCIA, Luís Henrique. *Águas passadas*: as memórias sobre enchentes e o processo de territorialização às margens do Rio Doce em Governador Valadares (1979-1997). UFMG, MIMEO, 2011.
[56] VIANNA, N; VIANNA, D. Entrevista concedia, 5 jun. 2009.

Saturnino de Brito (1864-1929), considerado por muitos o patrono da engenharia sanitária no Brasil, participou da Comissão Construtora por um curto período, entre setembro de 1894 e maio de 1895. O motivo de seu afastamento foram as fortes divergências com seu chefe imediato, César de Campos, além das discordâncias em relação ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário. [57] Logo após sua saída da Comissão, Saturnino fez críticas a Aarão Reis e a César de Campos, principalmente em relação aos trabalhos de captação d'água, como a do córrego da Serra que, segundo Saturnino, *"acha-se onerado com mais 2611 metros de linha estudada"*. O engenheiro afirmou ainda que a atuação da CCNC na área sanitária estaria repleta de "*erros de que se acham eivados os trabalhos*". [58] O sanitarista não analisa os motivos da oneração da captação do córrego da Serra, talvez por não considerá-los relevantes, mas essas causas são interessantes, pois mostram a grande divergência entre o projeto da CCNC, elaborado com o auxílio dos mais novos preceitos do sanitarismo, e a sua execução.

A Comissão teve que lidar com a preocupação constante do prazo a cumprir para a mudança da capital, a falta de dinheiro e a escassez de mão de obra. Por causa desses motivos, foram realizados alguns improvisos na hora da construção. O projeto, por exemplo, considerava a tubulação de ferro fundido como a mais propícia para o abastecimento d'água, mas esses canos vinham do exterior e demorariam muito para chegar a Belo Horizonte. Por isso, na construção das redes, foram buscadas outras soluções, como o emprego de canais de alvenaria ou de chumbo para as adutoras, esse último condenado por vários sanitaristas por contaminar a água e ter curta vida útil. Esses canais demandariam um traçado alternativo, provocando o aumento da extensão da rede e tornando-a mais dispendiosa para os cofres públicos.

Saturnino era reconhecido por sua abordagem pragmática nas questões técnicas e econômicas de seus projetos, acreditava que as propostas sanitárias deveriam se adequar às condições locais e aos recursos disponíveis, por isso, além dos motivos

[57] Saturnino, quando trabalhou na CCNC, ainda não tinha experiência no ramo da engenharia sanitária, nem era tão reconhecido como chegou a ser posteriormente. Não se sabe ao certo o que ele propôs na época da Comissão, mas muitas das suas críticas, bem como a formulação mais teórica delas. vieram a público posteriormente.

[58] BRITO, Saturnino. *Obras Completas, Volume VIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942-1944; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 104.

pessoais pela mágoa de sua exoneração, criticou duramente os trabalhos da Comissão, pois seriam mais custosos e complicados do que o necessário. [59]

Mais tarde, quando trabalhou na planta de Santos, entre 1905 e 1909, Saturnino desenhou um traçado alternativo para Belo Horizonte privilegiando critérios sanitários e criando avenidas que acompanhavam o trajeto dos rios. Na sua obra *"Notes sur le trace sanitaire des villes"*, publicada em Paris em 1916, ele demonstra como o traçado geométrico das cidades, principalmente aqueles que não levam em consideração a hidrografia e a topografia da região, causam enormes problemas, sobretudo ao esgotamento sanitário e à saúde dos rios da urbe. Ao citar os problemas de Belo Horizonte,[60] Saturnino apresenta a planta alternativa, que começou a desenvolver durante sua estadia em Santos, com avenidas sanitárias nos fundos dos vales, acompanhando o traçado natural dos córregos que, por sua vez, não receberiam o esgoto *in natura* produzido pela cidade.

Mesmo sendo uma crítica realizada *a posteriori*, a planta de Saturnino demonstra que os rios de Belo Horizonte poderiam ter outro destino. Integrados à vida urbana, por meio das avenidas sanitárias, eles não seriam um mero anexo da paisagem e contribuiriam ainda com a salubridade e a qualidade de vida. Não podemos dizer que a proposta de Saturnino teve uma motivação ambiental, pois todas as suas justificativas eram de caráter sanitário, mas, mesmo assim, não se pode negar que esse engenheiro foi um dos primeiros a defender outro destino para os córregos da cidade. [61]

Outro crítico do traçado geométrico da capital mineira foi o sanitarista Lincoln Continentino (1900 – 1976). Na obra *Saneamento e Urbanismo*, publicada em 1937, o engenheiro critica o rígido traçado retilíneo da planta cadastral da Comissão Construtora que, segundo ele, apresentava *"erros formidáveis de levantamento e nivelamento"* e, mesmo assim, era considerada como ponto de partida para a abertura de novas ruas e para a construção de novos serviços públicos, causando prejuízos para a cidade. [62]

---

[59] FJP. *Saneamento Básico…*: *Os sanitaristas e Belo Horizonte - percursos na engenharia sanitária*. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996, p. 16-17; BRITO. *Obras Completas*, 1944; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 104.

[60] Não se pode afirmar que a discordância em relação ao traçado da capital foi outro fator do desligamento de Saturnino da CCNC, pois todas suas críticas em relação à planta de Aarão Reis foram publicadas consideravelmente depois de sua saída da Comissão e, considerando sua mágoa em relação a sua exoneração, ele não deixaria de fazer referência ao assunto nas incisivas críticas que fez aos trabalhos da construção de Belo Horizonte

[61] BRITO, Saturnino; IMBEAUX, Édouard. *Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine)*. Préface du Dr Edm. Imbeaux. Paris: Chaix, 1916.

[62] CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e urbanismo*. Belo Horizonte: s.e., 1937, p. 51.

Durante a primeira gestão de Octacílio Negrão de Lima (08/08/1935 - 18/04/1938) e a gestão de José Oswaldo De Araújo (18/04/1938 – 19/10/1940), Continentino foi consultor técnico na elaboração de um novo plano diretor para Belo Horizonte. Nesses trabalhos, ele defendia que a cidade deveria passar por uma substantiva reformulação, ordenada por um profundo planejamento global, com diretrizes para o serviço de água, que deveria ser filtrada e clorada antes de distribuída, e esgotos, que seriam tratados antes de descartados nos córregos. Apesar da militância de Continentino para a consolidação de um amplo planejamento sanitário para Belo Horizonte, suas ideias não foram inteiramente implantadas pela administração pública, que continuou sem ter um planejamento eficiente para articular o crescimento da cidade em processo de metropolização. Dessa forma, Belo Horizonte, a partir da década de 1930, transformou-se abruptamente em uma das maiores metrópoles da América Latina, sem qualquer preparo para esse processo. [63]

1.2 – Conclusão

O estudo dos primeiros anos de vida da capital demonstra como a questão sanitária sempre foi uma preocupação, mesmo antes da fundação de Belo Horizonte. A hidrografia teve papel relevante na escolha do sítio em que a cidade seria construída, e as primeiras análises dos córregos Acaba Mundo, Serra, Cercado e Cercadinho, elogiados pela qualidade e limpidez da água, indicaram que eles seriam aptos para a captação. Além deles, havia ainda o Ribeirão Arrudas, que poderia arcar com a tarefa de levar o esgoto, depois de devidamente tratado, para fora da urbe. Porém, no projeto da Nova Capital de Minas, esses córregos foram relegados a um segundo plano da vida urbana, pois seriam canalizados para acompanhar as ruas retas, com esquinas em 90 graus.

A Comissão chefiada por Aarão Reis projetou uma cidade de grande porte, capaz de suportar 200 mil habitantes, com água e instalações sanitárias que seriam disponíveis a todos, mas houve grandes diferenças entre o projeto e a execução. A CCNC enfrentou problemas financeiros, de tempo, de logística, de falta de materiais, de escassez de mão de obra especializada, dentre outros. Devido a esses fatores, a rede de

[63] CONTINENTINO. *Saneamento e Urbanismo*, p. 51; FJP. *Os Sanitaristas e Belo Horizonte*, p. 26-27.

água não foi construída conforme o plano, os materiais pretendidos não foram utilizados e a capacidade da mesma era bem inferior ao necessário.

Em relação aos esgotos, os problemas foram ainda maiores, a estação de tratamento não foi construída e o lançamento de detritos foi feita de forma direta no Arrudas, uma lamentável decisão tomada na pressa de construir o sistema de esgotos da cidade. Além disso, as galerias pluviais não foram construídas, levando a uma sobrecarga do sistema. Deve-se destacar também que a rede de esgoto se limitava às casas na zona urbana com plantas aprovadas pela Municipalidade. Dessa forma, em outros locais não havia o menor controle em relação aos dejetos produzidos pelos lares, jogados em regos improvisados nas ruas, nos córregos ou em cisternas que, em alguns casos, comprometiam os lençóis freáticos, poluindo alguns córregos desde a nascente. Esses improvisos e a falta de respeito aos preceitos sanitários da época, tão propalados pelos projetistas da urbe, fizeram com que a cidade não tivesse um planejamento de infraestrutura sanitária para orientar a sua expansão, resultando em graves problemas no abastecimento de água e na rede de esgotos. [64]

Esses problemas estruturais, somados ao crescimento descontrolado e à falta de planejamento a longo prazo, criaram uma bola de neve com péssimas consequências para a cidade. A partir do final dos anos 40, a situação sanitária de Belo Horizonte tornou-se cada vez mais crítica, com o arrebentamento de esgotos, falta de água, enchentes a cada chuva e alto índice de doenças, como a esquistossomose e, principalmente, a gastrenterite[65]. Com o crescimento cada vez mais acelerado da capital mineira, sobretudo entre 1950 e 1970, os serviços urbanos tornaram-se insuficientes, causando uma crise sem precedentes na capital mineira.

Esses graves problemas, somados aos novos preceitos políticos do intervalo democrático de 1945-1964, fizeram com que a municipalidade reconhecesse que a forma de administrar a capital deveria ser repensada. A partir do governo de Octacílio Negrão de Lima (12/12/1947 – 01/02/1951), o primeiro prefeito eleito da história de Belo Horizonte, a prefeitura reconheceu que não era capaz de enfrentar os problemas da

[64] FJP. *A Comissão Construtora*, p. 40-44.
[65] A gastrenterite, também conhecida por gastroenterite, é uma Infecção provocada por bactérias e vírus que atacam o estômago e o intestino, causando náusea, vômito, diarréia moderada a intensa e perda de apetite causando desidratação. A doença pode matar e é particularmente perigosa a crianças e idosos. A causa da grande incidência da doença em Belo Horizonte nos verões de toda a década de 1960 foram as péssimas condições sanitárias da cidade, além da poluição da água consumida pelos belo-horizontinos, principalmente os de menor renda.

cidade com a estrutura administrativa e fiscal da época, sendo necessário descentralizar as decisões do município para atender as novas demandas da urbe em expansão.

O prefeito seguinte, Américo Rennê Giannetti (01/02/1951- 06/09/1954), foi além e elaborou um detalhado plano de governo que propunha uma total reestruturação da municipalidade e de toda a rede sanitária do município. Os desafios de administrar a capital mineira nessa época, a lamentável situação dos córregos, bem como os enormes problemas sanitários que se tornavam progressivamente mais graves e urgentes serão analisados no próximo capítulo.

2. REPENSAR BELO HORIZONTE: METROPOLIZAÇÃO, TRÂNSITO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SANEAMENTO BÁSICO, 1948 -1954

O ano de 1948 começou em Belo Horizonte com um calor pouco usual e fortes chuvas decorrentes das altas temperaturas, mas nada como a violenta tempestade que atingiu toda a cidade no dia 28 de fevereiro de 1948. Choveu forte por cerca de uma hora, vários pontos da capital mineira foram inundados, a iluminação pública sofreu pane, os bondes pararam de trafegar, postes caíram, os prejuízos foram enormes e várias pessoas acabaram desabrigadas. As ruas com córregos, como as banhadas pelos ribeirões do Cardoso, Leitão e pelo córrego do Acaba Mundo, foram as mais atingidas pelas cheias. [66]

Os jornais da capital, na semana seguinte, trouxeram várias reportagens sobre o "aspecto desolador" da cidade após a chuva:

> Numerosas casas ficaram completamente destelhadas, enquanto outras foram penetradas pelas águas que tudo destruíram (sic), muitas ruíram e o próprio calçamento das ruas chegou a ser removido em grandes extensões.(...) Os riachos e ribeirões que atravessam a capital não se comportarem em seus leitos e se transformaram em verdadeiras caudas que tudo destruíam e arrastavam.[67]

Essas cheias trouxeram à tona uma discussão já antiga na capital mineira no final dos anos quarenta: como resolver o problema das enchentes? Qual seria a melhor solução para os córregos da cidade? Os desafios seriam ainda maiores no contexto do final da década de quarenta e no início dos anos cinquenta. Belo Horizonte, assim como o estado de Minas Gerais, passava por crise financeira em período muito delicado, quando a cidade estava em processo de crescimento acelerado e os serviços urbanos defasados. O esgoto não era tratado, sendo despejado diretamente nos córregos da capital; faltava água, o serviço de limpeza urbana não suportava a demanda, provocando o acúmulo de pilhas de lixo nas calçadas. A cada chuva mais forte vinham as enchentes e, depois que a água recuava, as ruas eram tomadas por uma lama suja e fétida. Após secar, os buracos traziam a lembrança das cheias, tornando as vias públicas intransitáveis e piorando o trânsito cada vez mais caótico da capital. [68]

---

[66] ESTADO DE MINAS, domingo, 29 de fevereiro de 1948, p. 4.
[67] EM, terça-feira, 2 de março de 1948, p. 12.
[68] PBH. *Relatórios anuais*, entre 1920-1950; MESQUITA, Yuri. "Os Rios e a Cidade, espaço, sociedade e as políticas públicas em relação ao saneamento básico em Belo Horizonte, 1964 – 1973". *Revista*

Sofrendo pressão da imprensa e da população, o Prefeito Octacílio Negrão de Lima veio a público numa entrevista coletiva, realizada no dia primeiro de março, logo após as enchentes do dia 28-29 de fevereiro. Na coletiva, a grande tempestade que fechou o mês de fevereiro teve grande destaque. O prefeito ressaltou que faria tudo o possível para socorrer os atingidos pela cheia e apresentou um plano para combater as inundações. Mas antes de apresentar qualquer solução, Negrão de Lima ressaltou a dificuldade de tais ações e responsabilizou as administrações passadas pelas enchentes: *"as obras de combate às inundações são custosas e difíceis* (...) *por isso mesmo as administrações passadas foram adiando a solução do grave problema".* [69]

A entrevista do Prefeito é importante, pois demonstra algumas práticas políticas mais específicas da administração urbana de Belo Horizonte durante o intervalo democrático de 1945-1964. Octacílio Negrão de Lima foi o primeiro prefeito eleito da cidade, sendo, portanto, o primeiro a ter que lidar com seus eleitores diretos. Dessa forma, as entrevistas coletivas na sede da PBH adquiriram um novo caráter, tornando-se mais justificativas e demagogas, diretanente dirigidas ao eleitorado. A prática de culpar gestões anteriores pelos problemas da cidade também não era nova, mas nesse período as acusações se tornariam mais explicitas e os prefeitos sempre tentariam se eximir de qualquer culpa em relação aos problemas da capital.

Outro diferencial pós 1945 foi a criação, em Belo Horizonte, de diversos comitês Pró-Melhoramento, principalmente nos bairros de periferia. Essas foram importantes ferramentas para a reivindicação de melhorias nas vilas e favelas e muitos desses comitês conseguiram eleger vereadores, que poderiam se tornar importante oposição ao prefeito. Após 1945, as cobranças se tornariam maiores e mais visíveis, principalmente por meio de alguns jornais da cidade, que tinham mais liberdade para fazer críticas à administração pública, aumentando a necessidade do prefeito de vir a público com mais frequência e apresentar novas soluções para os graves problemas do município. [70]

O plano do prefeito em relação às enchentes consistia em alargar os canais existentes e fazer obras suplementares, como canais paralelos e barragens de retenção, com o objetivo de regularizar a vazão dos córregos. No projeto da Prefeitura, o córrego

---

Espacialidades, UFRN, Dossiê História, espaço e imagens, v. 3, n.2. Natal, 2010; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, 1997; VIANNA, N. e VIANNA, D. *Entrevista concedia*, 5 jun. 2009; diversas reportagens publicadas nos jornais *Diário de Minas* e *Estado de Minas*, entre 1948 e 1954.

[69] EM, terça-feira, 2 mar. 1948, p. 3.

[70] Para saber mais sobre a situação da cidade no intervalo democrático de 1945 a 1964 ver: PBH. *Relatórios anuais*, entre 1945-1964; APCBH, Fundo Secretaria Municipal do Tesouro; APCBH, Fundo Assessoria de Comunicação de Belo Horizonte – ASCOM.

do Acaba Mundo teve atenção especial, pois passava por regiões consideradas "nobres" como o bairro Sion, a Avenida Senhora do Carmo, a Avenida Afonso Pena, e o Parque Municipal (onde havia um grande foco de esquistossomose), desaguando no ribeirão Arrudas. Nesse plano, a construção dos chamados "canais cobertos" se limitaria a poucas ruas e teria como objetivo principal o fim das enchentes. Mas, devido à situação financeira do município, todas essas intervenções dependeriam da aprovação, pela Câmara Municipal, da lei de emissão de apólices, aprovada na mesma semana pelo legislativo da capital. [71]

No relatório do exercício de 1948, uma seção inteira é dedicada à "tempestade de fevereiro", ressaltando os graves resultados da chuva que exigiu todos os esforços por parte da municipalidade.

> A tromba d'água que caiu sobre a cidade na noite de 28 para 29 do mês de fevereiro de 1948, exigiu ingentes esforços da administração. Atingindo, com maior ímpeto, os bairros do Carmo, Serra, Funcionários e Santa Efigênia, além de grande parte do Centro, determinou a paralisação total dos serviços de transporte em toda aquela zona, tendo, por outro lado, danificado seriamente as redes de água, esgotos, luz e telefone.
> Para atender a conjuntura, de modo a tornar menos aflitiva a situação do povo, a administração municipal mobilizou todos os recursos de que podia dispor, próprios e de particulares, que gentilmente atenderam ao nosso apelo e nos trouxeram a sua valiosa colaboração. [72]

O alargamento do canal do Acaba Mundo, na Rua Professor Moraes, e a canalização do mesmo córrego na Rua Rio Grande do Norte, obras realizadas no exercício de 1948, foram apresentadas no relatório como uma das grandes soluções para evitar novas enchentes na região. Mas outras melhorias na cidade esbarravam na frágil situação financeira da municipalidade, e o próprio prefeito lamenta os enormes prejuízos causados pela chuva, inclusive nas despesas da Prefeitura em assistir os habitantes mais pobres atingidos pela enchente com comida e remédios. [73]

Apesar de várias obras de infraestrutura realizadas entre 1930 a 1947, como as melhorias nos sistemas de esgoto, construção de separadores, redes pluviais, pavimentação de ruas, construção de chafarizes e poços artesianos, a cidade acabou crescendo muito mais rápido do que se imaginava e os problemas, ao invés de serem resolvidos, acabaram piorando exponencialmente. Outra observação que refere-se ao

[71] EM, terça-feira, 2/03/1948, p. 3.
[72] PBH. *Relatório do exercício de 1948. Prefeito Octacílio Negrão de Lima*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.
[73] PBH. *Relatório*, 1948, p. 41-50.

caráter seletivo dessas obras. As regiões cercadas pela Avenida do Contorno, principalmente os bairros mais nobres, tiveram muito mais atenção da municipalidade. A maioria dos moradores das "vilas" de Belo Horizonte continuou sem nenhum tipo de serviço sanitário e o esgoto, em muitos casos, escorria livremente pelas ruelas e entre as casas, facilitando a propagação de doenças como a gastrenterite e a esquistossomose. [74]

Apesar da situação precária das vilas, a melhoria de vida dos habitantes dessas comunidades não estava entre as prioridades dos governantes da capital. No Relatório de 1927, em que o prefeito Cristiano Machado já alertava sobre a necessidade da melhoria dos serviços de saneamento básico da cidade, o prolongamento das redes sanitárias para as vilas e as regiões suburbanas foi descartado, pois essas obras seriam "antieconômicas". A solução paliativa e financeiramente mais viável seria a construção de chafarizes locais e poços artesianos. [75]

O crescimento abrupto da capital mineira provocado, em grande medida, pela migração de habitantes do interior do estado, não foi exclusivo de Belo Horizonte e ocorreu em várias outras cidades da América Latina. Segundo o historiador José Luis Romero, após a crise de 1929, a economia agrária no continente sul americano passou por muitas transformações, e ocorreram diversas crises no campo provocadas pela diminuição das importações por parte da Europa e dos Estados Unidos, que tentavam rearticular suas economias na época. Essa crise do setor rural gerou uma massa de miseráveis, sem emprego, sem terra e sem perspectivas no campo, e ocorreu simultaneamente ao desenvolvimento de trabalhos urbanos ligados ao comércio e à indústria. Essa nova oferta de empregos nas cidades liberou a imaginação e os sonhos de diversos trabalhadores rurais que partiram para os principais polos urbanos de suas regiões em busca de emprego e melhoria na qualidade de vida. [76]

Esse processo, segundo Romero, criou uma "bola de neve" com consequências amargas, pois era cada vez maior o número de pessoas que deslocavam do campo para as cidades, provocando uma oferta de trabalho muito maior do que a demanda. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a cidade crescia, havia desemprego, miséria, falta de moradia, violência, concentração de renda, além de vários outros problemas urbanos e sanitários. Esse fenômeno aconteceu em diversas cidades latinas como São Paulo, Rio

[74] PBH. *Relatórios anuais,* entre 1899-1948; FJP. *Saneamento básico,* 1997; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, 1997.
[75] PBH. *Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928, p. 176-177.
[76] ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004, p. 354.

de Janeiro, Belo Horizonte, Buenos Aires, Bogotá, Montevidéu, entre outras. Algumas se tornariam metrópole num curto espaço de tempo a partir dos anos de 1930, outras iniciariam seu desenvolvimento nesse período e chegariam a essa condição um pouco depois. [77]

Romero explica que o fenômeno latino-americano acompanhou de perto o que aconteceu na Europa e nos Estados Unidos, mas adquiriu características socioculturais diferentes. Aqui, os imigrantes do campo, alheios à estrutura da cidade e sem perspectivas, começaram a organizar-se no meio urbano, onde foram alcunhados de massas. E no local em que se arranjavam o perfil de moradia mudou, as formas de vida, relações e mentalidade massificaram-se. Por meio desse processo, algumas cidades de crescimento abrupto iniciaram uma profunda transformação em sua paisagem, deixando de serem estritamente cidades para transformarem-se em uma justaposição de guetos isolados e anômicos. As pessoas que viviam nessas periferias massificadas não tinham a mesma possibilidade de participar da vida urbana e eram sistematicamente excluídas pelos poderes municipais. Esse processo de massificação, de acordo com Romero, iniciou-se na década de 1930 tendo prosseguido, em certa medida, até os dias de hoje. [78]

Assim, em ritmos e em períodos diferentes, as cidades latinas passaram por processos de massificação e metropolização. As ruas e calçadas tornaram-se mais estreitas e disputadas, o número crescente de habitantes e a escassez de moradia modificou o valor da terra, contribuindo para a verticalização das cidades. Os serviços públicos como água, esgotos, coleta de lixo, energia, saúde e transporte tornaram-se insuficientes. Novos perigos e desafios surgiram, como o trânsito intenso e a violência. Escolas e hospitais ficaram superlotados, nos cemitérios não cabia mais nenhum defunto, a polícia estava ultrapassada e o corpo de bombeiros não dava conta da nova demanda. Todas essas conseqüências negativas do processo de massificação e metropolização podem ser percebidas em Belo Horizonte, timidamente nos anos 1930 e 40, escancaradas na década de 1950 e chegando ao ápice na década de 1960-70, período de maior crescimento relativo da cidade. [79]

Na década de 1930 o rápido crescimento urbano já era um problema na capital mineira. Para tentar ordená-lo, foi elaborado em 1933 o Plano Geral da cidade de Belo Horizonte. Nesse plano, no qual se tentou redefinir as zonas urbana, suburbana e rural,

[77] ROMERO. *América Latina*, p. 334-336.
[78] ROMERO. *América Latina*, 2004.
[79] ROMERO. *América Latina*, p. 385.

foi definida também a necessidade de adensar a zona central, cujas terras já se encontravam em processo de grande valorização. Em 1936 foi iniciada a criação de uma nova Planta Cadastral de Belo Horizonte. A planta serviria como um instrumento básico para elaboração de um plano de reformulação urbana na cidade, inclusive com o projeto de uma nova rede viária que ligasse a capital a outros pontos do Estado. Durante a administração de Juscelino Kubistchek (1940-1945), a implementação das avenidas radiais contribui para o crescimento dos bairros, principalmente em direção ao oeste da cidade, além de reforçar a importância da região central da capital. Em 1941, com a inauguração da Cidade Industrial, a Região Metropolitana de Belo Horizonte se consolidou como o grande polo econômico do Estado, aumentando o ciclo vicioso provocado pelo êxodo rural e pela falta de estrutura da urbe. [80]

O rápido crescimento populacional aumentava a oferta de trabalho, provocando desemprego e queda nos salários. Como resultado desse processo, as vilas e favelas cresceram muito a partir dos anos de 1930, a maioria sem nenhum serviço público como água, luz e esgoto. Houve ainda o incremento da violência, da população mendicante e de problemas de saúde pública. Os casos de enterites, provocadas pelas condições sanitárias precárias, bateram recordes ano após ano. Internações em hospitais devido a picadas de escorpiões e enfermidades provocadas por mosquitos também cresceram. A defasagem estrutural e os problemas sanitários, como a falta de água, enchentes e a precariedade da rede de esgotos, estavam presentes na cidade desde a década de 1930, mas todos esses problemas se agravariam muito até a década de 1970. Entre 1940 e 1960,[81] Belo Horizonte passou de 211.377 habitantes para 693.328, um acréscimo populacional muito rápido, mas nada comparado à década seguinte, quando a cidade alcançou a marca de 1.235.030. [82]

[80] KAMEL, Roberto Chafik Abu. *Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007, p. 25-40; PBH. *Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedicto Valladares Ribeiro, 1940-1941.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

[81] A década de 1960 foi a que apresentou o maior volume de problemas sanitários em Belo Horizonte. Durante toda a década, principalmente entre 1963-1969 os esgotos arrebentavam frequentemente pelas ruas e a água fétida escorria pelas sarjetas. O lixo, acumulado em enormes pilhas nas ruas e calçadas, assoreava os córregos que, a cada chuva, transbordavam. Após as inundações, sobrava um mar de lama, suja de esgoto e lixo, onde as crianças adoravam brincar sem saber dos riscos que corriam de contrair doenças como a esquistossomose e gastrenterite. Esse assunto será tratado no quarto capítulo do trabalho.

[82] SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. "Expansão urbana de belo horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90". In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira* [Proceedings of the 13th Seminar on the Economy of Minas Gerais], 2008, p. 4; KAMEL. *Gestão Municipal*, p. 34-36; PBH. *Relatório*, 1942.

Devido à grande pobreza no campo, à falta de infraestrutura dos países e às condições ruins das cidades da América Latina, principalmente a partir de 1930, começaram a surgir projetos e teorias para superar o "atraso" econômico e social do continente, marcando o início da consolidação de uma das teorias políticas mais fortes e vitoriosas do século XX e que permanece com muito vigor no século XXI, o desenvolvimentismo. [83]

2.1 – A Cepal e a sistematização para o desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento foi herdado da biologia, que o utiliza para descrever os diferentes estágios dos seres vivos. Portanto, desde sua matriz léxica o conceito preconiza estágios de evolução, etapas para atingir um ponto ideal de desenvolvimento pleno. Mas o conceito foi adaptado para o terreno socioeconômico a partir das primeiras décadas do século XX e se transformou em uma ideia para a superação intencional de uma situação de atraso econômico e social relativo. Dessa forma, o conceito de desenvolvimentismo, como explica Otávio Dulci, envolve uma clara dimensão política. Isso fica evidente por meio das ações governamentais e nas articulações de grupos diversos em torno da meta de superação do atraso. Portanto, as políticas desenvolvimentistas estão pautadas em uma perspectiva de um projeto político e possuem um forte sentido estratégico e mobilizador. [84]

A ideia de desenvolvimento econômico, dessa forma, está associada às condições de vida da população e a uma série de dados que mensuram o desenvolvimento de um país. Dentro desse conceito, o importante não é apenas a magnitude da expansão da produção representada pela evolução do PIB, mas também a

[83] Alguns estudiosos afirmam que as origens do desenvolvimentismo brasileiro remontam a João Pinheiro, empresário e político mineiro do final do século XIX e do início do século XX. Pinheiro, segundo Otávio Dulci, orientou sua vida empresarial e política pela busca positivista do progresso. Como Governador tentou diversificar a economia e modernizar a produção agrícola, para assim superar o "atraso" de Minas Gerais em relação ao Estado de São Paulo. Nessa percepção de atraso e na iniciativa do governo de superá-lo, João Pinheiro teria inaugurado o pensamento desenvolvimentista brasileiro. Ainda segundo Dulci, essa percepção mineira de atraso em relação a São Paulo, já no século XIX, também explicaria o vaguardismo de Minas Gerais na busca pelo desenvolvimento em nomes como Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek, Francisco Negrão de Lima entre outros. Apesar das iniciativas de João Pinheiro, é mais correto afirmar que o desenvolvimentismo moderno brasileiro só viria de fato nos anos de 1930, principalmente por meio do presidente Getúlio Vargas e seu plano de industrialização nacional. Sobre as origens do pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais ver: GOMES, Ângela de Castro (org.), *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005; DULCI, Otávio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

[84] DULCI, Otávio. "João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro". In: GOMES. *Minas e os fundamentos*, p. 114.

natureza e a qualidade desse crescimento. Quando um país é considerado desenvolvido, o que se ressalta são as condições de vida da população, acesso à educação, baixa taxa de desemprego, baixa mortalidade infantil, saneamento básico, entre outros. Para um país ser desenvolvido, não basta ter uma boa renda *per capita*, é preciso ter distribuição de renda, ter indicadores sociais favoráveis e uma baixa taxa de pobreza.

Como vimos no caso de Belo Horizonte, o Brasil estava longe de ter essas características. As cidades em processo de metropolização estavam abarrotadas de desempregados, muitos deles provenientes do campo. Além disso, as condições de saneamento eram precárias em muitas cidades, às quais se somavam as altas taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil. Dessa maneira, apesar de a renda *per capita* ter uma boa média de crescimento entre 1940 e 1980, a distribuição de renda foi péssima.

A instabilidade e as crises geradas após as duas grandes guerras mundiais, somadas à pressão do socialismo com a emergência da União Soviética como uma das grandes potências mundiais em 1945, fez com que a pressão pelo desenvolvimento econômico tornasse um tema ainda mais importante dos governos. Em 1948, ano marcante para Belo Horizonte por ser o ano inicial da gestão do primeiro prefeito eleito da história do município, foi importantíssimo também para a consolidação de uma política desenvolvimentista latina por meio da CEPAL (*Comisión Económica para América Latina*), fundada em fevereiro de 1948, mesmo mês da grande enchente em Belo Horizonte que abriu o capítulo.

O órgão, vinculado ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), publicou diversos estudos entre o final da década de 1940 e o início da década de 1950. Neles o atraso relativo da América Latina foi explicado pelas relações de trocas internacionais nas quais o "centro", [85] por reter os frutos do progresso técnico, por exportar bens industrializados de maior valor agregado e por possuir melhor organização social e sindical, se beneficiava com as trocas com a "periferia", que exportava bens primários de baixo valor agregado cujos preços não subiam com o aumento da demanda e sempre caíam quando a procura pelos mesmos reduzia. A única saída desse ciclo vicioso de trocas desfavoráveis seria o desenvolvimento econômico por meio da industrialização e aumento da produção de bens tecnológicos de alto valor.

[85] O conceito de "Centro" e "Periferia" foi utilizado por teóricos do imperialismo desde o final do século XIX e no início do século XX e pressupõe um sistema de dominação, ou de, no mínimo, relações desiguais entre os dois blocos. Com a teoria cepalina o conceito ganhou uma dimensão maior, adquirindo perspectivas da própria periferia. Esse par de conceitos assimétricos foi muito utilizado no vocabulário do desenvolvimentismo a partir do final dos anos de 1940, assim como desenvolvidos/subdesenvolvidos e primeiro mundo/terceiro mundo.

Segundo essa visão, na ausência de uma burguesia forte para tocar o projeto industrial na América Latina e pela escassez de recursos econômicos e técnicos, era necessária a ação do Estado.

O pensamento de Raúl Prebisch, Celso Furtado e do grupo que constitui a CEPAL tirou inspiração da política econômica de estadistas da América Latina de 1930-1940, especialmente Getúlio Vargas. Esse pensamento apresentava, como vimos, uma visão dual de mundo, entre centro e periferia, sendo que as relações entre esses países, principalmente o comércio, comportavam mecanismos que perpetuavam o subdesenvolvimento dos países marginais. Os conceitos elaborados pela CEPAL a partir dessa visão dualista não se apresentavam apenas como um diagnóstico da realidade, mas também como uma base para a ação, para a superação do subdesenvolvimento. Essa ação preconizava o esforço das nações subdesenvolvidas no sentido de promover de industrialização como política de Estado, adequando as relações internacionais a essa realidade. Assim, havia o objetivo de se produzir um novo modelo de inserção internacional que superasse as desigualdades entre as nações, promovendo assim o desenvolvimento dos países periféricos. [86]

A sistematização teórica e empírica realizada pela CEPAL enfatizou, portanto, a importância dos planos de desenvolvimento nacionais, com ênfase na industrialização, na construção de infraestrutura e na intervenção estatal e deu um suporte teórico para as políticas desenvolvimentistas em toda América Latina desde então. No Brasil, por exemplo, o Plano de Metas de Juscelino contou com a estruturação cepalina, por meio dos estudos do economista Celso Furtado (apesar da reforma agrária, um dos pressupostos cepalinos, não ter sido devidamente considerada). Além do plano de metas, a CEPAL influenciou a criação de órgãos como a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), Cia. Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), na década de 1940, e a posterior criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das superintendências regionais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966. [87]

---

[86] CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional:* formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 12-17.

[87] DULCI. *Política e recuperação econômica*, 1999; DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1981; _____. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, FACE, UFMG, 2001, p. 2-9; GREMAUD, Amaury Patrick et. al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 2007; BARBOSA, D. H. D. "Desenvolvimento Econômico e Pensamento Desenvolvimentista:

As análises da CEPAL, apoiadas em políticas desenvolvimentistas latinas que remontam aos anos de 1930, comprovam que o desenvolvimentismo na América Latina não foi algo meramente importado dos Estados Unidos, nem tampouco começou a partir do governo do Presidente norte americano Harry Truman (1945-1953). O Brasil, assim como outros países latino-americanos, tinha modelos de desenvolvimentismo próprios e mesmo os que vieram de fora foram adaptados a nossa realidade e dialogaram com modelos e práticas políticas nacionais.

A leitura da obra de Escobar sugere que as políticas desenvolvimentistas intensificaram-se no período do pós-guerra, mais precisamente a partir de 20 de janeiro de 1949, após o célebre discurso de posse Harry Truman como presidente dos Estados Unidos, que enfatizou a necessidade de desenvolver as áreas "subdesenvolvidas" do mundo capitalista, com o suposto objetivo humanitário de melhorar a qualidade de vida dessas áreas e de evitar o avanço do comunismo no "terceiro mundo". O discurso desenvolvimentista, segundo Escobar, apresentava um caminho perverso que colocava os países desenvolvidos em um estágio de "evolução" superior, pelo pioneirismo na industrialização.

Assim, como o capitalismo era apresentado como a única experiência válida de organização da sociedade, o caminho percorrido pelos países desenvolvidos era, portanto, o único possível e deveria servir de modelo para os Estados de "terceiro-mundo". Como havia um único modelo plausível, os países pobres da Ásia, África e América Latina, deveriam se esforçar para sair da condição de subdesenvolvimento. Para isso eles contariam com a generosidade das nações desenvolvidas que, por meio dos empréstimos de agencias internacionais de desenvolvimento e de outras diversas formas de auxílios, promoveriam o progresso nas partes menos favorecidas do mundo. Essa ideia salvacionista, presente no discurso de Truman, oferece uma fórmula para o desenvolvimento, que era imposta aos países mais pobres por meio das prescrições e das normas para a concessão de verbas. [88]

O autor possui méritos ao desconstruir o discurso progressista do pós-guerra ao afirmar que o desenvolvimentismo "*was, and continues to be for the most part, a top-down, ethnocentric, and technocratic approach",*[89]que homogeneíza os países

o caso de Minas Gerais (1933-1968)". In: *Anais do IV Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

[88] ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development:* The Making and Unmaking of the Third World. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

[89] ESCOBAR, *Encoutering Development*, p. 44.

subdesenvolvidos e os prendem nas inúmeras prescrições e acordos gerados após a liberação de verbas de empréstimos, além de favorecer os grandes grupos industriais dos países mais ricos, em detrimento das pequenas empresas locais. Dessa forma, segundo Escobar, o que o discurso e a estratégia do desenvolvimento gerou, em muitos casos, foi justamente o oposto que prometia: pobreza, desemprego, opressão, exploração e, ironicamente, perpetuou o subdesenvolvimento de nações menos favorecidas: *"the discourse and strategy of development produced its opposite: massive underdevelopment and impoverishment, untold exploitation and oppression".*[90] Mas até quando o autor acerta é possível perceber o maior equívoco de sua análise, que peca por apresentar uma visão unilateral do desenvolvimentismo, como se ele fosse algo simplesmente importado dos países ricos. Ao apresentar as políticas de desenvolvimento como "*top-down*", ou seja, de cima para baixo, o autor diminui as lutas e as iniciativas em prol do desenvolvimento construídas nos próprios países considerados subdesenvolvidos e, inconscientemente, reproduz a visão ocidentalizada e etnocêntrica que ele tanto critica ao analisar os discursos de progresso. [91]

No final dos anos de 1940 e no início da década de 1950, fica evidente o fortalecimento dos discursos desenvolvimentistas no cenário político municipal e podem-se notar tendências do *modus operandi* da CEPAL nesses discursos. Os prefeitos da cidade, no limiar das décadas de 40 e 50, sistematizaram os motivos do atraso de Belo Horizonte, assim como a CEPAL fizera com a América Latina, e pediram uma maior intervenção estadual e federal nas políticas de melhoria da infraestrutura urbana. Isso pode ser comprovado nos relatórios de Octacílio Negrão de Lima apresentados à Câmara Municipal entre 1948-1951, no Plano Programa de Américo Rennê Giannetti, que será analisado mais tarde neste capítulo e no "Censo Municipal de 1957", realizado na gestão de Celso Mello de Azevedo de Azevedo (1955-1959),[92] levantando assim uma das principais bandeiras cepalinas, a de intervenção estatal como condição para o desenvolvimento. Como dito, nessa mesma época um vocabulário desenvolvimentista apareceu aos poucos nos discursos da municipalidade, principalmente a partir de meados da gestão de Celso Mello de Azevedo, momento que coincidiu com a eleição de

[90] ESCOBAR, *Encoutering Development*, p. 4.
[91] ESCOBAR, *Encoutering Development*, p. 1-44.
[92] Segundo o Prefeito Celso Mello de Azevedo, Belo Horizonte não era suficientemente conhecida, não se sabia ao certo quantos habitantes a cidade possuía, qual era a taxa de imigração do interior, quais eram os bairros que mais cresciam, quais precisavam de maiores investimentos em saúde e saneamento. O objetivo do Censo Municipal, segundo a municipalidade, era fazer um retrato de corpo inteiro do município para identificar os problemas e as necessidades de cada bairro e vila de Belo Horizonte para depois ataca-los com maior precisão. Esse assunto será tratado na próxima seção desse trabalho.

Juscelino Kubitschek como presidente do Brasil em 1956. A partir daí, o discurso desenvolvimentista se tornou cada vez mais forte nas ações dos prefeitos, inclusive nas obras sanitárias, que se tornaram sinônimos de obras de desenvolvimento. [93]

Os abrangentes estudos da CEPAL afirmavam ainda que as condições sanitárias de um país seriam um dos indicadores de desenvolvimento econômico, aumentando ainda mais a importância das obras sanitárias e chamaram a atenção para a infraestrutura dos países latinos quando suas cidades sofriam com diversos problemas. Vale a pena ressaltar que os estudiosos que compunham a CEPAL, bem como os desenvolvimentistas em geral, não pareciam ter um plano específico para as cidades latinas, ou para ordenar o crescimento delas (até porque a Cepal é uma comissão focada na economia, e não no urbanismo), que começaram a sofrer com novos problemas, como o trânsito. No final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, esse grave problema surgia em Belo Horizonte, provocando, para o espanto da mídia e das autoridades belo-horizontinas, diversas vítimas de acidentes entre mortos e feridos além de diversos transtornos menos graves.

No início da década de 1950, Belo Horizonte sofria com diversos problemas relacionados ao tráfego de veículos. O transporte coletivo era ineficiente, inadequado, com pouca fiscalização e apresentava um grande número de acidentes. As ruas não suportavam o volume crescente de automóveis e os engarrafamentos no centro da cidade já aconteciam na hora do *rush*. Contudo o problema mais assustador eram os atropelamentos e batidas entre veículos, com vítimas fatais. Os citadinos não tinham costume de dividir as ruas com o número crescente de automóveis, sendo que muitos cruzavam as vias de forma distraída. Jornais da capital noticiavam acidentes nessas condições, como os atropelamentos de uma sexagenária no Centro e de um rapaz na Pampulha, no dia 3 de janeiro de 1950, provocados pelo excesso de velocidade e pela falta de cuidado dos pedestres. Três dias depois, um atropelamento na Rua Jacuí matou um menor. No mesmo dia outro acidente similar no Barro Preto deixou uma pessoa gravemente ferida. [94]

As colisões de veículos com vítimas, assim como os atropelamentos, também eram comuns. Em um sábado, no dia 7 de janeiro de 1950, o capotamento de um

[93] DINIZ. *A questão regional*, p. 80; GREMAUD. *Economia Brasileira Contemporânea*, 2007; GIANNETTI, Américo Renê. *Plano Programa de administração para Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1951. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na sessão ordinária de 22 de junho de 1951.
[94] DM, terça-feira, 3 jan. e sábado, 7 jan. 1950, p.7.

caminhão no bairro Serra, após colisão com outro veículo, deixou dois mortos e três feridos. Quatro dias depois, houve um violento choque entre dois automóveis na Avenida Amazonas, deixando uma mulher em estado de saúde grave. [95] O jornal Diário de Minas, em um artigo assinado pelo colunista Marco Antônio, colocou Belo Horizonte como a cidade com os problemas de trânsito de mais difícil solução em todo o Brasil:

> Nos dias de hoje, nenhuma cidade apresenta, como a nossa, dificuldades tão grandes para a solução do grave problema do trânsito. Isto porque os cruzamentos das ruas são em ângulo reto, os quarteirões pequeníssimos e há constantes incidências de três ou mais vias públicas em um ponto único, cortando-se em todos os sentidos. A freqüência de acidentes automobilísticos nos últimos tempos, está a exigir de nossa sonolenta polícia, providencias imediatas. [96]

O artigo ainda sugere algumas medidas que poderiam ser tomadas pela municipalidade para amenizar o problema do tráfego. Entre as ações, o jornal recomenda uma maior fiscalização dos veículos, a criação de vias de mão única com boa sinalização e programas de educação para os pedestres e motoristas. De fato, a PBH tentou diversas medidas para melhorar o trânsito da capital: proibiu a circulação de pessoas nos estribos dos bondes, fez propagandas nos jornais para as pessoas pararem de ler ao atravessar as ruas e, numa tentativa que beira ao desespero, fez um regulamento para receber sugestões do povo para os bondes, os ônibus e o trânsito. [97]

O grande número de notícias sobre acidentes de transito, bem como as matérias que apontam possíveis soluções para esse tipo de problema, denotam a apreensão dos transeuntes com essa nova insegurança. Todavia, a solução desses problemas esbarrava em uma série de dificuldades, uma vez que os motoristas dos ônibus coletivos, reclamando das condições de trabalho, do baixo salário e do grande número de passageiros, entraram, em diversas ocasiões, em greve. Quando os trabalhadores resolviam dirigir os ônibus, os donos das concessionárias faziam locaute, proibindo a entrada dos motoristas nas garagens para desmobilizar as reivindicações de aumento de salário (como na paralisação de dezembro de 1950). Na falta dos ônibus, os passageiros buscavam os bondes, velhos, inseguros e lotados. Devido à grande lotação dos coletivos elétricos, pessoas continuavam a andar nos estribos, desrespeitando a regulamentação do município, correndo o risco de serem atingidas por caminhões e ônibus que

[95] DM, sábado, 7 jan. 1950, p. 7; DM, quinta-feira, 12 jan. 1950, p. 12.
[96] DM, quarta feira, 18 jan. 1950, p. 4.
[97] DM, domingo, 1 jan. 1950, p. 2; DM, quarta feira, 11 jan. 1950, p. 12; DM, quarta feira, 18 jan. 1950, p. 4; DM, sexta feira, 20 jan. 1950, p. 7; EM, domingo, 3 dez. 1950, p. 12.

passavam rente aos bondes. Muitos motoristas, inclusive profissionais, não tinham licença para dirigir. Tudo isso fez com que os problemas do trânsito aumentassem. Apesar do número de vítimas fatais ter oscilado com o tempo, os congestionamentos pioraram, principalmente porque a frota não parou de aumentar. [98]

Um passo decisivo para o aumento da frota de carros em Belo Horizonte, que também consagra o automóvel como símbolo do progresso no Brasil, foi o "binômio energia e transportes", [99] lançado por Juscelino Kubistchek, governador de Minas Gerais entre 1951 e 1956. Juscelino inspirou-se em planos desenvolvimentistas advindos do Governo de Getúlio Vargas e da CEPAL, apesar de ter ignorado importantes recomendações do grupo da ONU, como a divisão de rendas e a reforma agrária.

O "binômio" priorizou a industrialização e o crescimento econômico de Minas Gerais por meio da união de políticos, empresários e tecnocratas, facilitando a captação de recursos e empréstimos para as obras de infraestrutura, que pretendiam aumentar o potencial energético do Estado e interligá-lo através de rodovias. No setor de transportes, JK construiu 3.725km de estradas, demonstrando claramente que o automóvel teria protagonismo nas políticas de desenvolvimento a partir desse momento. [100]

O mandato de Juscelino como Governador marcou ainda um crescimento industrial sem precedentes. Minas Gerais tornou-se uma região com grandes atrativos para indústrias multinacionais por ser localizada em uma posição geográfica central, possuir vastos recursos minerais, ter ampliado a infraestrutura energética e rodoviária,

[98] EM, quarta-feira, 6 dez. 1950, p. 12.

[99] A suficiência energética de Minas Gerais seria alcançada através da criação de companhias energéticas regionais, conglomeradas em um *holding*, a CEMIG, fundada em 1952. Além disso, durante o "binômio", foram construídas as usinas energéticas de Salto Grande, Itutinga, Paredão e Pandeiros, entre outras, além da ampliação da usina de Pai Joaquim, que permitiram o crescimento do parque industrial de Contagem, nas imediações de Belo Horizonte e a implementação da usina siderúrgica do grupo alemão Mannesmann. No transporte a prioridade foi a construção de rodovias, mas 75 campos de pouso foram criados, com a capacidade de receber aviões de porte médio. Apesar da aceitação do Binômio por parte da mídia e da população mineira, o programa levantou suspeitas de corrupção, de superfaturamento de obras, de favorecimento de grupos e trustes e foi criticado por ter endividado o Estado. O Governador seguinte, Bias Fortes, teve sérios problemas orçamentários em sua gestão. Um dos principais críticos do "binômio Energia e Transportes" foi o jornal "Binômio Sombra e Água Fresca", fundado em 1952, em Belo Horizonte, pelos jornalistas José Maria Rabelo e Euro Arantes. O jornal, que já no título contrapunha o slogan de Juscelino, escancarava o lado pouco conhecido da política e da mídia mineira. No editorial do primeiro número, o jornal se intitulou como quase independente: *"Temos 99% de independência e um por cento de ligações suspeitas. O oposto de nossos ilustres confrades, que têm um por cento de independência e noventa e nove por cento de ligações mais suspeitas que o mordomo de filme policial americano"*. Ver: DINIZ. *Estado e capital estrangeiro*, 1981; *Binômio Sombra e Água Fresca*, 17 fev. 1952.

[100] DULCI. *Política e recuperação econômica*, 1999; DINIZ. *Estado e capital estrangeiro*, p. 60-97; EAKIN, Marshall C. *Tropical Capitalism*: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil. New York: Palgrave, 2001, p. 89-129.

além de oferecer, por meio do governo, enormes incentivos fiscais. Essa industrialização realizou-se predominantemente no ambiente urbano, principalmente no entorno de Belo Horizonte, transformando ainda mais o cenário já mutante da capital mineira.

Porém o plano de desenvolvimento de Minas Gerais, promovido por Juscelino, não contou com um projeto eficiente de estruturação urbana. Era previsível que Belo Horizonte e região iriam crescer devido à industrialização, sendo, portanto, necessário um completo replanejamento urbano para uma capital que não suportava a demanda da população que já a habitava. Todavia esse assunto parece ter sido negligenciado pelo governo de Juscelino, como governador, demonstrando mais uma vez que os projetos desenvolvimentistas praticados no Brasil não pensaram a cidade, ocasionando o aumento de problemas antigos e abrindo caminho para novas preocupações, como o trânsito.

As novas estradas que levavam a Belo Horizonte, além do crescente parque industrial ao seu redor, provocou um aumento considerável da frota, mas a estrutura da malha viária da capital não acompanhou esse crescimento. As ruas ficavam esburacadas com frequência, os congestionamentos eram recorrentes nas principais vias da cidade e o transporte público continuava ineficiente. [101]

O trânsito estava longe de ser o único problema de Belo Horizonte, pois a situação sanitária da cidade, mesmo com as medidas adotadas pelo prefeito Negrão de Lima após as chuvas de fevereiro de 1948, ia de mal a pior. O acúmulo de lixo e entulhos pelas ruas provocou um grande aumento de vítimas de escorpiões, algumas fatais. O sistema de abastecimento de água continuou com uma estrutura precária, a escassez do líquido era crônica e, em muitos casos, os jornais relataram a sua contaminação. O Bairro Carmo e circunvizinhanças, por exemplo, sofreu no verão de 1950 com o lamentável estado sanitário da água proveniente do reservatório do Mutuca.[102]

Uma reportagem do Estado de Minas apurou que as chuvas enlameavam as águas do reservatório que, segundo o jornal, não passavam por tratamento antes de serem distribuídas. Mas o principal motivo da poluição da represa do Mutuca naquele período era outro. Operários que trabalhavam na construção da rodovia Belo Horizonte

[101] DINIZ. *Estado e capital estrangeiro*, p. 60-97; EAKIN, *Tropical Captalism*, p. 89-129; DM, domingo, 1 jan. 1950, p. 2; DM, quarta feira, 11 jan. 1950, p. 12; DM, quarta feira, 18 jan. 1950, p. 4; DM, sexta feira, 20 jan. 1950, p. 7; EM, domingo, 3 dez. 1950, p. 12.
[102] EM, quinta-feira, 7 dez. 1950, p. 10; EM, terça-feira, 12 dez. 1950, p. 4.

– Rio de Janeiro utilizavam o reservatório para tomar banho, lavar vasilhas de comida e tambores de óleo e gasolina, tornando a água intragável e imprópria para o consumo. A reportagem ainda denuncia a situação de outros reservatórios:

> Segundo pode-se constatar facilmente, o precioso líquido, que jorra das torneiras em diversas regiões da cidade, é de aspecto duvidoso demonstrando que não houve qualquer tipo de tratamento. [103]

As obras, custosas para o orçamento limitado da PBH, mas tímidas em relação à defasagem do sistema de esgotos e drenagem de águas pluviais de Belo Horizonte, não resolveram os problemas sanitários da cidade. Pior, pode-se dizer que, na maioria das regiões da capital, nenhuma diferença foi notada. Isso ficou evidenciado com uma forte tempestade que caiu na cidade no dia 14 de dezembro de 1950, no final do mandato de Octacílio Negrão de Lima, provocando inundações em diversos bairros, fortes enxurradas, queda de postes, desabamento de casas e deslizamentos. A forte queda d'água teve um saldo de duas mortes, além de vários feridos. [104]

Vários bairros de Belo Horizonte sofreram com a violência das águas, principalmente Serra, Renascença, Sion, Centro e Santo Antônio. A Avenida Afonso Pena, na região do córrego do Acaba Mundo, sofreu com as fortes enxurradas. O mesmo córrego transbordou na Avenida Senhora do Carmo, causando pânico entre os moradores dos bairros Carmo e Santo Antônio. Uma capela no bairro São Francisco desabou, a Rua Jacuí transformou-se em um rio, barracões ruíram e fios partiram, eletrocutando transeuntes e causando dois óbitos. As duas vítimas fatais dos temporais, por exemplo, morreram eletrocutadas por fios partidos: um surdo-mudo que capinava uma horta na hora da tempestade e uma menina de 14 anos, de nome Oswaldina das Mercês, que enfrentava as enxurradas durante a chuva. As necrópsias, divulgadas no dia seguinte, confirmaram a eletrocussão como *causa mortis*. [105]

O caos na cidade foi enorme, propiciando inclusive acontecimentos inusitados. Um criminoso, que seria interrogado no Prédio da Secretaria do Interior, aproveitou-se da falta de luz e da confusão para fugir da sala da Subinspetoria de Roubos e Falsificações. Valendo-se do escuro e da confusão, driblou todos e saiu do prédio no

[103] "Água contaminada servida à população". EM, quinta-feira, 7 dez. 1950, p. 16.
[104] EM, sexta-feira, 15 dez. 1950, p. 4 e 10.
[105] EM, 15 dez. 1950, p. 4 e 10; EM, sábado, 16 dez. 1950, p. 10.

meio da chuva. Devido às enxurradas, nenhum funcionário teve coragem de persegui-lo, mas a fuga foi infrutífera, pois o meliante acabou capturado no dia seguinte. [106]

Nos jornais do final da década de 1940 e no início da década de 1950, percebe-se um espanto muito grande com os problemas urbanos da cidade, principalmente em relação às "trágicas enchentes". Durante a cobertura desses eventos, a imprensa foi moldando uma forma de agir e um vocabulário específico para descrever esse problema persistente desde os primeiros anos de vida da cidade.

Em meados do século XX, a imprensa de Belo Horizonte estava crescendo, tanto em tipo de mídia (a Rádio Itatiaia, por exemplo, foi fundada em 1952), quanto em tiragem de jornais, talvez fruto do rápido crescimento da cidade. O formato dos periódicos sofreu profundas mudanças no período, e eles ganharam colunas específicas de contato com os leitores, que poderiam reclamar dos problemas cotidianos da cidade e fazer críticas e sugestões aos jornais. Além disso, os diários mudaram a diagramação, trazendo novos colunistas e atrações. Outro fator importante que pode ser notado nos jornais da capital mineira nesse período é o aumento do espaço dos cadernos de notícias locais que tratavam do cotidiano da cidade e do estado. Até o início da década de 1950, o jornal Diário de Minas, por exemplo, dava um destaque maior às notícias internacionais, importadas de outras agências como a Reuters. Com o passar dos anos, as colunas e as manchetes locais ganharam mais espaço e importância no diário belo-horizontino.

A reflexão de Willian James Ryan sobre a cobertura jornalística da grande enchente de 1951 em Kansas City, Estados Unidos, nos ajuda a pensar no papel da imprensa sobre as tragédias urbanas em cidades que passavam por grandes alterações em sua fisionomia (caso de Belo Horizonte e Kansas City). Segundo Ryan, a imprensa americana criou o *know how* na cobertura de grandes problemas urbanos *in loco*. Não havia experiência para reportar esse tipo de evento em Kansas City, pois a mídia estava em formação no início dos anos 50 naquela cidade (principalmente o rádio e a televisão). Portanto, para responder a uma grande tragédia urbana, no caso uma das maiores enchentes da história americana que destruiu diversos edifícios, além de provocar incêndios e destruições de todos os tipos, uma forma de agir foi criada, com o início dos plantões jornalísticos, serviços de utilidade pública e a mudança do foco das reportagens.

[106] EM, 15 dez. 1950, p. 4 e 10; EM, sábado, 16 dez. 1950, p. 10.

A partir desse momento, o enfoque seria mais pessoal e traria o sofrimento dos habitantes da cidade, pois isso, além de mostrar um lado humano da tragédia, dava mais audiência e vendia mais jornais, pois as pessoas se sensibilizavam com problemas mais próximos. Dessa forma, as notícias locais ganhariam importância na imprensa de Kansas City a partir desse período, assim como na capital mineira. [107]

Em Belo Horizonte, a forma de se relatar os grandes problemas urbanos, principalmente as enchentes, foi sendo moldado com a cobertura dos mesmos. Algo comum em todo o período foi a personificação da água, que parecia, segundo as matérias jornalísticas, decidir por conta própria extrapolar o leito dos rios e provocar o caos. Verbos como "penetrar", "violentar", "derrubar" e "invadir" foram utilizados para descrever a água das enchentes. [108]

Durante o governo de Octacílio Negrão de Lima, ficou evidente uma crescente defasagem entre o sistema de saneamento básico e o crescimento da população, evidenciando-se também a piora dos quadros dos serviços urbanos prestados pelo poder público. Como dito, quase nada funcionava direito na cidade, o lixo não era recolhido com eficiência, a educação precisava de investimentos, a saúde pública enfrentava sérias dificuldades, as condições de trabalho do funcionalismo público não eram as ideais e o orçamento da municipalidade estava sempre no vermelho. Tendo em vista todos esses problemas, é possível dizer que a gestão de Negrão de Lima terminou de forma melancólica, coroada com uma enorme cheia que devastou (mais uma vez) a cidade. Apesar dos esforços do prefeito na execução algumas obras sanitárias emergenciais, como a barragem de retenção do Acaba Mundo, a canalização do seu curso na Rua Rio Grande do Norte, o aumento do canal da Rua Professor Morais, intervenções no córrego do Serra e do Gentio e a canalização do córrego do Leitão na Av. Prudente de Moraes, as enchentes não cessaram, os córregos continuavam sujos e fétidos, a água encanada era de péssima qualidade e insuficiente. [109]

[107] RYAN, William James. "Reporting the '51 Flood: An Oral History of the Impact of a Natural Disaster on Local Broadcast News". In: *American Journalism Historians Association Annual Meeting*. Lawrence, Kansas, October 1-3, 1992.
[108] EM, quarta-feira, 3 mar. 1948; EM, 15 dez. 1950, p. 4 e 10; EM, sábado, 16 dez. 1950, p. 10.
[109] FJP. *Saneamento básico*, p. 154.

2.3 – A gestão Américo Rennê Giannetti: reflexão sobre a administração pública para planejar a cidade moderna.

A década de 1950 começou em Belo Horizonte, assim como a anterior havia terminado, de maneira caótica. A cidade não estava estruturada para o aumento populacional repentino e esse fenômeno criou uma avalanche de problemas e desafios que precisavam ser encarados pelo executivo da capital. O crescimento de vilas e favelas trouxe outro elemento importante, pois não era mais possível ignorar os problemas das periferias. Os moradores dessas regiões desprivilegiadas da cidade passaram a exigir o respeito que mereciam da administração pública. Isso se deu principalmente por meio dos "comitês pró-melhoramento" que surgiram em vários bairros.

A massificação e a metropolização da cidade também trouxe novidades. A elite belo-horizontina, incomodada com os novos problemas urbanos e a ampliação das favelas, buscou o isolamento em bairros nobres e condomínios de luxo que surgiam no arredor da cidade. Isso aprofundou a separação típica das cidades em processo de massificação entre a sociedade "normalizada" e os habitantes das favelas. Esses grupos viviam na mesma cidade, mas em territórios separados e, muitas vezes, em conflito. [110]

Esses novos desafios precisavam ser enfrentados pelos membros da administração pública, e a nova dinâmica da vida urbana requeria novas estratégias de planejamento e novos planos de ação. Nesse espírito Américo Rennê Giannetti, prefeito recém-eleito de Belo Horizonte, lançou seu "Plano – Programa para a administração de Belo Horizonte" em julho de 1951. Logo na primeira página, há uma reflexão sobre os novos desafios da administração das cidades modernas:

> As prementes exigências da vida moderna levaram não apenas os indivíduos, mas também o Estado, a lançar mão de novos métodos, capazes de tornar mais eficiente e produtiva a missão do administrador. No que toca ao Poder Público, processa-se uma verdadeira revolução no domínio da ação administrativa, a fim de torná-la apta a solucionar os problemas criados pelas profundas mudanças operadas na vida coletiva. Tal ação deve ser predominantemente objetiva, para que possa influir em todos os setores de atividade, quer quando se trate de instituições de caráter público, quer particulares, tendo em vista levar a cooperação e o

[110] ROMERO. *América Latina*, 2004; DUARTE, Regina Horta. *"Nem parece que a gente está no Brasil":* Country clubs e condomínios privados numa cidade brasileira, Belo Horizonte, 1951-1964. Belo Horizonte, MIMEO, 2011.

> estímulo do Governo a toda parte, fomentando iniciativas úteis, disciplinando forças construtivas, ou, ainda, corrigindo os desajustamentos sociais.[111]

O primeiro parágrafo demonstra que a municipalidade já tinha consciência de que enfrentava um período de profundas transformações. Dessa forma, uma nova configuração de ação política deveria ser instaurada para aumentar a eficiência e o alcance da administração pública e para melhorar a vida coletiva na cidade. O esforço tinha que ser enérgico e vivo, mas não poderia ultrapassar as *"limitações impostas pelos fundamentos jurídicos do regime democrático*" e pelas *"próprias conveniências coletivas"*. O esforço, portanto, só seria possível se obedecesse a um rigoroso plano que, *"respeitadas aquelas regras caracterizadoras da democracia, permita realizações que atendam, imediatamente, aos urgentes reclamos do povo"*. Essas demandas só seriam atendidas se as ações da municipalidade fossem previstas num programa de longo prazo dentro do qual os problemas poderiam ser atacados não somente na superfície, mas também em sua *"raiz mais profunda*".[112]

As administrações passadas foram duramente criticadas pelo Plano de Giannetti. Segundo prefeito, os homens públicos que lideraram o executivo, *"mesmo aqueles imbuídos de boa fé",* estabeleceram normas de governo e ações que estavam restritas aos seus mandatos efêmeros, levando a efeito a realização de obras isoladas, que beneficiaram momentaneamente uma parcela mínima da população. O plano caracteriza esse tipo de administração como *"individualismo na política"*, uma maneira de fazer e ser visto como o benfeitor, sem pensar no futuro, no planejamento e na coletividade. [113]

Mas esse individualismo não poderia sobreviver à nova realidade da administração pública, nem às novas regras do jogo democrático. O individualismo na política, segundo o plano, gerou uma profunda descrença dos cidadãos em relação à prefeitura. Para restabelecer a confiança do povo dentro da *"ambivalência democrática",* na qual a autoridade do poder público ficou *"em, alguns casos, comprometida",* se justificaria uma ação segura, previdente e planejada, caso contrário, o administrador estaria condenado ao fracasso e, em sua queda, poderia levar junto instituições úteis à vida coletiva:

---

[111] GIANNETTI. *Plano Programa de Administração*, p. 9.
[112] GIANNETTI, *Plano Programa de Administração*, p. 9-11.
[113] GIANNETTI, *Plano Programa de Administração*, p. 6.

> Com efeito, a influência cada vez mais vigorosa desses fatores de confusão e desagregação fez crescer no seio do povo a insatisfação e a descrença, obrigando os responsáveis mais lúcidos pelos destinos coletivos a adotar outras normas de conduta, a fim de que fossem solucionados os problemas de administração dentro de esquemas amplos e abrangentes. Assinale-se ainda que, no mundo moderno, os homens encarregados de prover às necessidades coletivas, ou se orientam no sentido de ser úteis efetivamente ao povo, atendendo as suas necessidades e exigências, ou estão condenados ao fracasso, arrastando, muitas vezes, na sua queda, instituições que poderiam, ser melhor orientadas, prestar ainda bons serviços ao regime (...) Se a autoridade do Poder Público, na ambiência democrática, ficou em alguns casos comprometida, por via da incompreensão dos seus agentes, gerando um clima de descontentamento coletivo, mais se justifica a ação previdente e segura, que restaure a confiança do povo na conduta dos governos.[114]

No Plano-Programa, o fluxo migratório crescente do campo em direção à cidade é apontado como uma das grandes causas do agravamento dos problemas urbanos, mas em Belo Horizonte a solução desses problemas era mais difícil em relação a outras capitais brasileiras, que tinham seus serviços públicos mantidos por outras esferas administrativas, como o governo estadual e federal. O sistema sanitário de São Paulo era controlado pelo Estado, no Rio de Janeiro o Governo Federal se encarregava dessa tarefa. Essa comparação é feita no Plano de Giannetti para reivindicar uma maior participação do Governo do Estado de Minas Gerais na solução dos problemas de sua capital, uma vez que a Prefeitura de Belo Horizonte não teria condições para resolvê-los sozinha. [115]

O Plano-Programa discorre sobre todos os graves problemas do município, mas o abastecimento de água e o sistema de esgotos da capital são considerados como urgentes, precisando de atenção mais rápida e ampla. A administração de Américo Renê Giannetti assumiu a prefeitura com um *déficit* diário superior a vinte milhões de litros de água no sistema de abastecimento, com muitos bairros e vilas sem água encanada e com as regiões que tinham acesso ao precioso líquido carentes de um abastecimento regular. [116]

A municipalidade propôs uma série de medidas para combater esse quadro, como a criação do Serviço de Perfuração dos Poços Artesianos, a captação do córrego dos Fechos (iniciadas em 1951, concluídas em 1953), a execução da segunda fase das obras de captação da represa do Mutuca, a captação do córrego do Gorduras, dentre

[114] GIANNETTI, *Plano Programa de Administração*, p. 11.
[115] GIANNETTI, *Plano Programa de Administração*, p. 16-17.
[116] FJP. *Saneamento básico*, p. 164.

outras. Com exceção da captação dos Fechos, nenhuma outra obra de captação chegou a ser concretizada.

O projeto para a implementação de estações de tratamento e filtragem das águas dos córregos dos Fechos e Mutuca e a construção de novos reservatórios de distribuição de água também foram previstas no Plano-Programa, ficando a cargo do engenheiro sanitário Saturnino de Brito Filho que, em seu relatório, aponta ainda a necessidade de uma atualização da rede de água e esgotos da capital. Projetada para atender a casas e pequenos edifícios, a rede era completamente inadequada para a nova densidade demográfica e para os arranha-céus que surgiam no centro da cidade. Por esse motivo, o Plano-Programa já prevê a construção de novas redes de água e esgotos, obras que se tornariam rotina na cidade, principalmente na década de 1960. [117]

Ainda no que tange às obras sanitárias, foram previstas obras de canalização, como a do córrego do Pastinho, na Avenida Pedro II, e de construção de galerias pluviais. Mas o saneamento do córrego Acaba Mundo, no Parque Municipal, mereceu atenção especial. Na sessão da Assembleia Legislativa de 04/07/1951, o deputado Gregoriano Canedo, após fazer um grande elogio ao Plano-Programa de Giannetti, faz menção ao grave problema da esquistossomose [118] em Belo Horizonte. Esse problema, segundo o deputado, *"vem alcançando, de ano para ano, as proporções de uma verdadeira calamidade, não apenas belo-horizontina, mas estadual"* sendo que o Parque Municipal seria *"um dos focos mais ativos dessa enfermidade que existem no mundo".* O deputado elogia o prefeito pela iniciativa de sanear os lagos do Parque e pelo plano da construção de um centro de combate à doença, mas alerta que o cenário poderia piorar: *"na ausência de medidas profiláticas individuais, principalmente a poluição dos córregos da cidade pelos indivíduos já parasitados, se tornará cada vez maior".*[119]

A poluição dos córregos de Belo Horizonte era um problema sério. Os esgotos continuavam sem nenhum tratamento, poluindo os córregos e aumentando a incidência de doenças como a esquistossomose e as enterites. A população jogava todo tipo de

[117] FJP. *Saneamento básico*, p. 165; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, 1997.
[118] A esquistossomose é uma doença crônica causada por platelmintos parasitas e multicelulares do gênero *Schistosoma*. No Brasil, a doença é causada pelo *Schistossoma mansoni* que tem a espécie humana como hospedeiro definitivo e caramujos de água doce como hospedeiros intermediários. Pessoas contaminadas transmitem a doença por meio das suas fezes e urina, que contém ovos do parasita, quando estas atingem rios, córregos e outros ambientes de água doce, onde contaminam o caramujo. Os ovos também podem atingir os córregos pelas enxurradas e pelo esgoto não tratado. A doença é comum em áreas com pouco saneamento básico.
[119] EM, quinta-feira, 5 jul. 1951, p. 12.

dejetos diretamente nos rios. Somados a isso, o fraco efetivo de coleta de lixo da capital e os entulhos da construção civil causavam o assoreamento dos cursos d'água e tornavam as enchentes mais frequentes. Nessa época não foi pensada nenhuma iniciativa para recuperar os córregos da cidade, pelo contrário, o ímpeto para a canalização total dos rios crescia cada vez mais.

O Plano-Programa do prefeito Giannetti pode ser considerado como um marco na administração de Belo Horizonte, pois apresenta uma discussão, muito bem escrita e detalhada, de como a gestão do município deveria mudar para acompanhar a nova dinâmica da cidade. Vários problemas urbanos foram analisados minuciosamente e soluções foram propostas para todos eles. Mas o crescimento constante da capital mineira e a dificuldade de angariar recursos para as custosas obras do município provocaram um atraso no planejamento de 1951 e muitas obras propostas não foram sequer licitadas. Como resultado, os velhos problemas continuaram: a água ainda era escassa, o sistema de recolhimento de lixo piorou e as ruas continuavam esburacadas e engarrafadas. Com todos esses graves inconvenientes, a popularidade de Giannetti caiu drasticamente.

A reportagem do Diário de Minas do dia 21 de abril de 1954, intitulada "Reclamações da cidade", criticou veementemente o comando de Giannetti à frente da PBH fazendo um apanhado geral do *"desolador aspecto de Belo Horizonte"*. Segundo o artigo, apesar do Plano-Programa do prefeito, Belo Horizonte continuava abandonada pelo poder público municipal com suas ruas *"esburacadas, postes tortos e caídos, lixo por toda a parte e o mataréu crescendo em todos os recantos".* Na região central, com o avanço do comércio e as novas vitrines luminosas, a aparência da cidade parecia agradável, mas nos bairros e vilas não era possível ter essa impressão: *"Da Vila Oeste à Parada da Abadia e da Pampulha aos altos de Santo Antônio, a capital está tomada pelo mato"*. O lixo presente em quase todas as esquinas deixava a capital *"mal cheirosa e suja"* e havia ainda vários focos de mosquitos piorando a "*higiene e a saúde pública"*.

Além de tudo isso, o trânsito era péssimo e faltava água em vários bairros. Todos esses problemas, segundo a reportagem, não causavam a menor surpresa para o belo-horizontino que, "*acostumado ao ramerrão quotidiano, toma o bonde a horas certas, vai ao futebol, escuta o rádio, lê, passeia na avenida vai aos cinemas e envelhece com a cidade ambientado aqui"*.[120]

[120] DM, quinta-feira, 21 abril 1954, p. 15.

A administração de Giannetti ficaria marcada ainda pelo rompimento da barragem da Pampulha. [121] Em 16 de abril de 1954, evidenciou-se um vazamento de água na represa. A prefeitura e o governo do estado levaram então seus melhores técnicos para a região com a missão de tentar conjurar o perigo de rompimento total da Lagoa. O corpo técnico não demorou a agir e rapidamente foram abertas duas comportas da represa com o objetivo de diminuir a pressão das águas que deram origem à pequena fissura. Houve ainda uma tentativa de soldar a fenda por onde a água da Lagoa ameaçava *"saltar do seu leito artificial".* As autoridades municipais e estaduais, por meio de declarações nos jornais, tentaram acalmar os belo-horizontinos, segundo reportagem do Diário de Minas, de 18 de abril de 1951, depois das medidas adotadas na Lagoa da Pampulha *"nada mais poderia recear a população, que vivera algumas horas na iminência de uma catástrofe"*. Mesmo com a aparente tranquilidade das autoridades, os bairros que poderiam ser atingidos pelas águas da Lagoa foram evacuados.[122]

Entretanto, no dia 21 de abril os jornais da capital noticiaram o rompimento da represa com fotos impressionantes da água saindo com violência em direção do vale do córrego do Onça, levando destruição a tudo que estava pela frente. Muitas famílias tiveram seus lares destruídos, perdendo tudo o que tinham conquistado com muito sofrimento. O aeroporto também foi atingindo pela força das enxurradas. Além da destruição, havia o risco de epidemias devido à poluição das águas da Lagoa da Pampulha. Para evitá-las, a PBH promoveu uma campanha de vacinação para a população das áreas atingidas.

Após o acidente, houve uma verdadeira disputa pública em torno da atribuição de responsabilidades técnicas e políticas pelo rompimento da barragem, com um profundo envolvimento de engenheiros, ex-prefeitos e governadores. O historiador Luiz Henrique Assis Garcia explica que esses políticos e engenheiros envolvidos na celeuma queriam de alguma forma identificar seus nomes à glória da Pampulha, região que, apesar do desastre, ainda gozava de grande prestígio. Nesse processo de autopromoção, era preferível que os responsáveis pelos fracassos permanecessem indeterminados e foi

[121] Sobre o rompimento da barragem, ver: "Inventário Sumário do Dossiê da Comissão Especial destinada a apurar as causas sobre o rompimento da Barragem da Pampulha 1936-1956." (BRA.30000. APCBH//AC.00.00.00-01). O inventário contém a referência de vários documentos sobre o rompimento. O instrumento de pesquisa está disponível no site do APCBH: www.pbh.gov.br/cultura/arquivo e na sala de consultas da instituição.
[122] DM, domingo, 18 abril 1951, p. 16.

isso que justamente aconteceu, pois ninguém foi considerado como responsável direto pelo desastre. [123]

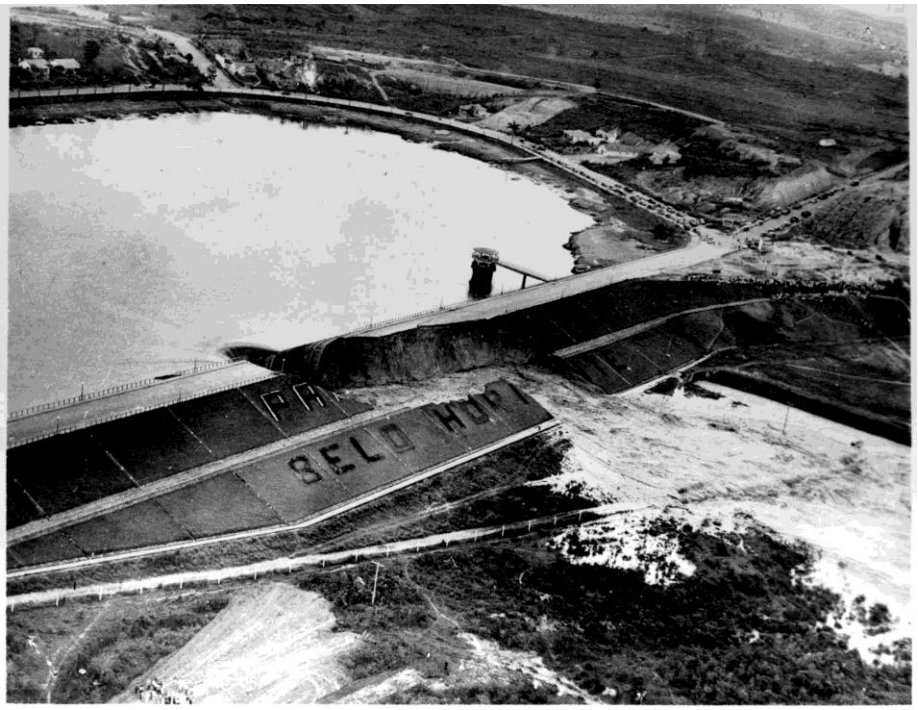

Imagem 01 – Rompimento da Barragem da Pampulha. APCBH/AC00000001EV01

[123] GARCIA, Luiz Henrique Assis. "Ruptura e expansão: Pampulha em contrastes (1954 – 1979)". In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Pampulha Múltipla*: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007.

Imagem 02 - APCBH/AC00000001EV04

Os registros fotográficos acima fazem parte de um dossiê sobre o rompimento da barragem da Pampulha disponível no APCBH. Seus documentos foram, em sua maioria, produzidos por uma comissão nomeada pelo prefeito logo após a ruptura da lagoa. O dossiê é composto por relatórios, laudos técnicos, plantas, fotografias, recortes de jornais, reproduções de lâminas microscópicas, entre outros, e é fruto de um amplo trabalho realizado por engenheiros, biólogos, sanitaristas, e outros técnicos para apurar as causas do rompimento. A imagem 02 apresenta o governador do Estado, Juscelino Kubitscheck e o prefeito Américo Rennê Gianneti, entre membros da administração pública do governo municipal e estadual em frente a um "ralo" da lagoa aberto para diminuir a pressão na fissura da barragem. A imagem em questão, como todo documento histórico fotográfico, é polissêmica e possui, portanto, vários sentidos e interpretações possíveis. Uma das intenções que se destaca é a de se mostrar os membros do poder público trabalhando em conjunto para resolver a situação. Apesar das transferências de responsabilidades iniciais, houve um cuidado sistemático em transmitir para a população belo-horizontina a ideia de que o governo trabalhava conjuntamente dia e noite para resolver a situação. Com isso, as discussões em torno

das responsabilidades no evento foram abafadas e o rompimento da barragem foi considerado como uma fatalidade. [124]

A imagem de Giannetti, contudo, foi afetada pelo evento, e ele foi o alvo preferido de alguns jornais, que não tardaram em atribuir a responsabilidade do rompimento da barragem ao prefeito. O jornal Diário de Minas, de 24 de abril, acusou Giannetti de descaso em relação à manutenção da represa e à preservação do conjunto arquitetônico e artístico da Pampulha:

> Zelar pela boa conservação da cidade é o dever mais elementar de um prefeito. Quando se trata de uma cidade como Belo Horizonte, o dever é ainda um prazer. Um prefeito que não sabe cuidar de um tal tesouro evidentemente não está à altura do cargo.[125]

Giannetti faleceu subitamente no dia 6 de setembro do mesmo ano e não pode acabar seu mandato. Logo depois de sua morte, os jornais cessaram os ataques ao ex-prefeito e passaram a elogiar suas virtudes lamentando profundamente a perda do empresário e político, substituído na prefeitura por Sebastião de Brito, que ficou no cargo por cinco meses. O relatório da municipalidade de 1955, o único assinado por Sebastião de Brito, fez um apanhado da administração Giannetti, *"aquele honrado homem público"*, dando uma especial importância para o Plano-Programa, que ofereceu as *"linhas mestras"* para a gestão não só do falecido prefeito, mas também para todas as outras que viriam a seguir. O relatório ressalta que o próximo prefeito assumiria uma *"cidade promissora"*, devido aos índices de crescimento demográfico e econômico que colocaram Belo Horizonte num lugar de relevo em relação às outras metrópoles brasileiras. [126]

Mas, depois desse otimismo inicial, o relatório aponta as diversas dificuldades da administração do município, agravadas pela falta de recursos financeiros e pela baixa arrecadação tributária da cidade, que ainda tinha que lidar com os aumentos de salários dos servidores municipais. Essa dificuldade financeira, somada ao crescimento demográfico, o mesmo que tornava Belo Horizonte uma cidade mais promissora, fez com que se tornasse impossível a execução de todas as intervenções necessárias para a melhoria das condições de vida na capital:

---

[124] Jornais *Diário de Minas* e *Jornal de Minas*, de 21 abril 1954 a 31 jan. 1958.
[125] DM, 24 abril 1954, p.3.
[126] BRITTO, Sebastião. *Prestação de Contas do Executivo Municipal relativa ao exercício de 1954 encaminhado à Egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955*. Belo Horizonte: PBH, 1955, p. 3.

> Em virtude justamente dessa evolução vertiginosa e da deficiência de recursos deferidos ao Erário Municipal, não tem podido o Governo local atender, como necessário se faz, a alguns dos justos reclames da coletividade belo-horizontina.
> A carência de recursos tributários observada nos municípios em geral se acentua, ainda mais, em nossa capital, porquanto os problemas surgidos com o seu crescimento agigantado reclamam, para sua pronta solução, o emprego de vultosas quantias nem sempre á mão do administrador do poder local. [127]

Sebastião de Britto admitiu a incapacidade do município em atender as demandas dos habitantes de Belo Horizonte. Essa incapacidade, apontada pelo próprio prefeito, criou uma bola de neve na qual os problemas só aumentavam, ano após ano. Dessa forma, é possível dizer que a situação da cidade no fim do mandato de Giannetti/Brito era ainda mais grave que no início. Apesar de um planejamento detalhado por meio do Plano-Programa, da inserção de novos meios de transporte público (o trólebus), e da construção de novos poços artesianos e reservatórios, o trânsito continuava infernal, as enchentes persistiam nos verões, o lixo não era recolhido com regularidade e o déficit no abastecimento de água aumentou mais de 100%.

Celso Mello de Azevedo assumiu a prefeitura em 1955 com o abastecimento de água em situação crítica, com um déficit superior a 50 milhões de litros de água. Devido à situação calamitosa, o prefeito elaborou uma estratégia para resolver o problema de abastecimento de água a longo prazo, destacando-se a captação do Rio das Velhas. Essa obra inauguraria uma nova era nas políticas de saneamento básico em Belo Horizonte e demoraria quase 20 anos para ficar pronta. Foi a prioridade de muitas gestões, mas estava constantemente atrasada devido à falta de recursos e à dificuldade de perfurar o Túnel do Taquaril. Anunciada como "a obra do século", foi apelidada pelos belo-horizontinos como "a obra dos 100 anos", pela demora na conclusão.

A partir da administração de Celso Mello de Azevedo, as obras de saneamento tiveram uma importância ainda maior no cenário político da cidade. As mesmas ganharam mais espaço nos relatórios e discursos oficiais e serviram, inclusive, como um instrumento para obtenção de votos. O prefeito Amintas de Barros (1959-1963), por exemplo, recusou-se a transformar o DAE (Departamento de Águas e Esgotos) em uma autarquia, pré-requisito do BID para concessão de empréstimos na área de saneamento,

[127] BRITTO. *Prestação de contas*, p. 3 e 4.

pois com isso perderia o controle da água no município, para ele a maior fonte de votos para se eleger como deputado. [128]

Outro fator importante foi uma adoção de um discurso desenvolvimentista, cada vez maior, nas obras de saneamento, inclusive com o suporte de órgãos internacionais de desenvolvimento, como o BID e o FMI. Nesse projeto desenvolvimentista, as obras de canalização serviriam para um novo propósito, abrir caminho para os automóveis, os grandes protagonistas desse projeto. Dessa forma, o suposto saneamento da cidade trazido pelas canalizações passaria a ser tão importante quanto a nova camada de asfalto construída por cima dos rios, abrindo caminho para os veículos e, consequentemente, para o progresso.

Octacílio Negrão de Lima, primeiro prefeito eleito de Belo Horizonte e Américo Renê Giannetti, o segundo, administraram Belo Horizonte em uma época de profundas mudanças, tanto na fisionomia da cidade, quanto na administração pública. A capital mineira cresceu de forma rápida e caótica provocando o surgimento de vários problemas enquanto outros, já existentes, se agravaram. Para tentar resolvê-los, era necessário dar uma nova dinâmica à municipalidade, criar novos planos e modificar a estrutura da administração. Octacílio Negrão de Lima (1948-1951) tentou descentralizar o centro de decisão do município, criando novas diretorias com relativa autonomia de ação. Américo Renê Giannetti (1951-1954) foi além e elaborou um detalhado Plano-Programa na tentativa de corrigir os problemas da capital e de modernizar profundamente a administração da cidade. Apesar do enorme fracasso inicial (a maioria dos problemas da cidade pioraram entre 1948-1955), essas iniciativas ofereceram um suporte, ou no mínimo um precedente, para as administrações futuras lidarem com os graves problemas de Belo Horizonte durante seu processo de metropolização.

[128] VIANNA, N.; VIANNA, D. *Entrevista concedida*, 5 jun. 2009.

3. ÁGUA PARA GOVERNAR, ÁGUA PARA SE ELEGER: AS POLÍTICAS DE SANEAMENTO E DE DESENVOLVIMENTO URBANO NAS GESTÕES DE CELSO MELLO DE AZEVEDO, AMINTAS DE BARROS E JORGE CARONE FILHO. (1955-1965)

Belo Horizonte, metrópole emergente, teve em 1954 um mês de outubro muito agitado. Pela terceira vez,[129] os habitantes de uma das cidades que mais crescia no Brasil tinham a oportunidade de eleger seu prefeito. Quem quer que assumisse a municipalidade teria que enfrentar os seriíssimos problemas relatados nos últimos capítulos: o crescimento desordenado; o aumento do valor das moradias devido à especulação imobiliária; o trânsito cada vez mais engarrafado; as ruas esburacadas, a insuficiência dos serviços públicos; a falta de escola; a falta de vagas nos cemitérios; a insuficiência do sistema de recolhimento de lixo; a precariedade do transporte público; as frequentes enchentes; a defasada rede de esgotos; o alto índice de doenças como a gastrenterite e, principalmente, a falta crônica de água.

Entre os que se propuseram a enfrentar esses desafios, candidataram-se Celso Mello de Azevedo, pela Coligação Democrata (UDN, PDC, PR, PTN e PL); Amintas de Barros, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (com o apoio do PSD e do PST); Décio Vasconcelos, pelo Partido Social Progressista e Adão Idelfonso, pelo Partido Republicano Trabalhista.[130] Pelas normas eleitorais da época, o prefeito poderia se eleger para um mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição. O vice-prefeito também seria escolhido diretamente pelo eleitor, podendo assim a cidade ter um vice eleito de uma coligação diferente daquela do prefeito. Entre os candidatos ao posto de prefeito, os únicos que tinham chance na disputa eram Celso Mello de Azevedo e Amintas de Barros. Este gozava de ligeiro favoritismo por ser mais conhecido e já ter disputado a última eleição para prefeito.

Amintas de Barros era formado em direito e se elegeu vereador em Belo Horizonte em duas ocasiões. Sua campanha priorizava a questão da falta de moradia, prometendo aprovar as plantas das "vilas" irregulares da cidade, em uma clara tentativa de atrair o eleitorado mais pobre. Em relação à abertura de novos loteamentos, Amintas defendia a adoção de novos critérios técnicos e responsabilidades por parte do

[129] A primeira eleição em Belo Horizonte ocorreu apenas em 1947 e elegeu Octacílio Negrão de Lima. Em 1950, na segunda corrida eleitoral pela municipalidade, foi eleito Américo Rennê Giannetti.
[130] DM, domingo, 12 set. 1959, p. 12.

proprietário do terreno, para evitar a criação de bairros sem os serviços públicos mais básicos. Além disso, uma das principais plataformas de campanha do candidato era a questão sanitária.

Já Celso Mello de Azevedo ressaltava sua formação de engenheiro e sua trajetória de empreiteiro. Segundo o candidato, Belo Horizonte possuía problemas técnicos que só um especialista poderia resolver: *"Os problemas técnicos da cidade exigem um engenheiro na prefeitura."* [131] Além disso, ele pedia a chance para um *"filho de Belo Horizonte*", pois Celso era nascido na capital mineira, fato raro na política do município da época. Seu slogan era: *"Água! Alimentação! Transporte! Vida Barata!"* [132] Os textos de sua campanha sempre apelavam para as necessidades do eleitor, elencando as principais:

> Você precisa de mais água, de melhor transporte, de alimentação mais sadia, de vida mais barata, de mais conforto, maior segurança, de melhor futuro para os seus. Você não pode esperar milagres, mas pode e deve exigir um Prefeito capacitado tecnicamente para resolver ou orientar a solução desses problemas. [133]

Sua principal promessa era o reforço no abastecimento de água em 20 milhões de litros, além da reforma nos transportes públicos e nas vias de Belo Horizonte. Para a abertura e a reforma dessas ruas, além da construção de novos conjuntos habitacionais, Celso prometia usar seus próprios tratores em benefício do município. Segundo o candidato, a solução desses problemas era urgente, pois água, habitação e transporte eram *"os mais angustiantes problemas da cidade"*. [134]

Apesar de sempre citar pelo menos esses três problemas, era inegável que a questão da água mereceu atenção especial na candidatura de Celso Mello de Azevedo. No comício de quinta-feira, 30 de setembro de 1954, o grande destaque na fala do candidato foi o grave histórico de falta d'água em Belo Horizonte, intitulando essa parte do discurso de *"água, o terrível flagelo*". Segundo o candidato:

> Não há como negar, não obstante os tremendos esforços de muitas das administrações anteriores, que a falta d'água ainda constitui terrível flagelo a penar sobre grande parte, senão a quase totalidade de nossa população. [135]

[131] DM, sexta-feira, 17 set. 1954, p. 6.
[132] DM e EM, sexta-feira, 1 out. 1954. Publicidade da campanha de Celso Mello de Azevedo.
[133] DM, sexta-feira, 1 out. 1954, p. 10.
[134] DM, sexta-feira, 1 out. 1954, p. 7.
[135] O discurso do comício foi transcrito nos jornais em matérias pagas pelo Comitê de Campanha de Celso Mello de Azevedo. DM, sexta-feira, 1 out. 1954, p. 7.

Azevedo continuou o discurso prometendo a ampliação da rede de distribuição de água, mas ressaltou que o desperdício notado nos bairros privilegiados por um abastecimento mais regular também deveria ser combatido para que *"os ricos não desperdicem o que falta na boca do pobre".* [136]

Após o comício de Celso Mello de Azevedo, o seu adversário, Amintas de Barros, elaborou resposta por meio de um discurso focado na solução desse problema. No sábado, dois de outubro de 1954, um dia após a publicação do pronunciamento de Celso, o comitê de Amintas de Barros vinculou propaganda nos jornais, em forma de notícia, com o seguinte título: "*No momento a água não está sendo distribuída na cidade. O que se distribui é a falta d'água.*" [137] A publicidade em forma de matéria explica que a plataforma de Amintas estaria atenta a vários problemas de Belo Horizonte, mas principalmente ao abastecimento d'água: "*Manteremos, nesse grave problema, constante vigilância a fim de minorar o sofrimento da população.*" [138] Nessa mesma notícia, Amintas também abordou a questão do esgotamento sanitário e propôs a canalização do Arrudas até as proximidades da estação General Carneiro, para fins urbanísticos e para aumentar a capacidade de emissão de dejetos no córrego. Além disso, o candidato afirmou que levaria água encanada e esgotos até as vilas da cidade, mesmo as mais distantes, que foram ignoradas por muito tempo nas questões sanitárias.

Pouco depois, em um pronunciamento proferido no dia 2 de outubro de 1954, no conjunto residencial IAPI, Amintas reiterou que a solução da escassez de água seria a prioridade de sua gestão. No mesmo discurso, o postulante a prefeito afirmou que sua administração seria orientada *"no sentido de ampliar a rede de águas e esgoto"*, melhorando assim a situação sanitária de Belo Horizonte. [139]

Como relatado, a discussão sobre a rede de água e esgotos foi um ponto central da campanha de todos os candidatos, mesmo entre os que não tinham chances de se eleger, e se intensificou no final da disputa. Esse fato evidencia, mais uma vez, como a questão sanitária, principalmente em relação ao acesso à água, era importante para a população belo-horizontina nesse período, servindo, além disso, como forte instrumento de barganha política na cidade.

[136] DM, sexta-feira, 1 out. 1954, p. 7.
[137] DM, sábado, 2 out. 1954, p. 2 e 6.
[138] DM, sábado, 2 out. 1954, p. 2 e 6.
[139] DM, sábado, 2 out. 1954, p. 2 e 6.

Apesar da disputa acirrada por meio dos atos de campanha dos candidatos, os jornais relataram um desinteresse inicial de setores da população belo-horizontina em relação à marcha da propaganda partidária. Segundo as notícias, o eleitorado mais participativo na disputa se concentrava entre os habitantes de classe média da região central da cidade. [140] Entretanto, com a aproximação do mês de outubro de 1954, os comícios nas vilas e bairros periféricos foram cada vez mais prestigiados por um número maior de pessoas que exigiam a melhora da situação das comunidades.

Dentre os fatos que mais provocaram a paixão do eleitorado na disputa foram as mortes de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, e do Prefeito Américo Rennê Giannetti, em seis de setembro do mesmo ano, a menos de um mês das eleições. Amintas de Barros, por ser do mesmo partido do falecido presidente, o PTB, tentou utilizar a morte de Vargas a seu favor em discursos e comícios. Para isso criou o seguinte slogan: "*cada voto em Amintas é uma flor no túmulo de Getúlio.*" [141] Os jornais da cidade acreditavam que a morte do líder do PTB poderia ser um fator decisivo para a vitória de Amintas, principalmente por atrair a "*massa proletária*" e os indecisos, sensibilizados pelo falecimento do presidente, em favor do candidato trabalhista: *"Esses votos serão dados em massa ao candidato que se apresenta apoiado pelas forças varguistas, contrabalanceando o eleitorado udenista fiel*". [142]

Como mencionado no último capítulo, a imagem do Prefeito Américo Rennê Giannetti estava desgastada perante a população belo-horizontina, devido em parte aos graves problemas urbanos da cidade. Além disso, sua popularidade foi muito afetada após o rompimento da barragem da Pampulha, em abril de 1954.[143] Esse fato talvez explique a repercussão relativamente morna do falecimento do prefeito. Os jornais destacaram um espaço discreto para um fato de tamanha importância, como a morte do chefe da municipalidade. O Diário de Minas, por exemplo, não ocupou a capa com o assunto e usou apenas meia página no interior do jornal. Apesar do pouco espaço, a matéria foi extremamente elogiosa, ao contrário das últimas notícias do jornal que criticaram veementemente a gestão do prefeito. [144]

[140] DM, domingo, 12 set. 1954.
[141] DM, sábado, 2 out. 1954, p. 6.
[142] DM, sábado, 2 out. 1954, p. 6.
[143] Conforme o capítulo 2 apresentou nas páginas 30 a 33.
[144] Os jornais da cidade foram impiedosos com o prefeito Américo Rennê Giannetti nos últimos meses de sua gestão. Em abril de 1954, por exemplo, a coluna "Reclamações da Cidade" do Diário de Minas criticou o "desolador aspecto" da cidade. Após o rompimento da barragem, o tom de crítica aumentou. Para maiores informações, ver o capítulo 2.

Com o título "*Desaparece uma ilustre figura da vida pública de Minas Gerais*", a matéria do dia 07 de setembro de 1954 fez um apanhado de toda a vida pública de Giannetti e ressaltou que a morte súbita do prefeito foi um pesar para todo o estado de Minas Gerais. Segundo o jornal, "*a morte do prefeito Américo Giannetti foi ontem recebida em Belo Horizonte como uma das mais dolorosas surpresas que podem confranger o espírito da cidade*". [145] A notícia do Diário de Minas afirmou ainda que a morte do prefeito causou uma enorme perda para o partido da UDN em Minas Gerais, que teria perdido sua referência.

Celso Mello de Azevedo prestou homenagem ao ex-prefeito no programa a Voz do Povo, mantido pela Coligação Popular, que ia ao ar às 18h30m na Rádio Guarani. No pronunciamento, Azevedo afirmou mais uma vez que nunca foi político, mas sim um técnico aclamado pelo povo para ser candidato por uma grande coligação. Destacou o "*espírito progressista*" de Giannetti, a sua vida pública de "*um exemplo magnífico de honradez*" e sua vida privada de industriário. O pronunciamento terminou com a clara intenção de demonstrar que Celso Mello continuaria os trabalhos de Giannetti: *"O meu sincero voto, nesta hora, é formulado no sentido de que possamos ser dignos de sua obra, para o bem do povo da capital*". [146]

A corrida eleitoral de 1954, apesar de ter começado morosa e de ficar ausente das regiões mais afastadas do centro da cidade, terminou agitada pela discussão sanitária, principalmente em relação ao abastecimento de água. Além disso, a governança do líquido passou a ser ponto estratégico para os candidatos a prefeito e a vereador de Belo Horizonte. Mesmo sendo um problema antigo da capital, é inegável que a questão da água ganhou novos contornos a partir da década de 1950, pela piora do quadro sanitário da cidade, pelo crescimento vertiginoso da população, pela luta e mobilização maior pela água por parte dos citadinos e pela inserção de um discurso desenvolvimentista cada vez mais forte nas obras sanitárias de Belo Horizonte.

O resultado da eleição foi divulgado em novembro, com a vitória de Celso Mello de Azevedo, com 51.676 votos, contra 42.514 de Amintas de Barros.[147] Antes mesmo de assumir a prefeitura, fato que só ocorreu em fevereiro de 1955, Azevedo, em pronunciamento no dia 09 de dezembro de 1954, afirmou que já estava trabalhando para

[145] DM, terça feira, 7 set. 1954, p. 15.
[146] Programa "A voz do Povo", informe publicitário da "Coligação Popular", de 06 de setembro de 1954. Essa edição do programa foi transcrita nos principais jornais da cidade do dia; DM, terça-feira, 7 set. 1954, p. 11.
[147] DM, quarta-feira, 10 nov. 1954, p. 5.

resolver problemas urgentes da cidade. Dentre essas questões, a distribuição de água foi a que mais ocupou espaço no discurso. Segundo o prefeito eleito, seu governo terminaria as obras de abastecimento do *"precioso líquido"* iniciadas ou planejadas na última gestão, mas, para realizar esses custosos empreendimentos, a municipalidade precisaria da ajuda dos governos federal e estadual, fato já cobrado por Américo Rennê Giannetti no seu Plano Programa.[148] Como vimos, a questão do abastecimento de água seria a prioridade da gestão de Azevedo, apesar disso, esse problema antigo ficou mais grave a cada dia, precisando de enormes esforços para ser solucionado.

A rede de água era ultrapassada e estava em péssimo estado em 1954. Os canos, os registros e os hidrômetros, muito antigos e precários, vazavam por todos os cantos, como ocorreu no Bairro Santa Efigênia, em frente o 1º Batalhão da Polícia Militar, onde houve enorme desperdício por causa de um vazamento que perdurou por meses entre o ano de 1954 e 1955. Esse descaso por parte da municipalidade era inadmissível no contexto vivido em Belo Horizonte na época, com a grande escassez de água agravado pelo grande desperdício. [149]

O gasto excessivo de água na cidade era enorme, as redes domésticas possuíam canos e torneiras defeituosos, que provocavam um desperdício inevitável. Além disso, nos poucos bairros que possuíam acesso um pouco mais regular ao líquido, era notável o desperdício através da lavagem demorada de calçadas, das fachadas e calhas, dentre outras formas de gasto. O Jornal Diário de Minas publicou uma matéria dedicada ao assunto no dia 28/11/1954 com o seguinte título: *"Poderá ser melhorado o abastecimento de água da capital, tudo depende da colaboração dos consumidores"*. Segundo a matéria, era preocupante a falta de consciência dos moradores de belo Horizonte, principalmente das áreas mais nobres, que desperdiçavam o "*precioso líquido"* em tempos de grande escassez. Ainda segundo a notícia, era irritante o esbanjamento dos *"bairros granfinos*", onde *"Cachorrinho lulu de rico tem mais direitos que filho de pobre".* A matéria demonstra como que os bairros mais nobres da capital possuíam acesso mais regular à água, comprovando mais uma vez como as políticas públicas de saneamento básico tinham caráter seletivo na época. [150]

Tendo em vista esse cenário, a prefeitura, ainda na gestão de Giannetti e do vice, em exercício após a morte do prefeito, Sebastião de Brito, realizou uma campanha

[148] DM, sexta-feira, 10 dez. 1954, p. 3.
[149] DM, domingo, 7 nov. 1954, p. 12.
[150] DM, domingo, 28 nov. 1954, p. 20.

através da imprensa, no segundo semestre de 1954, para evitar o desperdício de água. Esse problema era antigo na capital mineira, entretanto a situação se tornou ainda mais grave em meados dos anos 1950 devido à precariedade do sistema de distribuição de água e pelo baixo nível dos já insuficientes reservatórios da cidade. Além disso, os mananciais que os abasteciam estavam em péssima situação, cada vez mais secos e poluídos devido ao avanço da industrialização nos arredores de Belo Horizonte. Infelizmente a campanha da prefeitura contra o desperdício foi pouco efetiva e não surtiu quase nenhum efeito. Segundo o jornal Diário de Minas, isso aconteceu porque não havia fiscalização eficiente, levando o desperdício a proporções alarmantes:

> Quem conhece bem (como nós conhecemos) a cidade, sabe que há um enorme desperdício (...). Basta que se dê uma voltinha pelos bairros, principalmente à noite, quando há mais silêncio, para que se perceba claramente o chiar da água nas torneiras e instalações, podendo-se afirmar, sem susto, não haver em Belo Horizonte uma rua onde efeitos dessa natureza não se registrem. [151]

A água, além de pouca, apresentava péssima qualidade e, nos verões da década de 1950, a situação do líquido era ainda pior devido ao desmatamento das matas ciliares que circundavam as nascentes dos córregos captados nos arredores de Belo Horizonte. A partir da primavera, após meses de estiagem, vinham as fortes chuvas, levando aos rios enxurradas cheias de lama, resíduos industriais e lixo doméstico. Esse processo era agravado pelo fato de a água não ser devidamente tratada, chegando, em algumas regiões, *in natura*, enlameada e apresentando forte odor. [152]

Esse quadro provocou um surto de infecções intestinais no verão de 1954-1955, alarmando médicos e sanitaristas de Belo Horizonte. Gerald Leite, presidente da sociedade de gastroenterologia e nutrição de Minas Gerais na época, em entrevista ao Diário de Minas, afirmou que o surto de enterocolites agudas que atingiu a capital mineira era, sem dúvida, *"transmitido por águas poluídas que não recebem um tratamento adequado, come seria de se esperar numa cidade com o progresso de Belo Horizonte"*. O médico alertou a população para melhorar os atos de higiene, tomar apenas água fervida e filtrada e se abster de alimentos transmissores dessas moléstias, como alface e tomate. Entre as doenças com maior incidência, estava a gastroenterite que, a cada ano, batia recordes em Belo Horizonte. Infelizmente, esse quadro de doenças gastrointestinais na capital mineira piorou em todos os verões a partir dos anos

[151] DM, domingo, 28 nov. 1954, p. 20.
[152] DM, domingo, 5 dez. 1954, p. 6; DUARTE. *À sombra dos fícus*, 2007.

1950, chegando ao seu ápice em meados dos anos 1960, quando a cidade teve sua maior crise sanitária no período estudado. Por isso, esse assunto, bem como os surtos de gastrenterite nos verões belo-horizontinos, será retomado à frente. Além da crise do abastecimento de água, outros fatores contribuíam para a incidência elevada dessas doenças, como o acúmulo de lixo nas ruas e nas beiradas dos córregos e os graves problemas na rede de esgotos, que só pioravam a cada ano. [153]

Por toda a cidade esgotos entupiam e estouravam, como no bairro Calafate, perto do Grupo Escolar Bernardo Monteiro, no mês de novembro de 1954. Segundo os alunos e professores da escola, ninguém conseguia suportar o cheiro da região, principalmente nos dias de maior calor. Os esgotos arrebentavam constantemente em vários outros bairros, como Centro, Santa Efigênia, Sion, Padre Eustáquio, Anchieta, entre outros, evidenciando a precariedade e a insuficiência da rede belo-horizontina, que nem sequer chegava a todas as regiões da cidade. Em algumas áreas, os citadinos improvisavam o escoamento de seus dejetos utilizando córregos ou despejando livremente o esgoto nas ruas, o que era muito comum nos bairros e vilas recentemente abertos na cidade. Os jornais do período cansaram de noticiar esse tipo de situação, como o ocorrido no Bairro Gameleira, no final do mesmo ano, onde um barracão jogava esgoto direto na rua, provocando o acúmulo de água fétida na região. A poça foi parte da paisagem do bairro durante meses, sem nenhuma providência do morador ou da municipalidade. [154]

Os antigos e persistentes problemas sanitários não eram os únicos. Belo Horizonte também apresentava uma série de questões estruturais, visíveis em praticamente toda a cidade, conseqüência direta do grande crescimento populacional [155] da capital mineira partir dos anos de 1930 e da falta de planejamento urbano. A cidade parecia não ter espaço para mais nada, engraxates, vendedores ambulantes e pedintes atrapalhavam o *footing* dos pedestres nas calçadas. O ritmo da urbe mudou drasticamente, os sons da cidade foram tomados pelas buzinas, pelos gritos de vendedores e os murmúrios de uma multidão cada vez maior que disputava o diminuto espaço das calçadas que, por sua vez, possuíam lixo acumulado em tambores, ou jogado livremente no chão. Isso acontecia pela insuficiência do sistema de limpeza urbana de Belo Horizonte, que não suportava a nova e crescente demanda.

[153] DM, domingo, 5 dez 1954, p. 6.
[154] DM, 7 nov. 1954, Reclamações da cidade, p. 11; DM, 28 nov. 1954, Reclamações da cidade, p. 20.
[155] Entre 1940 e 1960, Belo Horizonte passou de cerca de 200 mil habitantes para quase 700 mil. Sobre o crescimento abrupto da capital, cf. SOUZA; BRITO. *Expansão urbana*, 2008.

As ruas da região central eram disputadas por um número cada vez maior de carros que circulavam em mão dupla em quase todas as vias, causando congestionamentos e retenções em cada esquina. Caminhões feira estacionavam livremente perto do Mercado Central e das regiões com maior movimento, tomando espaço de pedestres e de automóveis que circulavam em um ritmo cada vez mais apressado. Todos esses fatores são testemunhos de uma cidade que estava em pleno processo de crescimento e metropolização em um ritmo muito maior do que ela poderia agüentar.

A nova dinâmica da cidade, o acúmulo de lixo nas vias públicas, as ruas congestionadas e esburacadas, as doenças gastrintestinais, a deficiência dos serviços públicos, o arrebentamento constante dos esgotos, a falta de condições estruturais das vilas e favelas, a falta de moradia, a especulação imobiliária, a alta dos preços e, principalmente, a falta d'água, foram alvo constante de matérias de jornais. Muitas dessas mazelas eram publicadas em colunas de reclamações e denúncias realizadas a partir de correspondências de leitores. Mesmo com a colaboração do público, os textos e a seleção do conteúdo publicado ficava a cargo dos editores do jornal. Apesar disso, essas matérias, com a devida crítica, são ótimas fontes para a apreensão dos problemas urbanos da época, principalmente ao serem comparadas com relatórios de prefeitos e outros documentos oficiais.

Dentre essas colunas, destacava-se a "Reclamações da Cidade" do Diário de Minas, por ter sido publicada em quase todos os domingos ocupando uma página inteira apenas com problemas cotidianos de Belo Horizonte. No dia 7 de novembro de 1954, a coluna destacou o crescimento descontrolado da capital mineira com a seguinte manchete: *"Cidade sem espaço".* Segundo o jornal, não cabia mais nada nas ruas de Belo Horizonte, que estavam *"atravancadas*", com "*empecilhos por toda a parte".* No dia 16 de dezembro do mesmo ano, a coluna voltou a destacar o mesmo problema: *"Em Belo Horizonte os passeios não pertencem aos pedestres"*. A matéria explica que os citadinos, para caminhar nas ruas do centro, tinham que driblar comércios informais, lixo acumulado pelas ruas, raízes de árvores, cercas irregulares, entre outros obstáculos.

Alguns assuntos apareceram com mais freqüência na coluna. Além do problema da falta d'água, tópico presente em quase todas as colunas, a questão lixo e dos buracos foi tema recursivo durante todo o período trabalhado. Entre o final da gestão Américo Rennê Giannetti/Sebastião de Brito e durante toda a gestão Celso Mello de Azevedo e Amintas de Barros, o assunto apareceu em quase todas as "Reclamações da Cidade"

publicadas. A coluna de nove de janeiro de 1955, por exemplo, destacou esses problemas afirmando categoricamente: *"Belo Horizonte é a cidade mais esburacada do Brasil e a mais suja do planeta".* O jornal explicou que era muito fácil constatar essa declaração, pois bastava caminhar pela cidade para se deparar com lixo em todos os cantos e crateras por todo o calçamento. Já no dia 16 de janeiro, o diário publicou a foto de um grande buraco na Rua Carijós e estampou a seguinte manchete: "*Retrato de Belo Horizonte",* explicando que a imagem era expressão da cidade *"cheia de buracos"*. Segundo o jornal, muitos dos buracos da cidade foram feitos pela própria prefeitura que, devido à falta de planejamento, começou várias obras sem terminá-las[156]:

> Valetas enormes são abertas (pela prefeitura) – profundas e extensas – e a mesmíssima prefeitura não cuida de completar o serviço iniciado (...). O resultado é que grandes crateras aí estão nas ruas, à espera das vítimas (os motoristas), que tem sido infelizmente muitas. Na rua dos Andes, uma valeta de mais de 50 metros foi aberta (para mudança da rede de água). Pois bem, há mais de um mês a buraqueira está aberta – agora parcialmente entupida pelas enxurradas e detritos -, sem que os empregados da prefeitura voltem para refazer o calçamento. [157]

A mesma coluna, no dia 16 de janeiro de 1955, reclamou veementemente da situação sanitária da capital de Minas Gerais, alertando para a incidência de ratos, pulgas e baratas por todos os lados, conseqüência da *"limpeza pública precária*" e da falta de higiene de estabelecimentos comerciais. Além das infestações de insetos e roedores, o jornal criticou mais uma vez a ausência de tratamento da água, a falta do "*precioso líquido"* em vários bairros e o entupimento de esgotos em vários pontos da cidade, outro tema recorrente. Dessa vez, a rede da Rua Desembargador Barcelos, no bairro Nova Suissa, havia entupido, fazendo com que um líquido fétido escorresse rua abaixo, até um córrego nas proximidades da Avenida Amazonas. [158]

Os jornais do período demonstravam ainda espanto com o custo de vida de Belo Horizonte, que aumentou vertiginosamente a partir da década de 1940, devido ao crescimento da urbe e da crise de abastecimento[159]. Faltavam produtos no comércio da

---

[156] O próprio prefeito Sebastião de Brito admitiu a dificuldade da municipalidade para terminar as obras devido à crise financeira do município e do crescimento vertiginoso da metrópole no seu relatório de prefeito: BRITTO. *Prestação de contas*, p. 3; ver também a análise no capítulo anterior na página 34.

[157] DM, domingo, 16 jan. 1955, Reclamações da Cidade, p. 13.

[158] As notícias sobre o entupimento da rede foram publicadas pelo Diário de Minas na coluna "Reclamações da cidade", nos dias 7 e 16 nov. 1954, p. 12 e nos dias 9 e 16 jan. 1955, p. 7 e 13, respectivamente.

[159] Todos os candidatos a prefeito na eleição de 1954 manifestaram preocupação com a "crise de abastecimento". Celso Mello de Azevedo propôs a consolidação de um "cinturão verde" ao redor da

cidade, o que provocou uma grande escalada dos preços, principalmente em meados dos anos de 1950, fazendo com que Belo Horizonte fosse uma das capitais mais caras do Brasil. O custo de vida era tão elevado que produtos na capital mineira custavam até 40% a mais do que na capital federal, a cidade do Rio de Janeiro. [160] O valor da moradia também cresceu muito, os aluguéis aumentaram, assim como o preço dos produtos para mobiliar as casas. Faltava também espaço para a construção de novos lares, até mesmo nas favelas. Esse fato provocou o aumento de moradias irregulares nas ruas da região central da cidade e nas beiradas dos córregos poluídos e indesejados da capital, que se tornavam cada vez mais sujos e malcheirosos e continuavam a transbordar a cada chuva.[161]

No dia 14 de dezembro de 1954, terça-feira, pouco antes de Celso Mello de Azevedo assumir a municipalidade, Belo Horizonte teve um dia com fortes e prolongados temporais. Casarões em vilas e favelas ruíram e foram levados pelas enxurradas que desciam morro abaixo. O Rio Arrudas saiu do seu leito, destruindo um barracão, instalado na beirada do ribeirão. A instalação de casebres improvisados nas margens dos rios da cidade tornou-se cada vez mais comum a partir desse período. A falta de espaço para a construção de moradias, somada à dificuldade de ter acesso à água, fez com que famílias de baixa renda encontrassem nas beiradas dos córregos um lugar para construir seus improvisados lares. A cada chuva de verão era comum ver nos jornais notícias de casas construídas na beira dos córregos serem levadas pela cheia. A instalação dessas moradias ribeirinhas se intensificou nos anos 1960 e será analisada no próximo capítulo.

Praticamente todos os problemas citados nos últimos parágrafos perduraram ou se intensificaram durante todo o período estudado. A equipe capitaneada por Celso Mello de Azevedo, empossado em fevereiro de 1955, teve a difícil missão de tentar solucioná-los em um contexto de grave crise financeira no município e de inadequabilidade do aparato administrativo da municipalidade. Por isso, o mandato de Celso poderia fazer parte do capítulo anterior, pois a administração pública e a forma de administrar a cidade continuavam a ser repensadas. A partir dessa gestão, contudo, as obras de saneamento passaram a ter uma importância ainda maior no cenário político da cidade. As mesmas ganharam mais espaço nos relatórios e discursos oficiais e serviram,

---

cidade, que produzisse gêneros alimentícios. Amintas também propôs investir em fazendas ao redor de Belo Horizonte.

[160] "Belo Horizonte com a vida mais cara do que a capital da república". DM, quinta-feira, 15 nov. 1954.

[161] *Revista Alterosa*, n. 309, 1 jul. 1959, p. 26-32.

inclusive, como um instrumento para obtenção de votos. Apesar disso, nesse período foi constatado aumento do *déficit* na distribuição de água em Belo Horizonte, provocado pelo rápido crescimento da população da cidade e pela precária infraestrutura de saneamento no município.

Dessa forma, a solução definitiva da falta d'água na capital de Minas Gerais tornou-se uma obsessão dos políticos e dos cidadãos belo-horizontinos. Com o passar dos anos, ocorreu o fortalecimento do discurso desenvolvimentista nas obras de saneamento básico, fato que aconteceu principalmente após a eleição de Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

Logo após Celso Mello assumir a Prefeitura de Belo Horizonte, os citadinos se mobilizaram em outra disputa eleitoral, a corrida pela presidência. Na capital mineira, assim como em todo o estado, Juscelino tinha ampla vantagem em relação ao seu rival e suscitava um grande otimismo nos eleitores. Ao se apresentar como "*homem do presente e do futuro*",[162] a campanha de JK era permeada por um forte discurso desenvolvimentista, comprado por grande parte dos brasileiros que o elegeram presidente. Juscelino dizia que desejava *"abrir uma época realmente nova para o Brasil*" e, para planejar esse projeto de desenvolvimento, contou (e muito) com os estudos cepalinos, principalmente no Plano de Metas.[163] Após o advento e a sistematização teórica estruturalista da CEPAL, analisados no último capítulo, houve um enorme incentivo para o planejamento das economias latino-americanas. A partir desse fato, surgiram elaborados planos de desenvolvimento na América Latina, com ênfase na industrialização, na construção de infraestrutura e na intervenção estatal na economia.

Os governos de Juscelino como Governador de Minas Gerais e como Presidente da República demonstram claramente essa tendência cepalina de intervenção econômica para o progresso. Entretanto, não se pode dizer que esse movimento criou um "capitalismo brasileiro autônomo". Segundo Ianni, por meio dos modelos desenvolvimentistas brasileiros, que se intensificaram com a sistematização cepalina, ocorreu uma redefinição da economia brasileira no cenário político mundial. Como resultado, o Brasil se tornou mais importante na política internacional, embora houve o

[162] Essa máxima da campanha de JK veio, também, em resposta às insinuações de que o candidato mineiro seria um "novo Getúlio Vargas".
[163] DM, sexta-feira, 11 mar. 1955, capa.

aumento da dependência do capital externo, reforçando o dependentismo e a desigualdade social. [164]

Segundo Diniz, Minas Gerais exemplificou, pelo seu pioneirismo nas políticas de desenvolvimento e pela experiência do "binômio energia e transportes" de Juscelino, o capitalismo brasileiro, unindo a modernidade do crescimento econômico, a injustiça social, a forte intervenção estatal e a atração do capital estrangeiro sob a tutela do estado. Para Eakin, Belo Horizonte e Minas Gerais resumiam as características do Brasil e da América Latina, que o autor chamou de "capitalismo tropical". Esse modelo de capitalismo possuía forte intervenção do estado, clientelismo, poder das redes familiares (principalmente nas longas linhagens políticas de Minas Gerais) e a falta de inovação tecnológica local, com preponderância da transferência de tecnologias defasadas dos países de origem. [165]

Outro fator chave do "capitalismo tropical" brasileiro foi a forte tendência rodoviarista. A ênfase na construção e na pavimentação rodoviária pensada como crucial para o escoamento da produção foi ponto central dos governos de Juscelino Kubitschek, como Governador e como Presidente. Essa tendência reforçou o papel do asfalto e do automóvel no progresso e redefiniu o papel desses agentes nos cenários urbanos em todo o Brasil.

O automóvel representava nessa época uma ferramenta de integração nacional e as regiões centrais do Brasil poderiam ser conquistadas e habitadas através da estrada. A indústria automobilística seria ainda um vetor de criação de empregos e industrialização, trazendo modernidade, tecnologia e progresso para o Brasil, que ansiava tornar-se uma nação industrial e desenvolvida. O automóvel, para os gestores públicos brasileiros, tornou-se, principalmente na segunda metade do século XX, uma alternativa viável para o progresso e logo virou sinônimo de modernidade e desenvolvimento.

O incentivo para a compra do carro próprio trazia ainda uma utopia de liberdade, pois o dono do automóvel poderia ir e vir para onde quiser, ao contrário da ferrovia, que tinha um percurso pré-determinado. O veículo, portanto, trazia um padrão norte-americano individualista de liberdade e virou sinônimo de *status* e de ascensão social para os homens de classe média. As revistas e publicações sobre automóveis

[164] IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).* SP: Paz e Terra, 1979; DINIZ. *Estado e capital estrangeiro*, 1981; EAKIN. *Tropical Capitalism*, 2001.
[165] DINIZ, *Estado e capital estrangeiro*, p. 21; EAKIN. *Tropical Capitalism*, p. 3-8.

aumentaram e homens, desde criança, pregavam pôsteres de autos possantes na parede. Categorias de corridas automobilísticas começaram a se tornar populares no Brasil, bem como filmes *hollywoodianos* que traziam jovens rebeldes com grandes máquinas e belas garotas. Essa ideologia de progresso teve enorme influência na vida nas cidades a partir do final dos anos 50 e se fortaleceu com o passar do tempo. [166]

Em Belo Horizonte, essa forte tendência automobilista representou a "pá de cal" na eliminação dos córregos do cenário da cidade. No *boom* de canalização de córregos dos anos 1960, o principal argumento para as obras era a ampliação da camada de asfalto, que daria lugar para o automóvel na cidade, representando progresso e embelezamento urbano. Desde o princípio do período estudado, a defesa desse tipo de intervenção urbana está presente nas fontes oficiais da prefeitura e nos jornais da cidade.

Num primeiro momento, no final da década de 1940 e no início da década de 1950, o discurso para a canalização era embasado pela necessidade de sanear as regiões por onde passavam os córregos e evitar enchentes. A partir de meados da década de 1950, um discurso desenvolvimentista ficou cada vez mais evidente em todos os tipos de obras sanitárias realizadas na capital mineira. Nas obras de canalização a partir do início da década de 1960 isso ficou ainda mais claro, principalmente na justificativa para a realização de uma modernização da cidade por meio da ampliação da malha asfáltica e na consequente melhoria dos graves problemas de trânsito. Todavia, essa nova proposta de canalização ainda não teve destaque durante o governo de Azevedo, que priorizou o combate as doenças sanitárias, o planejamento a longo prazo, o reaparelhamento da estrutura administrativa do município e o abastecimento de água.

Nas próximas páginas, a coleção dos Relatórios de Prefeitos, disponível no APCBH, será o conjunto documental utilizado para enfrentar a falta de literatura histórica sobre política em Belo Horizonte na década de 1950. Os relatórios apresentam as atividades realizadas durante o ano administrativo sob o ponto de vista de seus autores, que sempre elaboram um discurso positivo sobre as suas realizações. Esse discurso oficial é um dos elementos mais importantes desses documentos, pois evidenciam as preferências políticas de cada gestão, além de mostrar os ideais e prioridades de cada prefeito.

[166] WOLFE, Joel. *Autos and Progress*: The Brazilian Search for Modernity. New York: Oxford University Press, 2010, p. 3-27.

A partir dos relatórios, será possível situar as circunstâncias em que as obras de canalização e saneamento foram feitas, onde elas foram realizadas, como foram financiadas, se houve apoio de capital estrangeiro, entre outros fatores. Os relatórios são riquíssimos também por apontar a direção pretendida por cada um dos prefeitos da cidade. Por meio deles, podemos notar a construção de alianças políticas entre a Prefeitura, o Estado e a União, bem como acusações e transferência de responsabilidades pelos problemas da capital entre os administradores públicos. Por último, é interessante ressaltar que, mesmo sendo documentos oficiais, os graves problemas urbanos não são completamente omitidos dos relatórios.

3.1 - A gestão Celso Mello de Azevedo (1955 – 1959) Racionalização da gestão pública, impulso para o desenvolvimento e o início do projeto da Adutora do Rio das Velhas.

A gestão de Celso Mello de Azevedo é paradigmática para a análise dos anos 1950 e o processo de metropolização de Belo Horizonte. A expansão da Cidade Industrial, nos anos 1950, contribuiu para a intensificação do êxodo rural e para o consequente aumento populacional da capital mineira. O processo de verticalização do centro da cidade passou a ser progressivamente mais visível, assim como o crescimento das vilas e favelas em bairros periféricos, com carências e precariedades cada vez mais acentuadas, escancarando a desigualdade de renda e a segregação do espaço urbano. [167]

Ao assumir a municipalidade, no início de fevereiro de 1955, Azevedo deu continuidade ao processo de reestruturação do aparelho administrativo de Belo Horizonte. O prefeito recém-eleito continuou a promover o estudo da cidade e de sua nova (e problemática) dinâmica. Entretanto, a prefeitura estava em difícil situação financeira e possuía um corpo funcional despreparado para resolver as urgentes questões urbanísticas da capital de Minas. [168]

Apesar das tentativas de elaboração de planos mais sistemáticos nas gestões de Octacílio Negrão de Lima e Américo Rennê Giannetti, a municipalidade não tinha em sua estrutura órgãos de planejamento e fiscalização. Além disso, faltavam aparelhos administrativos eficientes para cuidar de serviços fundamentais para a nova metrópole.

[167] PLAMBEL. *A estrutura urbana da RMBH*: o processo de formação do espaço urbano. Vol. 1. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1986, p. 50-80.
KAMEL, *Gestão Municipal*, p. 260; FJP. *Saneamento básico*, p. 168.

Por causa desses fatores, somados à crise financeira, Belo Horizonte parecia um canteiro de obras paradas, que deixavam buracos e transtornos para os citadinos. [169]

O planejamento da cidade era ainda mais difícil se levarmos em conta o enorme crescimento populacional do período. Entre 1950 e 1960, Belo Horizonte passou de 352.725, para 693.328 habitantes, quase dobrando de população. [170] Os jornais da cidade não cansaram de noticiar essa *"fabulosa expansão"* e frequentemente afirmavam que o crescimento desenfreado era um complicador para o planejamento urbano[171]:

> A fabulosa expansão de Belo Horizonte, que é hoje uma das principais cidades do Brasil, torna falhos quaisquer planejamentos sobre os serviços de utilidade pública. Cidade construída para a residência ideal de 200 mil habitantes[172], ela cresceu, agigantou-se, expandiu-se de tal forma que todos os seus empreendimentos públicos tornaram-se atrofiados e ineficazes dentro de pouco tempo. [173]

Para tentar reverter esse quadro, Celso Mello de Azevedo, de acordo com suas próprias palavras, procurou "*racionalizar*" a administração pública. Essa tarefa seria realizada através da capacitação dos servidores, estruturação de órgãos da administração pública e por meio da elaboração de planos de longo prazo com o apoio do governo do Estado e do governo Federal.

Dessa forma, a PBH buscou parcerias com universidades e instituições de ensino, como a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), para capacitar os funcionários públicos. Nesse programa, foram enviados servidores para os Estados Unidos, através de convênio com o *International Cooperation Administration* (ICA). [174] Entre os técnicos capacitados ao longo dos anos, vários eram engenheiros sanitários.

---

[169] Vários jornais do período e até mesmo os documentos oficiais, como os relatórios de prefeito e os discursos na Câmara Municipal, evidenciam essa questão. Um exemplo é o jornal Diário de Minas, de domingo, 13 mar. 1955. Na página 21, o periódico reclama da falta de planejamento da municipalidade, da falta de conclusão de diversas obras e cita alguns dos problemas: "Buracos de grande profundidade ameaçam tragar transeuntes, a falta de iluminação pública causa inquietação às famílias, (...) esgotos entupido no centro da cidade, entre várias outras questões".

[170] IBGE, Censos demográficos de 1950 e 1960.

[171] DM, quinta feira, 10 mar. 1955, p. 5.

[172] No capítulo 1, vimos que não foi bem assim. Um dos projetos da cidade dava conta de 200 mil habitantes, mas o prazo apertado e a falta de recursos provocaram uma adaptação do projeto para inaugurar uma cidade que seria capaz de abrigar, inicialmente, 30 mil habitantes. Mesmo assim, a cidade foi entregue inacabada e sem alguns serviços urbanos essenciais.

[173] DM, quinta feira, 10 mar. 1955, p. 5.

[174] A *International Cooperation Administration* (ICA) foi estabelecida pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (U.S. State Department) em 1955. Esse órgão, extinto em 1961, foi responsável pela coordenação de ações de ajuda externa. Ver: National Archives - Records of U.S. Foreign Assistance Agencies, 1948-1961. http://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/469.html, acessado em: 19/06/2013.

A criação, em 1955, do Curso de Especialização em Engenharia Sanitária da Universidade Federal de Minas Gerais foi outro fator de grande importância, ajudando a criar um grupo de técnicos especializados no assunto em Minas Gerais. O projeto foi liderado pelo sanitarista Lincoln Continentino e contou com a ajuda de diversos órgãos, como a Organização das Nações Unidas e a CAPES.

Esses engenheiros especializados seriam de vital importância para a realização dos planos de longo prazo de saneamento básico em Belo Horizonte, tão propalados pelo prefeito. E a necessidade era premente, haja vista a delicadíssima situação da rede de esgotos e abastecimento de água da cidade. No início da gestão de Azevedo, a capital de Minas era abastecida com 94 milhões de litros de água/dia, mas a população de cerca de 500 mil habitantes necessitava de cerca de 150 milhões de litros/dia. O déficit era, portanto, superior a 50 milhões de litros diários e aumentava em proporções alarmantes. Além disso, não havia regularidade no abastecimento, alguns bairros passavam longos períodos sem o *"precioso líquido"* e a pouca água disponível não era tratada e possuía *"aspecto duvidoso*". [175]

O problema era tão grave que vários jornais publicavam reclamações de leitores exigindo a melhoria do abastecimento de água. Em 20 de fevereiro de 1955, por exemplo, o Diário de Minas publicou várias cartas de citadinos sobre o assunto. Dentre elas, destacou-se a correspondência do belo-horizontino Alberto Martins, que durante um mês não pode oferecer aos seus hóspedes *"a oportunidade de um banho".* Alberto, que morava no Rio de Janeiro, mas passava férias no bairro Floresta, relatou que conhecia várias capitais do Brasil, embora nenhuma passava por *"tal calamidade"* quanto Belo Horizonte. As charges sobre a falta de água também foram destaque nos jornais da época. Os desenhos apresentavam hipérboles cômicas sobre a situação dos habitantes da capital mineira, que sofriam com a falta crônica de água, como o exemplo abaixo, publicado no Diário de Minas em 20 de março de 1955. [176]

[175] FJP. *Saneamento básico*, p. 170; DM, sexta-feira, 18 fev. 1954, p. 3.
[176] DM, domingo, 20 fev. 1955, p. 21; DM, domingo, 20 mar. 1955, p. 20.

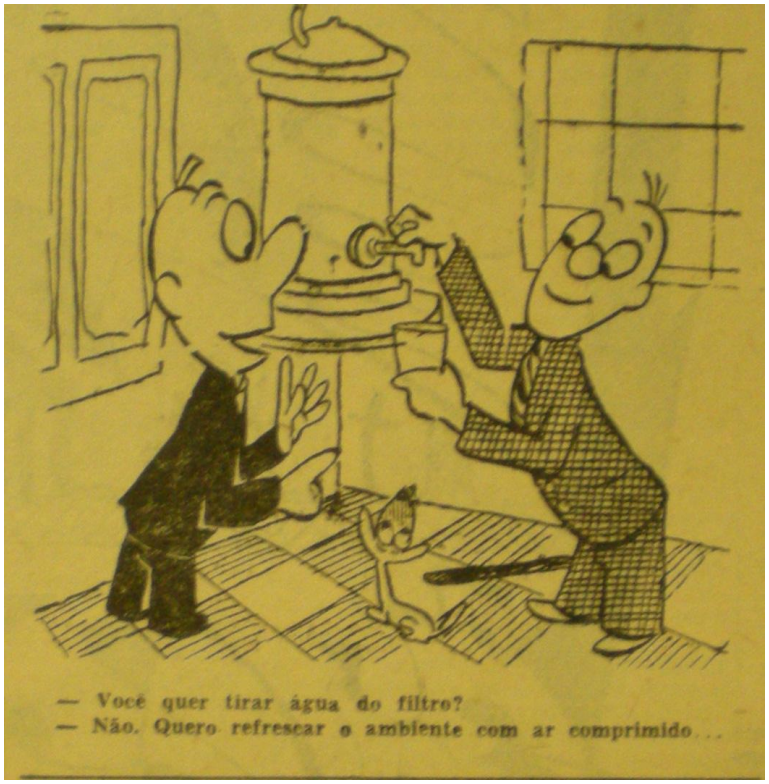

Imagem 03 – Charge publicada no Diário de Minas, domingo 20/03/1955. Diálogo: *"Você quer tirar água do filtro? Não. Quero refrescar o ambiente com ar comprimido".*

Nesse contexto de grave crise de abastecimento de água, a municipalidade decidiu investir em uma pesquisa para a "solução definitiva" da falta do líquido. Assim, em janeiro de 1956, uma comissão é nomeada pelo prefeito com os seguintes membros: o diretor do Departamento de Águas e Esgotos (DAE) Saul Macedo, os professores Álvaro Andrade e Lincoln Continentino, da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, e Carvalho Lopes (professor da Escola de Minas da Universidade do Brasil). O grupo tinha como objetivo indicar a fonte de suprimento mais adequada para realizar um grande reforço de abastecimento de água para Belo Horizonte. [177]

A Comissão Especial do Novo Abastecimento, como foi chamada, logo no início dos trabalhos desaconselhou a captação de mananciais pequenos, pois estes não dariam resultados satisfatórios ao longo do tempo, como ocorria com os ribeirões captados na cidade. Era preciso, portanto, a captação de um grande manancial que resolvesse o problema imediato de falta d'água e que fosse capaz de atender à cidade por um bom tempo, mesmo com a expansão demográfica. Dessa forma foram estudadas as

[177] BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). *Abastecimento de água de Belo Horizonte*. Sistema Adutor do Rio das Velhas. Brasília: DNOS, 1973, p. 4; FJP. *Saneamento básico*, p. 160-180.

possibilidades de captação de vários rios. Os mais promissores, segundo a Comissão, eram o Rios das Velhas, o Rio do Peixe, o Ribeirão Bonito e o Rio das Pedras (o último foi estudado posteriormente). [178]

A Comissão considerou a captação do Rio das Pedras a opção mais conveniente. A adutora seria construída a partir de uma barragem da CEMIG que seria desativada. Apesar da distância de 42 quilômetros da capital, o Rio das Pedras apresentava uma série de vantagens em comparação com as outras opções. Dentre elas, a maior qualidade da água, a vazão regular e a economia na compra de energia elétrica para a construção da adutora, que seria adquirida na própria usina da barragem. Apesar da vontade da municipalidade, não houve acordo com a CEMIG para o uso da represa. Depois de descartar o Rio das Pedras, o Rio dos Peixes também foi considerado inadequado pela prefeitura, restando o Rio Paraopeba e o Rio das Velhas. [179]

Ambos os rios estavam poluídos devido ao crescimento das cidades perto de suas margens e ao desmatamento das matas ciliares. O Rio das Velhas, apesar da contaminação de suas águas, foi o escolhido pela menor distância da capital. Nas palavras de Saul Macedo: *"Entre o Rio Paraopeba e o das Velhas, ganha este último pela menor distância, uma vez que a elevação é sensivelmente a mesma e as águas de ambos são poluídas".* [180]

A decisão de escolher o Rio das Velhas não foi consensual na Comissão e não agradava plenamente nem mesmo os engenheiros da municipalidade. Segundo o sanitarista Newton Vianna, que trabalhou no DAE e na obra da Adutora do Rio das Velhas, o próprio Saul Macedo não era um entusiasta da solução escolhida. Entretanto, o chefe do DAE a indicou por ser a que cumpria mais de perto as determinações das instancias superiores (PBH e Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS). Lincoln Continentino, por sua vez, julgou a captação do Rio das Velhas como inapropriada e difícil devido à poluição do afluente do Rio São Francisco. [181]

A captação do Rio das Velhas foi estimada como a de menor custo pela Comissão. Mesmo assim, o valor da obra era enorme para ser bancada exclusivamente pela municipalidade. O orçamento e a grandiosidade da operação eram muito superiores a qualquer obra que a prefeitura fez desde que ganhou autonomia em 1947. Era

[178] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento,* p. 59.
[179] VIANNA, N; VIANNA, D. *Entrevista concedida,* 5 jun. 2009; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento,* p. 59-63;
[180] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento,* p. 59.
[181] VIANNA, N; VIANNA, D. *Entrevista concedida,* 5 jun. 2009; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento,* p. 59-63;

necessário, portanto, a ajuda financeira do Governo Federal, através do DNOS, e de bancos nacionais e estrangeiros, tipo de operação apelidada por Eakin de "tripla-aliança". [182] Esse modelo tornou-se muito popular no financiamento das políticas desenvolvimentistas em Minas Gerais durante a ditadura militar.

Essa obra inaugurou uma nova era nas políticas de saneamento básico em Belo Horizonte e demorou quase 20 anos para ficar pronta. Foi a prioridade de todos os prefeitos desde então, mas estava constantemente atrasada devido à falta de recursos e à dificuldade de perfurar o trecho do Túnel do Taquaril que passa por dentro da Serra do Curral.[183]

A Adutora do Rio das Velhas, além de prometer a solução para um dos principais problemas de Belo Horizonte, é paradigmática para a análise dos bastidores da política belo-horizontina no período proposto, não só no que se refere ao saneamento básico, mas também na forma como os administradores da capital lidaram com a população da cidade. Durante os 17 anos de sua realização, vários sentidos foram atribuídos à obra, tendo sido, inclusive, motivo para diversas discussões relacionadas ao meio ambiente em Minas Gerais.

Durante o período estudado, muito se aventou sobre as causas da seca na cidade. Além do crescimento vertiginoso da população, o desmatamento das nascentes dos rios contribuiu para a diminuição da vazão dos córregos, provocando a diminuição dos níveis dos reservatórios de água do município e o aumento da temperatura da cidade. A poluição dos rios e do ar também era preocupante. O problema progressivo da seca aumentou a pressão sobre o município para o término da Adutora, obra vendida como uma redenção para Belo Horizonte, que daria para a cidade água em abundância, um dos principais elementos ausentes para que ela efetivasse seu potencial progressista. [184]

Na gestão de Celso Mello, além do início dos trabalhos da obra da Adutora do Rio das Velhas, foram construídos os reservatórios do Carapuça (localizado no bairro Pompéia), do Cruzeiro, da Concórdia, em 1956,[185] e o do Morro Redondo, inaugurado

[182] EAKIN. *Tropical Capitalism*, p. 129.
[183] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, 1997; FJP. *Saneamento básico*, 1997.
[184] Essa noção redentora da Adutora do Rio das Velhas, bem como a concepção de que uma cidade como Belo Horizonte precisava de boas condições sanitárias, principalmente em relação ao abastecimento de água, para atingir seu potencial de desenvolvimento, está presente nos relatórios de prefeitos, disponíveis no APCBH e nos discursos dos administradores de Belo Horizonte, publicados em jornais no período estudado. Ver também: FJP. *Saneamento básico*, 1997; KAMEL, *Gestão Municipal*, 2007; MESQUITA. *Os Rios e a Cidade*, 2010; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, 1997; VIANNA, N e VIANNA, D. *Entrevista Concedida*, 5 jun. 2009.
[185] PBH. *Relatório Anual de 1956 [Celso Mello de Azevedo]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

mais tarde, alimentado pelas águas captadas nos rios dos Fechos e do Mutuca. [186] Azevedo ressaltou, em matéria paga publicada no natal de 1956, que o "*tormentoso setor da água*" deveria ser prioridade, mesmo com os enormes problemas financeiros do município, para evitar uma situação calamitosa:

> Não obstante as impossibilidades de ordem material, o prefeito não se deteve na solução de certos problemas, entre os quais o da água, que ameaça transformar-se em calamidade. Belo Horizonte caminhava rapidamente para uma situação desesperadora, com o líquido desaparecendo de todas as torneiras. [187]

Essa solução, entretanto, só viria definitivamente através de um plano inteiramente novo de abastecimento, o sistema da Adutora do Rio das Velhas, obra que já tinha seus estudos iniciados. Entretanto, a matéria termina em um sutil tom pessimista ao argumentar que a Adutora era um empreendimento muito grandioso para a municipalidade *"que não se executará com menos de 500 milhões"*, necessitando, portanto, da ajuda do Governo Federal, que "*prometeu contribuir*". [188]

Outra grande preocupação de Azevedo durante toda sua gestão, como dito, foi o combate às doenças de propagação hídricas, como a esquistossomose e a gastrenterite. Nos verões de cada ano, a moléstia fazia várias vítimas, principalmente crianças mais carentes, moradoras das vilas e favelas da capital, onde o sistema de saneamento básico era precário ou inexistente. Em dezembro de 1956, cerca de cinco óbitos eram registrados diariamente devido ao surto de gastrenterite na capital, transformando a doença na maior *causa mortis* infantil da capital.

Devido a esses números assustadores, a enfermidade teve grande destaque nos jornais belo-horizontinos, que buscavam analisar as causas da epidemia na Capital Mineira. Os especialistas entrevistados pelos periódicos foram unânimes em dizer que a patologia era causada pelas péssimas condições sanitárias, principalmente nas vilas e favelas. Entretanto a falta de água tratada era o fator que mais contribuía para a moléstia. Sem o líquido de qualidade, as famílias não tinham como realizar os atos mais básicos de higiene, como lavar as mãos, os alimentos, as vasilhas, etc. Além do mais,

[186] O reservatório do Morro Redondo foi inaugurado antes da sua estação de tratamento, todas as etapas dessa obra podem ser acompanhadas nos relatórios da gestão de Celso Mello de Azevedo e Amintas de Barros, entre 1954 e 1961, e nas fotografias do Fundo de Assessoria de Comunicação do Município, ambos disponíveis no APCBH.
[187] DM, terça feira, 25 dez. 1956, p. 3-4.
[188] DM, terça feira, 25 dez. 1956, p. 3-4.

muitos habitantes da cidade tinham que buscar o precioso líquido nos únicos locais em que poderiam obtê-lo, ou seja, nos poluídos córregos da capital. [189]

Para combater a doença, a prefeitura criou o Conselho de Profilaxia e Combate à Gastroenterite, com o objetivo de levantar as áreas de maior incidência da moléstia e indicar as medidas necessárias para combatê-la. [190] Entretanto, a gastrenterite continuou a ser uma das principais causas de mortalidade infantil em Belo Horizonte e chegou ao seu ápice de contaminações na década de 1960, assunto que será tratado no próximo capítulo.

Outro importante ponto de governo de Azevedo foi a busca da "racionalização" da estrutura administrativa, o conhecimento da cidade e o planejamento.[191] Ao completar um ano de gestão, o prefeito fez um balanço das suas realizações no comando da municipalidade no relatório apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte e através de matérias pagas, que foram publicadas em quase todos os jornais do município. Azevedo explicou que assumiu a prefeitura com uma receita de 185 milhões de cruzeiros e uma despesa, só para pagamento de funcionalismo, de 240 milhões de cruzeiros. A péssima saúde financeira do município era ainda mais delicada em decorrência dos graves problemas que não *contavam "com nenhum recurso financeiro para solucioná-los"*. Devido a essa situação, segundo Azevedo, seria necessário uma criteriosa aplicação do dinheiro público, o reajuste dos impostos municipais, a reestruturação da prefeitura e o conhecimento mais profundo da cidade, dos seus bairros e das suas novas vilas e favelas. [192]

Assim, Azevedo promoveu grande esforço no sentido de tentar estabelecer um planejamento a longo prazo que ordenasse o crescimento da cidade. Nesse sentido, a prefeitura sancionou no final de 1957 a lei do "Levantamento Geral de Belo Horizonte".[193]

Em palestra realizada no mês de dezembro de 1957, no início das comemorações do 60º aniversário da capital, Azevedo afirmou que *"a cidade precisa conhecer a si mesma a fim de planejar o seu futuro"*. O prefeito continuou dizendo que Belo Horizonte passou por um crescimento vertiginoso e, por isso, pouco se conhecia sobre a

[189] DM, quarta feira, 5 dez. 1956; DM, sábado, 8 dez. 1956.
[190] BELO HORIZONTE. Lei 568/56, 6 de setembro de 1956. Altera e amplia dispositivos da lei nº. 519, de 29-11-55 e dá outras providências. Ver: PBH. *Relatório*, 1956.
[191] AZEVEDO, Celso Mello de. Reorganização Administrativa. In: PBH. *Relatório*, 1956, p. 31-36.
[192] PBH. *Relatório de 1955 apresentado à Camara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo em fevereiro de 1956*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956; DM, quinta feira, 2 fev. 1956.
[193] PBH. *Relatório de 1957 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo em fevereiro de 1958*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958, p. 2/2 e 2/3.

cidade, *"tirando o domínio comum".* As administrações passadas, segundo Azevedo, trabalharam incessantemente para o progresso da capital, mas ainda não teriam compreendido a essência da vida na metrópole*: "Temos amado a cidade, sem a preocupação de compreendê-la, eis que desconhecemos as exatas condições de seu espantoso crescimento"*. Segundo o líder da municipalidade, os impulsos da expansão urbana *"são desordenados e criam problemas de natureza delicada, alguns quase insolúveis".* Além disso, os benefícios do crescimento da cidade foram *"divididos entre os belo-horizontinos de forma desigual"*. Por todos esses motivos, Azevedo considerava extremamente necessário a realização de um plano diretor para orientar o crescimento da cidade. Esse instrumento transcenderia seu mandato e serviria também para as administrações seguintes. [194]

Poucos dias depois, a divulgação de uma das etapas do plano de Azevedo, que foi chamada de "1º censo municipal" começou a circular pelos meios de comunicação da cidade. Em uma propaganda de jornal, a municipalidade pediu colaboração dos munícipes para que o censo se transformasse em *"retrato fiel da cidade".* A publicidade explica que a cidade era parcialmente conhecida e com o levantamento municipal seria feito o *"retrato de corpo inteiro".* Esses dados, segundo a propaganda, serviriam para saber quantas pessoas viviam no município e redondezas, quantas crianças existiam em idade escolar em cada bairro, onde deveriam ser construídas novas escolas, quais casas não tinham rede de saneamento básico, entre outras questões, para que a cidade, que completava 60 anos, pudesse ser melhor administrada no futuro:

> Tem 60 anos apenas e você já sente, em Belo Horizonte, uma das maiores e mais prósperas cidade cidades da América do Sul. Mas você conhece exatamente Belo Horizonte?A população? A riqueza? O padrão de vida? E os problemas de cada bairro e as necessidades de cada rua? E onde há escolas e onde faltam escolas? Belo Horizonte precisa ser plenamente conhecida para ser melhor admirada... para ser melhor administrada (...) por isso, comemorando o 60º aniversário da cidade, tem inicio agora um levantamento completo, para obter-se um retrato de corpo inteiro de Belo Horizonte.[195]

O novo programa de Azevedo foi rapidamente ironizado pelos jornais da cidade, principalmente pela falta crônica de água, fato que urgia solução e incomodava os citadinos. Nesse contexto, em um sábado, no dia 07 de dezembro de 1957, uma charge

[194] DM, domingo, 1 dez. 1957, p. 13.
[195] DM, domingo, 8 dez. 1957, p. 13.

ironizou o Serviço de Informações, setor que foi criado dentro do programa do "Censo Municipal". Nela, um citadino aparece perguntando para o servidor onde ele poderia encontrar um copo de água.[196]

Imagem 04 – Charge publicada no Diário de Minas sábado, 07 de dezembro de 1957. *"Será criado na Prefeitura o Serviço de Informações. O Visitante: Onde eu posso encontrar um copo de água?"*

No aniversário de 60 anos da capital houve a publicação de reclamações sobre a falta de água no município. Várias reportagens, colunas, editoriais, cartas de leitores e charges destacaram a história da cidade, seu planejamento inicial, o crescimento e desenvolvimento dos últimos anos. Entretanto, quase todos os textos fizeram diversas ressalvas aos graves problemas urbanos, principalmente à falta de água nas torneiras dos belo-horizontinos em contraste com as cheias de verão. No dia 10 de dezembro de 1957, dois dias antes do aniversário de Belo Horizonte, foi publicada outra charge que

[196] DM, sábado, 7 dez. 1957, capa.

mostra um caminhão pipa da prefeitura, debaixo de uma forte chuva, enquanto um servidor, com água até os joelhos e guarda-chuva, tenta extrair água do veículo. [197]

Imagem 05 – Charge publicada no Diário de Minas, No dia 10 de dezembro de 1957. *"Preparativos para o Dia da Cidade"*

A charge sintetiza duas das maiores preocupações dos belo-horizontinos durante todo o período estudado: as enchentes e a falta d'água. As discussões sobre esses temas ficaram cada vez mais intensas no final da gestão de Azevedo e ocuparam um espaço maior na mídia belo-horizontina e nos documentos oficiais produzidos pela municipalidade. O prefeito acreditava que para a solução desses problemas seriam necessárias várias ações que extrapolavam sua gestão e sua alçada, mas dependiam muito da colaboração dos cidadãos, da capacitação do servidor, da racionalização da estrutura administrativa e do planejamento. [198]

[197] DM, terça feira, 10 dez. 1957, capa.
[198] PBH. *Relatório,* 1958; PBH. *Relatório de 1958 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Janeiro de 1959.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1959.

No relatório de 1958, apresentado à Câmara Municipal em janeiro de 1959, o prefeito argumenta que um dos seus principais objetivos foi o de trazer o cidadão para a administração pública, aumentando sua participação, para que assim a prefeitura conhecesse melhor os problemas da cidade e como resolvê-los. Para Azevedo, o cidadão não poderia ser *"um simples pagador de impostos"* e teria o papel primordial de conhecer a coisa pública, apontar onde estão os problemas e fiscalizar a municipalidade, possibilitando que um planejamento em longo prazo fosse seguido. Outro objetivo foi o de fazer com que os citadinos reconhecessem no *"servidor público um representante seu"*. Para isso, o funcionário público devia ser capacitado para atender as exigências da nova realidade da metrópole e a meritocracia deveria ser o método tanto para a entrada do trabalhador na prefeitura, quanto para as promoções em sua carreira. [199]

Outro ponto vital presente nesse relatório e em todos os outros de Azevedo é o movimento pela racionalização da municipalidade e a tentativa de conhecer melhor a cidade para a implementação de um planejamento de longo prazo. Para isso, ele propôs rever o plano diretor, o Código de Obras e do Código Sanitário do município, a atualização dos impostos e a dinamização da máquina burocrática para dar mais celeridade aos processos administrativos. Para Azevedo, a condição *sine qua non* para o planejamento era conhecer a cidade, como vimos no Censo Municipal de 1957. Assim, no último ano de seu mandato, em agosto de 1958, Azevedo promoveu outra grande ação nesse sentido: a contratação da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) para estudar a estrutura urbana de Belo Horizonte.

A SAGMACS, em seu relatório do estudo, apresentou uma Belo Horizonte em processo de metropolização, que levava ao crescimento de suas cidades vizinhas e à atração de migrantes do interior do estado. O estudo apresentou as deficiências dos serviços urbanos, água, esgoto, habitação, assistência médica e destacou a precária situação de metade da população belo-horizontina, que vivia em vilas, ou em mendicância nas ruas, em condições consideradas subumanas.

A situação das vilas e favelas piorou drasticamente durante o governo de Azevedo, sendo relatada em seus relatórios durante o período e em matérias de jornal. Em janeiro de 1957, Dom Helder Câmara lamentou em pronunciamento a situação das vilas da capital mineira, dizendo que nelas havia "*violência moral e física sem paralelo*

[199] PBH. *Relatório*, 1959, p. 2.

no mundo". No mesmo pronunciamento, o bispo, que visitou as favelas da cidade, mencionou a precária situação sanitária desses conglomerados, dizendo que "*os seres humanos vivem ali em verdadeiras covas. A mesma água que serve para lavar as roupas é usada para beber"*. [200] Os jornais publicaram várias outras notícias, em tom de denúncia, mas com termos preconceituosos e reducionistas, como *galinheiros humanos*.[201]

Em relação ao estudo da SAGMACS, sociedade da Ordem Dominicana, era natural a forte menção à situação social dos munícipes. Por isso, a miséria de grande parte da população de Belo Horizonte foi destaque no relatório.[202] Outro ponto interessante do relatório da SAGMACS, que vai ao encontro do estudo de Romero e à análise de Celso Furtado,[203] foi a inserção dos problemas de Belo Horizonte no processo de desenvolvimento econômico desigual e na urbanização do Brasil.

O estudo aponta para a necessidade de elaborar uma legislação que diminuísse a especulação imobiliária, disciplinasse a expansão urbana e promovesse a "descentralização" de Belo Horizonte, numa época em que a urbanização e as ações do poder público se concentravam dentro da Avenida do Contorno. No relatório de 1959, Azevedo afirmou que as propostas da SAGMACS definiriam as diretrizes do plano gestor do município contratado em 1961 pelo Prefeito Amintas de Barros à mesma sociedade. Entretanto, o projeto nunca foi implementado. [204]

Celso Mello de Azevedo participou ainda, junto com o governo federal, da reinauguração da Barragem da Pampulha e do asfaltamento da Avenida António Carlos, em janeiro de 1958. A pavimentação da *"artéria*" foi anunciada com um forte discurso desenvolvimentista, junto com a divulgação do plano de asfaltar 3.000 quilômetros de estradas por todo o estado de Minas Gerais. A partir desse momento, as obras de pavimentação asfáltica em Belo Horizonte foram anunciadas, em notícias de jornais e documentos oficiais, com um viés desenvolvimentista e de embelezamento urbano. O

[200] "Não sei ensinar os 10 mandamentos no ambiente das favelas", pronunciamento de Dom Helder Câmara. DM, terça feira, 24 jan. 1956, p. 3.
[201] DM, 8 e 9 jan. 1958, p. 8.
[202] MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte* - dados preliminares. Belo Horizonte: Departamento de Habitação Popular, 1966; FJP, *Saneamento básico*, p. 175.
[203] ROMERO. *América Latina*, p. 354-385; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
[204] PBH. *Relatório*, 1959.

asfalto e o automóvel tornaram-se sinônimos do progresso e os projetos urbanísticos a partir daí tiveram esses elementos como protagonistas. [205]

Na mesma solenidade, o Presidente Juscelino Kubitschek prometeu voltar à capital mineira, ainda durante seu mandato, para inaugurar o "*novo serviço de abastecimento d'água*", o sistema da Adutora do Rio das Velhas, que supriria as necessidades da capital até o momento em que ela atingisse dois milhões de habitantes.[206] Porém, como já mencionado, a obra encontrou uma série de percalços, dentre eles vaidades e rixas políticas, e só ficou pronta em 1973. Com o atraso da obra e o consequente aumento do déficit no abastecimento de água, o líquido tornou-se cada vez mais presente nos discursos políticos na capital mineira, tornando-se um dos maiores catalisadores de votos e de popularidade para os membros da administração pública municipal, estadual e federal. Esse processo, bem como a escalada do populismo em torno do precioso líquido, ficou mais evidente nas gestões de Amintas de Barros (1959-1962) e Jorge Carone Filho (1963-1965).

3.2 - A gestão de Amintas de Barros (1959-1963): governança da água e escalada do populismo.

Celso Mello de Azevedo sofreu a sina de quase todos os prefeitos do período aqui estudado: começou com grande popularidade, mas terminou seu mandato com fortes críticas por parte dos citadinos. Por isso, os candidatos a prefeito, em outubro de 1958, fizeram de tudo para não ter o apoio de Azevedo. Renato Falci, que poderia ser considerado o candidato da situação, fez forte campanha nos jornais dizendo que não contava com o suporte da atual gestão. O próprio prefeito, a pedido da coligação de Falci, declarou várias vezes que não apoiava ninguém. Entretanto, a campanha de Amintas de Barros, candidato pela terceira vez, publicou várias vezes nos jornais uma propaganda com os seguintes dizeres: "*Renato Falci é o candidato de Celso Azevedo*". Essas propagandas não eram assinadas e vinham com os seguintes dizeres: *colaboração de amigos de ambos*. [207]

Numa campanha repleta de ataques pessoais, fraca discussão política e acusações por parte da igreja e de associações anticomunistas de que os candidatos,

[205] DM, quinta feira, 16 jan. 1958, p. 4-14.
[206] DM, quinta feira, 16 jan. 1958, p. 4-14.
[207] DM, quarta feira, 1 out. 1958, p. 8-14.

entre eles os favoritos Falci e Amintas, seriam "*amigos dos camaradas*". [208] As propostas convergiam para a solução dos graves problemas da cidade, principalmente a água. Essa questão, segundo os jornais e os candidatos, estaria resolvida após a inauguração da Adutora do Rio das Velhas, fato que deveria acontecer durante a gestão do prefeito que seria eleito nas eleições de 1958.[209]

Apesar do otimismo dos candidatos e da mídia em relação à solução definitiva do problema do abastecimento, Lilcoln Continentino fez, mais uma vez, críticas ao projeto no ápice da corrida eleitoral em Belo Horizonte. Segundo o sanitarista, o Rio das Velhas não foi a melhor escolha para o problema de abastecimento da cidade por ser um manancial que apresentava "*um inconveniente de ser bastante poluído*" pelas indústrias, pelo desmatamento em suas margens e pelas cidades que cresciam em toda sua extensão. Outro ponto apontado por Continentino foi a necessidade da total substituição da rede de água da época, bandeira que levantou desde a gestão de Giannetti, devido ao crescimento dos arranha-céus, das indústrias e da nova demanda da cidade. Portanto não bastava concluir a adutora, era preciso substituir toda a tubulação de Belo Horizonte nos pontos em que já havia distribuição e levar o líquido para os locais em que não havia água. [210]

Em outubro de 1958, Amintas de Barros foi eleito prefeito de Belo Horizonte. Em uma de suas primeiras declarações como chefe da municipalidade, disse que seria "*prefeito de todos*" e teria a captação do Rio das Velhas como uma de suas prioridades.[211] Suas primeiras entrevistas aos jornais após o resultado das eleições possuíam um forte tom populista e bem dirigido à parcela mais pobre da população belo-horizontina. Essa forma de discurso seria a marca de toda a gestão de Amintas, que tinha quase obsessão em divulgar seus atos, principalmente através de imagens. Por isso, a produção fotográfica oficial da prefeitura de Belo Horizonte cresceu sensivelmente a partir de seu mandato.

Essas fotografias oficiais estão reunidas no Fundo da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do APCBH. Esse acervo possui cerca de 300.000 negativos de fotografias oficiais da Prefeitura de Belo Horizonte e grande parte dessas imagens é dedicada a obras de canalização de córregos e de distribuição de água. Dentro

[208] DM, quarta feira, 1 out. 1958, p. 14.
[209] DM, quinta feira, 2 out. 1958, p. 4.
[210] Rio das Velhas não foi a melhor solução para o problema do abastecimento de Belo Horizonte. Entrevista de Lincoln Continentino ao jornal Diário de Minas. DM, terça-feira, 7 out. 1958.
[211] DM, domingo, 12 out. 1958.

desse tema, foram analisadas cerca de 15.000 poses. Os registros de todas as etapas da substituição dos rios pelo asfalto podem ser consultados nesse acervo. O enorme volume de fotos que destacam as canalizações e obras de distribuição de água no período de 1951 – 1975 evidencia a importância que os administradores da cidade davam a essas obras.

Apesar de o setor de fotografia da municipalidade já existir desde, pelo menos, a gestão de Américo Rennê Giannetti, as imagens aumentaram muito de volume na partir da gestão de Amintas. Segundo fotógrafos que trabalharam na prefeitura nesse período, Amintas exigia que fossem tiradas muitas fotos durante eventos oficiais. De acordo com os ex-funcionários, os pedidos eram tão insistentes que frequentemente extrapolavam o estoque de filmes dos fotógrafos. Assim, para evitar uma repreensão, eles tiravam muitas fotos com a máquina vazia. [212]

Durante o governo de Amintas, o problema da falta de água foi considerado o mais grave pelos jornais e pelos vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Numa sexta feira, 27 de fevereiro de 1959, o Diário de Minas entrevistou o vereador João Batista Alves dos Reis. O membro do legislativo foi categórico ao afirmar que a Câmara considerava a água como "*problema magno da legislatura que ora se inicia*". O vereador continuou dizendo que todos os esforços deveriam ser tomados para a solução do problema:

> É necessário arregimentar todas as forças para a equação desse angustiante problema. Desnecessário acentuar a extraordinária repercussão de ordem urbanística, social e industrial, e sob o ponto de vista da saúde pública e de higienização da cidade, que essa iniciativa representa. [213]

Em seguida, João Reis afirmou que a falta de água era o grande motivo de Belo Horizonte ter grande incidência em gastroenterite. Segundo o vereador, a ausência do líquido "*acarreta dificuldades a higiene pessoal e do meio ambiente, criando condições propícias para a disseminação de doenças*". [214] O vereador concluiu dizendo que a solução para o grave problema estaria na captação do Rio das Velhas. Essa obra tornou-se cada vez mais importante para os citadinos e, por isso, tornou-se uma das principais ações da municipalidade citada nos discursos dos políticos e nos relatórios de prefeitos.

[212] SOUZA, Luiz. Entrevista no Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, junho de 2012. Entrevista concedida a Yuri Mello Mesquita.
[213] DM, sexta feira, 27 fev. 1959, p. 5.
[214] DM, sexta feira, 27 fev. 1959, p. 5.

[215] Nesse momento, os fotógrafos da prefeitura passaram a retratar todas as etapas da construção da Adutora, principalmente as visitas oficiais das chamadas "autoridades públicas". Amintas de Barros, por exemplo, fez questão de ser constantemente fotografado em suas visitas à obra.

Na imagem abaixo (06), Amintas de Barros inaugurou uma série de fotografias do Fundo ASCOM sobre a obra da Adutora do Rio das Velhas: as fotos tiradas de dentro do encanamento. Essas poses tentam demonstrar a grandiosidade da obra, que a tubulação seria tão majestosa que abrigaria confortavelmente vários membros da administração pública de pé e eles faziam questão de serem retratados assim. Amintas, nessas fotografias, sempre aparece em posição de destaque. Às vezes foi fotografado falando e gesticulando, com movimentos corporais que indicavam indagação e cobrança.

Imagem 06 - Adutora do Rio das Velhas, obras, 24/04/1960. Prefeito Amintas de Barros 1º à direita (com o terno nas costas); 3º da direita para esquerda: Mário Reis (de bigode). **Fundo: ASCOM/APCBH**

[215] PBH. *Relatório de 1959 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1960*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.

Imagem 07 - Adutora do Rio das Velhas, obras, 24/04/1960. Da esquerda para direita: 3º Mário Reis; 4º Prefeito Amintas Barros; 6º Geraldo Magela (de terno preto); 7º Geraldo Fonseca. **Fundo: ASCOM/APCBH.**

Na imagem acima (07), na visita de um representante do Governo Federal às obras da Adutora do Rio das Velhas, temos outro tema recursivo do Fundo ASCOM, que é a presença de vários membros da administração pública municipal, estadual e federal em visitas à obra. Essas imagens são carregadas de intencionalidade e cada gestão possui um foco diferente. No caso de Amintas havia uma clara intenção eleitoral, e ele fazia questão de ser mostrado trabalhando para a solução do principal problema de Belo Horizonte, a falta de água. Também queria ser mostrado como um homem simples e de família, como qualquer cidadão, que trabalhava para a realização de um objetivo coletivo. Por isso, foi muito fotografado ao lado de sua mãe, dona Honorina de Barros, católica devota, que teve papel de destaque na construção da imagem pública de seu filho.

Imagem 08 - Festival da criança no Parque Municipal, 26/06/1960. Da esquerda para a direita, 2º Amintas de Barros, 3º Honorina de Barros. **Fundo: ASCOM/APCBH**

Outro protagonista das fotografias da ASCOM a partir da gestão de Amintas de Barros foi o asfalto. As imagens de ampliação da malha asfáltica tornaram-se cada vez mais comuns e, consequentemente, as fotos de canalização de córregos e da construção de uma rua de asfalto por cima dos rios também aumentaram de volume. O asfalto foi retratado passando por cima de tudo, árvores, casas, trilhos de bondes e rios e afirmou-se a partir dos anos 1960 como símbolo do progresso na capital. Nesse momento, o natural era o caminho do desenvolvimento, dos tratores abrindo ruas, do meio físico sendo transformado, dos encanamentos de água que cortavam e perfuravam montanhas e do asfalto, que passou a ser usado, inclusive, como elemento de embelezamento urbano. Não havia tempo para a contemplação da paisagem, ela deveria ser aproveitada em nome do progresso, o caminho natural a ser seguido.

Imagem 09 - Recomposição do asfalto da Avenida Pedro II. 04/1961. Fundo **ASCOM/APCBH**

Imagem 10 - Asfaltamento na Rua Grão Mogol – 25/06/1960. **Fundo ASCOM/APCBH**

Dessa forma, a natureza apareceu, nas fotos da ASCOM nesse período, como terreno a ser conquistado, a ser tomado pela marcha do progresso urbano. Muitas fotos demonstraram o antes e o depois dos projetos urbanísticos, mostrando primeiro um terreno vazio com a presença de projetistas e técnicos. Depois mostravam as obras em suas diversas etapas e, finalmente, a inauguração com a presença dos membros da administração pública. O natural, muitas vezes foi "desnaturalizado", principalmente em relação aos rios cada vez mais sujos. Esses cursos de água foram retratados como depósitos de lixo, feios e assoreados. Na foto a seguir, por exemplo, foram tiradas fotos do Rio Arrudas antes de ser desviado para a ampliação da Avenida Tereza Cristina.

Imagem 11 - Rio Arrudas, 25/06/1960. **Fundo ASCOM/APCBH**

A historiadora Emily Story analisou diversas fotografias, reportagens e relatórios sobre a construção de Brasília e, por meio da análise desses documentos, defendeu que, para os idealizadores da nova capital federal, o "natural" seria o progresso, o asfalto e os tratores que abriram a cidade. O cerrado, que Lúcio Costa intencionalmente deixou em várias partes da nova capital federal, seria agora um componente do cenário urbano, um adorno. O interior "vazio" do Brasil deveria ser conquistado e integrado à vida nacional e só assim o país atingiria o seu enorme potencial. Portanto, no projeto desenvolvimentista capitaneado por Juscelino e Israel Pinheiro, o caminho "natural" para o Brasil seria o desenvolvimento.

Ao compararmos a documentação de Belo Horizonte com a análise de Emily Story, podemos perceber vários elementos em comum entre Brasília e Belo Horizonte. Na capital mineira foi comum a *desnaturalização* do rio e a *naturalização* do asfalto, que, além de trazer o progresso, seria elemento embelezador para cidade. Não se pode ignorar, como dito no último capítulo, que Juscelino foi prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas Gerais, portanto elementos do seu projeto desenvolvimentista, bem como a clara preferência ao automóvel nesse projeto, foram implementados primeiro em Minas Gerais. [216]

Parte dessas fotografias foi publicada em jornais e revistas da capital. Em muitos casos, as imagens saíram nas chamadas "matérias pagas". Essas peças jornalísticas eram publicadas com tom muito elogioso à administração pública e eram bancadas pela municipalidade. Geralmente não havia nenhuma sinalização de que as matérias foram encomendadas e vinham na mesma fonte e diagramação dos jornais em que foram publicadas, podendo confundir os leitores mais desatentos. Algumas dessas matérias foram pagas por notas promissórias que podem ser consultadas nos documentos do Acervo Fazendário no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que, em alguns casos, anexam a reportagem no recibo de pagamento. Amintas de Barros utilizou muito desse artifício durante sua gestão, com um crescente tom populista, visando também fortalecer sua candidatura para deputado.

Entretanto, mesmo com todo o esforço em ganhar popularidade, a imagem de Amintas sofreu muito com a falta de água, agravada pelo atraso na Adutora do Rio das Velhas. A obra, prometida por Juscelino Kubitschek para ser inaugurada no dia 30 de

[216] STORY, Emily. *Constructing Development: Brasília and the Making of Modern Brazil*. 2006. Dissertation (for the degree of Doctor of Philosophy in History) - Faculty of the Graduate School, Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, (mimeo), 2006.

janeiro de 1960 como o último ato de sua presidência, tornou-se cada vez mais complicada, principalmente pela dificuldade em se perfurar o túnel do Taquaril e pela escassez de recursos financeiros. Por isso, a falta de água aumentou, assim como as críticas à gestão do prefeito Amintas de Barros.

Os citadinos ficaram pessimistas com a solução do problema de abastecimento pelo atraso nas obras da adutora, bem como pela inoperância na construção da nova rede de água da cidade, condição imprescindível para a solução desse problema. Além disso, os córregos de Belo Horizonte se tornaram cada vez mais poluídos. O ribeirão Arrudas tinha situação lamentável, cada vez mais saturado pelos detritos, estava sujo, com muita terra e lixo acumulados em suas margens. Com isso, as enchentes se tornaram mais frequentes, como a ocorrida no dia 10 de janeiro de 1962, quando córregos da cidade, principalmente o Córrego do Leitão e o Rio Arrudas, transbordaram após fortes chuvas. Cerca de dez pessoas morreram, 3 delas na queda de um barranco, que atingiu um barraco, próximo ao número 4700 da Avenida Amazonas. Além disso, centenas de famílias perderam seus lares em várias vilas pela cidade e nas proximidades dos córregos, que continuavam a ser habitados por barracões improvisados. [217] Nesse cenário de calamidade sanitária, muitas pessoas continuavam a ser contaminadas pela gastroenterite, que matou mais de 56 crianças em uma semana no final de 1961 em Belo Horizonte. [218]

Uma das soluções para a falta de dinheiro para a construção da Adutora do Rio das Velhas seria a obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Em agosto de 1962, a prefeitura solicitou junto ao BID um empréstimo no valor de 18,5 milhões de dólares.[219] Para transferir o recurso, o órgão de desenvolvimento exigiu que o Departamento de Água de Esgotos obtivesse autonomia em relação à prefeitura. Com isso, os técnicos do DAE propuseram ao prefeito que fosse criada uma autarquia responsável pela política sanitária do município. Amintas de Barros não aprovou a proposta, pois com isso perderia o controle da gestão da água no município, para ele a maior fonte de votos para se eleger como deputado, e assim o empréstimo não foi obtido. [220]

---

[217] "Chuva veio para valer"; "Temporal provocou três mortes"; "Inundações e desabamentos ontem em Belo Horizonte". DM, quinta-feira, 11 jan. 1962, p. 1-3.
[218] DM, 12 e 13 dez. 1959, p. 2 e 5; DM, sábado, 19 dez. 1959, capa; DM, domingo, 3 jan. 1960, capa; "Gastro alarma governo", DM, sexta-feira, 29 dez. 1961, p. 2; "Gastro matou mais 56 crianças em uma semana em Belo Horizonte", DM, terça-feira, 19 dez. 1961.
[219] FJP. *Saneamento básico*, p. 179.
[220] VIANNA, N; VIANNA, D. *Entrevista concedia*, 5 jun. 2009.

Com isso a prefeitura ampliou seu recurso mais prático, a "manobra". Os reservatórios eram fechados durante a noite para que enchessem e eram "manobrados" para distribuir água para as diferentes regiões da cidade em períodos diferentes do dia.[221] Esse recurso extremo gerava um problema, os funcionários da municipalidade que eram instruídos para manobrar a rede acabavam, em alguns casos, fazendo isso por conta própria, favorecendo algumas regiões em detrimento de outras. Os motivos desses funcionários são vários. Alguns queriam beneficiar a região em que viviam, ou recebiam dinheiro de moradores e comerciantes de determinados bairros para que mais água fosse destinada para as regiões que pagavam. Além disso, havia a distribuição de água pelos caminhões-pipa da prefeitura. Esses veículos foram apelidados de "manobreiros" pelos citadinos. Esse recurso foi largamente utilizado na gestão seguinte, de Jorge Carone, através do programa "Água para as Favelas". [222]

A gestão de Amintas de Barros foi caracterizada pela escalada do populismo[223] e pela acentuação do problema do abastecimento de água, devido ao célere crescimento de Belo Horizonte e região e aos atrasos nas obras de saneamento.

Com a escassez do líquido desenvolveu-se um comércio clandestino de água. Muitas pessoas, donas de carroças, camionetes e caminhões, enchiam seus tambores e veículos e vendiam o líquido de casa em casa. Todavia, essa água não tinha controle de origem e era coletada das mais diversas fontes, como dos próprios córregos poluídos da capital. Alguns manobreiros da prefeitura, que deveriam levar água para as regiões mais

[221] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 91.

[222] VIANNA, N; VIANNA, D. *Entrevista concedia*, 5 jun. 2009; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 76-89.

[223] O populismo, segundo Gomes, é um conceito difícil de definir por possuir alto grau de compartilhamento e plasticidade, tendo transcendido o espaço acadêmico e marcando o que poderia ser chamado de cultura política nacional. Além disso, o conceito está presente na mídia de massa, que alcunha de populistas os políticos que enganam o povo com promessas nunca cumpridas ou que usam retórica simples para governar com interesses pessoais. O conceito de também já significou, nos anos 1950-1960, práticas políticas que eram caracterizadas pela existência de uma massa de trabalhadores passivos, manipulados, sem consciência de classe, que veneram um líder carismático e autoritário. Por isso, a matriz clássica desse conceito pode conter conotação pejorativa e desqualificadora, que poderia estigmatizar os trabalhadores. Por causa desses fatores, alguns autores, como Ângela de Castro e Gomes e Daniel Aarão Reis Filho, defendem que ele deve ser abandonado ou substituído por outros conceitos, como trabalhismo. Outra corrente historiográfica tende a pensar o conceito de populismo como um sistema político em que há disputas, negociações e reciprocidade entre as diferentes classes ou atores sociais. Assim, não existe apenas manipulação ou imposição de cima para baixo, mas sim um "jogo político" de mão-dupla, sem um modo fixo de atuação e com um vasto arsenal retórico. O populismo, nessa corrente, pode ocorrer num momento de crise de hegemonia, quando as demandas não atendidas por parte dos trabalhadores são articuladas por alguma classe ou fração de classe, representada por um líder carismático, contra o bloco de poder dominante, em uma situação de crise deste. Sobre o conceito ver: GOMES, Ângela de Castro. "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito". Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 31-58. BATISTELLA, Alessandro. "Um conceito em reflexão: o "populismo" e a sua operacionalidade". Revista Latino-Americana de História Vol. 1, nº. 3 – Março de 2012. Edição Especial – Lugares da História do Trabalho

necessitadas, aceitavam propinas e distribuíam água para quem pagasse mais, acentuando a seca dos bairros mais pobres. Esse processo reforçava a discrepância entre as regiões da capital mineira. Enquanto a Centro-Sul possuía um abastecimento mais regular, outras regiões, como a Leste, quase não viam uma gota do líquido, mesmo com a grande densidade demográfica que possuíam.

3.3 - Água para as Favelas: a gestão de Jorge Carone Filho (1963 – 1965) e o auge do populismo nas políticas de distribuição de água.

Jorge Carone Filho, candidato pelo Partido Republicano, foi eleito prefeito de Belo Horizonte em outubro de 1962. Sua campanha eleitoral trazia frases de efeito como *"Carone realiza mesmo!",*[224] que mais tarde seria usada em placas na maioria das obras de sua gestão e em faixas distribuídas para moradores de vilas e favelas em Belo Horizonte para serem fotografados pelos funcionários da municipalidade. [225] Jair Negrão de Lima, do Partido Social Democrata, foi eleito vice-prefeito.

Em seu discurso de posse, proferido na Prefeitura no último dia de janeiro de 1963, Carone prometeu "*humanizar a cidade"* e governar para o homem que trabalha, "*do mais humilde operário ao mais abastado comercial*". Após citar os pontos positivos de Belo Horizonte, que seria uma das mais importantes cidades da América Latina e polo da economia e política de Minas Gerais, o líder da municipalidade discorre sobre seus vários aspectos negativos:

> Belo Horizonte já conta com todos os graves problemas de uma grande metrópole. Metade de sua população vive abaixo do mínimo exigível, no que se refere à moradia, alimentação, educação, saúde e transportes. A cidade cresce, é verdade, e suas ruas e avenidas enchem-se de prédios suntuosos, mas, ao mesmo tempo, crescem, em progressão alucinante, as suas favelas, que são a tragédia social de nosso tempo, e cuja solução pode vir por meio de uma profunda reforma de estrutura que a nossa geração. [97]

Logo nos primeiros dez dias de sua gestão, Carone realizou ações para tentar melhorar o trânsito da capital, liberou verbas para intervenções na Avenida Antônio

[224] EM, 4 out. 1962.; SIQUEIRA, Daniela Giovana. *Cenas de um Horizonte Político:* O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 43.
[225] APCBH. Fundo ASCOM.
[226] DM, sexta-feira, 1 fev. 1962, p. 4.

Carlos, Avenida Amazonas e Rua Mauá. Paralelamente, prometeu aumentar o orçamento para os serviços de água, incluindo a abertura de poços artesianos, e iniciou combate às ligações clandestinas de água no município.[227] Esse início de gestão serve para exemplificar o que viria a seguir: um governo marcado pela realização de obras que privilegiaram o trânsito, canalizações e pequenas ações no abastecimento de água. Grande parte desses atos foram realizados e divulgadas com forte tom populista. Exemplo disso são os cine jornais encomendados pela municipalidade e as fotografias oficiais reunidas no acervo ASCOM/APCBH.

As obras de canalização, exemplificadas pelas duas fotos da Rua Professor Moraes a seguir, em maio de 1965, ganharam mais *status* e foram mais divulgadas em jornais e nos relatórios. A partir da gestão de Carone, as fotografias oficiais da municipalidade sobre esse tema aumentaram muito de volume. As fotos eram tiradas durante todas as etapas da obra, principalmente durante as visitas dos membros da municipalidade.

Imagem 12: Canalização do Acaba Mundo, Rua Professor Moraes. 05/1963. **Fundo ASCOM/APCBH.**

[227] DM, domingo, 3 fev. 1963, p. 2; DM, quarta-feira, 6 fev. 1963, p. 3; DM, quinta-feira, 7 fev. 1963, p. 2; DM, sexta-feira, 8 fev. 1963, p. 2; DM, sábado, 9 fev. 1963, p. 2; DM, domingo, 10 fev. 1963, p. 4.

Imagem 13 - Canalização do Acaba Mundo, Rua Professor Moraes. 05/1963. **Fundo: ASCOM/APCBH**

Nos anos de 1960, defendia-se a canalização total, o que representava a extinção do córrego do cenário urbano, que daria lugar para uma camada de asfalto, agora símbolo de urbanização, embelezamento e progresso.

O asfalto, portanto, deveria abrir o caminho para o progresso a qualquer custo. A rua que se vislumbrava deveria ser mecânica, destinada ao automóvel, sem que pedestres, árvores ou córregos atrapalhassem o ir e vir barulhento dos carros. Ato paradigmático dessa vertente foi a derrubada dos fícus da Avenida Afonso Pena, justificada pelo próprio Jorge Carone como medida necessária para melhorar o trânsito de veículos na principal via de Belo Horizonte.

Duarte mostra como o corte desses fícus, iniciada na madrugada do dia 19 para o dia 20 de novembro de 1963, não foi um ato isolado na mudança da arborização da cidade. Naqueles meses e ao longo de toda a década de 1960, muitas outras vias tiveram sua arborização derrubada visando seu alargamento, numa época em que a frota de carros particulares em Belo Horizonte, como em todo o Brasil, cresceu imensamente. Todavia, o corte dos fícus da Afonso Pena foi o evento mais largamente debatido nesse processo, criticado como atitude arbitrária da PBH, mas também elogiado como medida

necessária devido ao rápido desenvolvimento da capital e até como alívio pela praga de insetos tripés, apelidados pelos citadinos como *amintinhas*. [228]

Poucos dias após a derrubada dos fícus, Belo Horizonte sofreu mais uma vez com as enchentes. No dia 2 de dezembro de 1963, fortes chuvas caíram sobre toda Belo Horizonte, causando o transbordamento dos rios por toda a cidade. Os locais mais atingidos foram, mais uma vez, as vilas e favelas mais pobres da capital mineira, com um saldo de vários barracões levados pelas enxurradas, que desciam morro abaixo. [229] A chuva veio em uma semana de altas temperaturas em Belo Horizonte e, para aliviar o calor, várias crianças foram fotografadas pelo jornal Diário de Minas nadando nas ruas alagadas, alheias às doenças gastrintestinais que continuavam a bater recordes na capital de Minas Gerais.

Em uma dessas fotografias, publicada pelo Diário de Minas no dia 03 de dezembro, com o título *"Piscina de pobre é poça",* foram retratados dois meninos se divertindo em uma rua alagada de Belo Horizonte. No texto que acompanhou a imagem, o jornal relatou o fato inusitado: *"Poucos minutos de chuva forte deram ontem aos meninos pobres de Belo Horizonte a alegria de nadar numa cidade sem rio"*. [230] Essa frase, redigida em uma época em que quase todos os córregos de Belo Horizonte ainda faziam parte do cenário urbano da capital, demonstra como que os rios eram completamente ignorados, ou relegados à condição de "esgotos" na capital mineira.

Apesar de sobrar água nas alagadas ruas do município, a situação do abastecimento estava cada vez pior, principalmente nas vilas e favelas que, em sua maioria, não possuíam nenhum serviço de saneamento provido pela municipalidade. No primeiro ano de seu governo, Carone realizou uma série de pequenas intervenções para amenizar a crise do abastecimento de água, como a realização de um edital público para a abertura de 150 poços artesianos em Belo Horizonte e a construção de cerca de 5.000 metros de novas redes d'água.[231] Todavia, essas medidas tiveram pouco resultado prático e o déficit no abastecimento só aumentou. [232]

Parte dessas ações foi realizada dentro dos programas "água para as favelas" e "água para o povo", que compreendiam em uma série de ações para amenizar a ausência de água nas regiões mais pobres da capital. Essas intervenções foram amplamente

[228] DUARTE. *À sombra dos fícus*, p. 3.
[229] DM, terça-feira, 03 dez. 1963, p. 7.
[230] DM, terça-feira, 03 dez. 1963, capa.
[231] PBH. *Relatório de 1963 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Jorge Carone Filho. Fevereiro de 1964.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1964.
[232] FJP. *Saneamento básico*, p. 180; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 75-93.

documentadas pelos fotógrafos do município e divulgadas com um forte tom populista. A imagem a seguir retrata uma criança com uma lata d'água na cabeça descendo uma rua onde estavam sendo instalados canos que levariam água de um poço artesiano para torneiras comuns na vila. O fotógrafo escolheu o momento propício para a foto, justamente quando a menina passava ao lado da placa com os dizeres "Água para o Povo" "Carone realiza mesmo", talvez com a intencionalidade de mostrar que, assim que as obras forem concluídas, essa viagem, longa e cansativa, de busca pelo precioso líquido acabaria.

Imagem 14 - Água para as favelas, dezembro de 1963. **Fundo ASCOM/APCBH**

Outra medida paliativa para amenizar a ausência de água potável para as vilas e favelas foi à compra de carros pipa. Esses caminhões, encomendados pelo Departamento de Bairros Populares, deveria fazer atendimento domiciliar, levando água onde não havia. Em uma matéria paga, publicada no Diário de Minas, no dia 4 de dezembro de 1963, comemora-se a iniciativa que faria parte de um:

> plano idealizado e executado em favor da população favelada, que, em 1963, viu atendidas as reivindicações no que se refere à água, através de um programa que abrangeu a perfuração de poços artesianos, construção de caixas e reservatórios e canalização [233]

Segundo a mesma reportagem, o veículo comprado trabalharia em três turnos e ficaria destinado exclusivamente ao abastecimento das vilas onde era falho o fornecimento de água e atenderia em caráter de emergência.[234] A imagem abaixo demonstra o veículo comprado em ação, estacionado em uma favela, com pessoas enchendo suas latas no caminhão. O veículo possuía a inscrição "Água Para as Favelas" "D.B.P., Departamento de Bairros Populares", inclusive com o nome de seu diretor, Raimundo Tinti, além do nome do prefeito, reforçando o caráter personalista da gestão Carone.

[233] DM, quarta-feira, 4 dez. 1963, p. 7.
[234] DM, quarta-feira, 4 dez. 1963, p. 7.

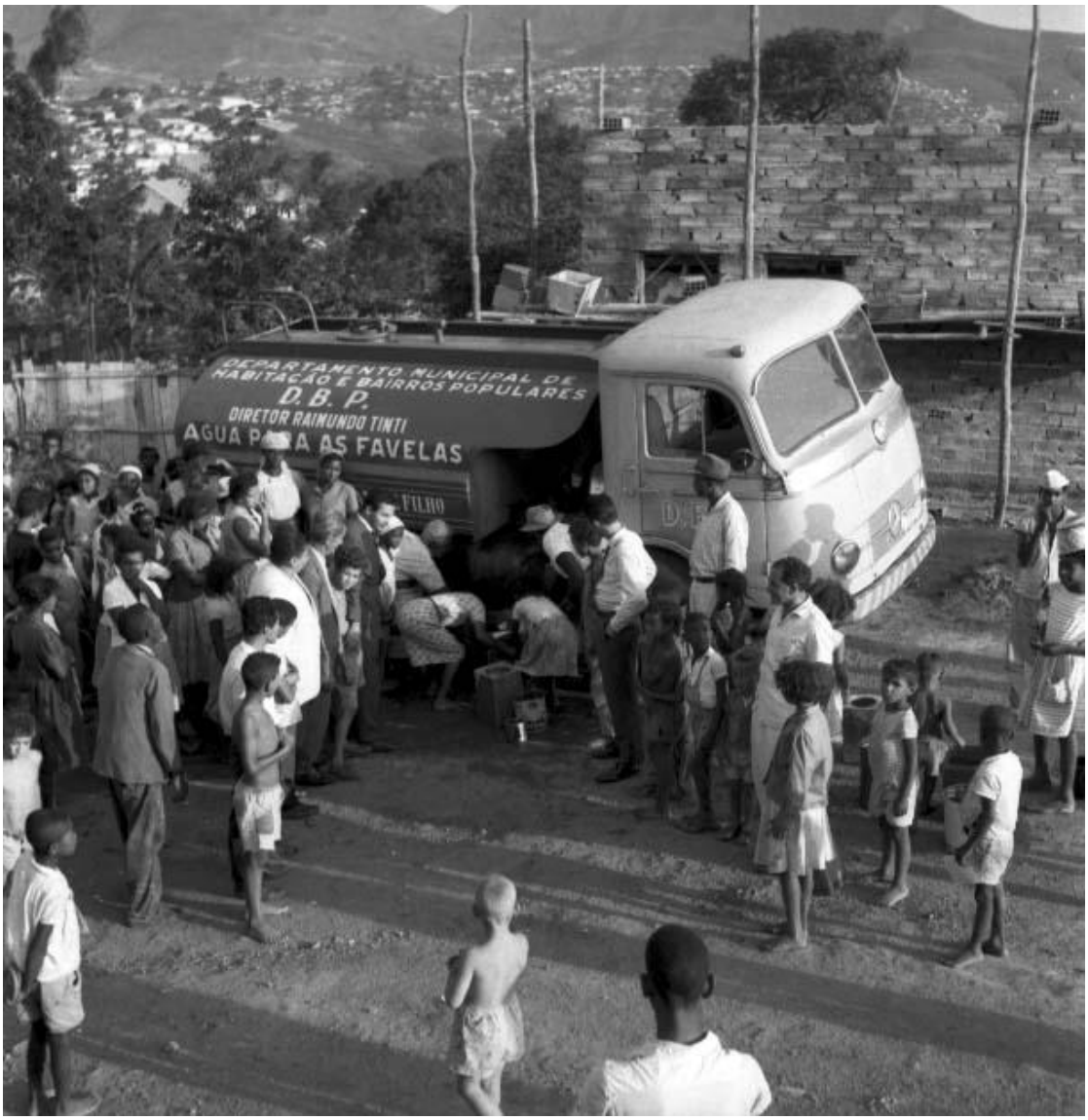

Imagem 15 - Caminhão pipa em favela, dezembro de 1963. **Fundo ASCOM/APCBH**

Em outra imagem do programa "Água para as Favelas", disponível no fundo ASCOM do APCBH, percebe-se a chegada do material de perfuração de um poço artesiano em uma vila, que contou com a curiosidade de dezenas de moradores que foram conferir o início das obras. A imagem enquadrou ainda duas faixas. Uma delas possuía os dizeres: *"Carone prometeu, Carone cumpriu: Água para Belo Horizonte. Salve o nosso grande prefeito Carone".*

Imagem 16 - Água para as favelas, dezembro de 1963. **Fundo: ASCOM/APCBH**

Essas medidas foram insuficientes para amenizar a péssima situação sanitária das favelas, pois os poços artesianos e os caminhões pipa não davam conta da crescente demanda. Pela escassez de água, e o excesso de domicílios para atender, alguns motoristas da prefeitura comercializavam a água do caminhão em troca de dinheiro ou favores de moradores, como lanches, móveis, entre outros. [235] Isso provocava uma triste realidade, a água que deveria ser distribuída em situação emergencial para quem mais

[235] Por várias vezes denúncias foram feitas contra os manobreiros da municipalidade. Essas reclamações eram feitas pelos citadinos, aos jornais e à corregedoria do município que, geralmente, julgava as reclamações improcedentes. Em dezembro de 1960, a corregedoria não aceitou as denúncias de cobrança de dinheiro por parte dos manobreiros, alegando que eles eram *"motoristas de excelente folha de serviço".* DM, sexta-feira, 2 dez. 1960, p. 5.

necessitava em muitos casos não chegava ao seu objetivo, reforçando ainda mais a desigualdade do acesso ao líquido em Belo Horizonte e aumentando o comércio irregular de água, que se tornava mais comum na medida em que a situação do abastecimento piorava. Mesmo sendo pouco efetivo, o programa "água para as favelas" é símbolo da importância política da água em Belo Horizonte nos anos 1960 e foi largamente utilizado por Carone para se promover politicamente.

A única solução plausível para a crescente falta d'água do município era a conclusão da Adutora do Rio das Velhas. Para continuar as obras, a prefeitura anunciou, em maio de 1963, um empréstimo junto ao Governo Federal de três bilhões de cruzeiros. Todavia, esse dinheiro nunca foi liberado, provavelmente devido à delicada situação política do Presidente da República, João Goulart, aliado de Carone, e do golpe militar de março de 1964. [236]

Com o recrudescimento da falta de água, aumentaram, também, as críticas, muitas delas encomendadas pelo governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, desafeto político de Jorge Carone Filho. [237] A prefeitura passou a conviver diariamente com várias críticas oriundas da imprensa e da Câmara dos Vereadores. No final de janeiro de 1964 o vereador Henrique Novais, após pedir, sem fundamento, o impeachment do prefeito, foi à prefeitura assistir a um leilão e sofreu forte repreensão de Carone, que supostamente agrediu o membro do legislativo com um soco. Com o golpe militar e o apoio de Magalhães Pinto aos golpistas, a situação de Jorge Carone Filho ficou insustentável. [238]

No final de janeiro de 1965, uma forte chuva de granizo caiu em Belo Horizonte, com um saldo de inundações, desabamentos, e centenas de desabrigados e feridos. No centro, o córrego do Acaba Mundo transbordou, atingindo a portaria de edifícios. A lagoa do Parque Municipal inundou, ilhando crianças que brincavam nos jardins. As Vilas, mais uma vez, foram as mais atingidas. Vários barracões ruíram na Vila União e a enxurrada levou embora os pertences de várias famílias. Os jornais do dia 26 de janeiro de 1965 mostraram um cenário desolador, com ruas alagadas e enlameadas, casas ruídas, enxurradas, bueiros entupidos, desespero de famílias e enormes buracos nas vias públicas. O caderno DM2 do Diário de Minas resumiu a situação da seguinte maneira:

[236] FJP. *Saneamento básico*, p. 180.
[237] DM, terça-feira, 31 dez. 1963, p. 13.
[238] DM, terça-feira, 31 dez. 1963, p. 3.

> Domingo foi um dia triste para Belo Horizonte – e como esses dias tristes têm se repetindo: a chuva não deixou ninguém rir, ninguém brincar, e já é quase carnaval. Carros afogados nas águas, destroços levados pela enchente, Belo Horizonte inteira – que é toda montanha - de repente transformada em mar. [239]

A enchente foi símbolo de um final de governo melancólico para Jorge Carone. A cidade, mais uma vez, cresceu muito mais rápido do que se previa e a população se aproximava do número de um milhão de habitantes. Além disso, a prefeitura não contava com o apoio dos governos Federal e Estadual, causando uma crise financeira e a interrupção de várias obras. Com isso, a situação estrutural da cidade piorou. Assim, entre bueiros arrebentados, buracos, lixo acumulado pelas ruas, números alarmantes de gastroenterite, enchentes e a velha falta de água, A Câmara de Belo Horizonte se reuniu, devido a forte pressão do governador Magalhães Pinto, em sessão extraordinária no último dia de janeiro de 1965, e decretam o impedimento do prefeito e do vice-prefeito de Belo Horizonte. O referido decreto foi composto de apenas um artigo assinado pelo presidente da câmara, vereador Ruy da Costa Val. O argumento do impedimento do executivo de Belo Horizonte não foi claro. Uma decisão que partiu do Governo do Estado, em consonância com os militares de Brasília, foi executada pela Câmara Municipal para ganhar um ar de "democrática", apesar de representar, de fato, o início de um projeto mais amplo de desenvolvimento, capitaneado pelos militares, na administração municipal de Belo Horizonte.

[239] DM, caderno DM2, terça-feira, 26 jan. 1965, capa.

4. JARDIM DE ASFALTO: CANALIZAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO, DESENVOLVIMENTISMO E MEIO AMBIENTE EM BELO HORIZONTE, 1965-1973.

Como vimos nos últimos capítulos, Belo Horizonte apresentou célere crescimento na década de 1950. O cenário mutante da capital mineira despertou inúmeros sentimentos nos moradores, principalmente nos mais antigos, que estavam acostumados com uma cidade provinciana, de ritmo mais lento e com menos barulho. Vários problemas urbanos se agravaram nesse período, em um momento em que a cidade continuava a crescer rapidamente. Essa expansão sem controle provocou incertezas e temores nos citadinos, contribuindo para uma visão pessimista do futuro da cidade. Esse horizonte de expectativas negativo refletiu nos periódicos de meados dos anos 1950, que publicaram cartas de leitores, editoriais e reportagens com grandes temores de quando Belo Horizonte se transformaria em uma metrópole. Uma matéria do Diário de Minas de janeiro de 1956 imaginou a capital mineira em 1966, dez anos depois, quando a população chegaria a um milhão de habitantes. [240]

A reportagem de uma página profetizou a morte das conversas tranqüilas sob as marquises (que já estava desaparecendo), o fim das casas e das "ruazinhas" que davam à cidade um ar de província, o aumento do tráfego de automóveis e o fim do verde na cidade, que fatalmente seria substituído pelos edifícios:

> Durante muito tempo a glória da capital era ser a "cidade jardim". Mas, agora... no jardim que era, gigantes troncos de concreto armado surgiram e, quando formos um milhão, esses troncos estarão multiplicados. Os jardins centrais que temos já estarão sacrificados pelo holocausto do progresso. [241]

A matéria citou o problema "interminável" da água e afirmou que essa questão seria resolvida até o ano de 1966 com a abertura de poços artesianos por toda a cidade. Além disso, também se demonstrou preocupação com o Ribeirão Arrudas, que seria "*um arroio modesto para arcar com a responsabilidade de limpar a cidade de seus detritos"*. Essa afirmação demonstra que não existia inquietação com o rio em si, já

[240] DM, domingo, 19 jan. 1956, p. 11.
[241] DM, domingo, 19 jan. 1956, p. 11.

confundido com um esgoto nos anos 1950, mas sim com a saturação de sua função de escoamento de detritos. [242]

A reportagem foi escrita em uma cidade em processo de metropolização, sem água, com gravíssimos problemas sanitários, de espaço, de trânsito e com ruas sujas e esburacadas, portanto é natural seu tom pessimista. Apesar de ter acertado em muitas de suas profecias, a situação de Belo Horizonte na década de 1960 estaria muito pior do que então se imaginou. Pode-se dizer que, nesse período, principalmente na segunda metade desse decênio, a situação sanitária da cidade chegou ao seu nível mais crítico, com esgotos arrebentando por todos os lados, falta crônica de água, enchentes e um alto índice de doenças transmitidas pela poluição do líquido, principalmente a gastrenterite que matou 21 pessoas e internou mais de 4000 em dezembro de 1968. [243]

O ano de 1965 começou com contexto político bastante conturbado na capital mineira, com seu prefeito Jorge Carone, democraticamente eleito em 1962, deposto sem motivos sólidos. Para seu lugar foi escolhido Oswaldo Pieruccetti, que já tinha vasta carreira política. Nascido em 1909, na cidade de Patrocínio, foi eleito prefeito de Araguari em 1948 e elegeu-se deputado estadual por três mandatos, entre 1950 e 1962. Além disso, era um dos principais líderes da UDN em Minas Gerais e tinha uma relação muito próxima com o governador Magalhães Pinto, tendo sido coordenador de sua bem sucedida campanha para o Governo do Estado. Antes da tomada do poder pelos militares, Pieruccetti apresentava-se como defensor da democracia. Foi contra a tentativa de golpe da UDN após a eleição de Juscelino Kubitschek como presidente e sempre defendeu que o resultado das urnas deveria ser mantido. Ironicamente, foi o primeiro prefeito do período da Ditadura Cicil-Militar em Belo Horizonte.

Após o golpe de 1964, os militares reforçaram a necessidade de promover a industrialização, prioridade de todos os governos desde os anos 1930. O novo grupo dirigente planejava fazer do Brasil um país de maior destaque econômico no cenário mundial com um crescimento baseado principalmente no incremento da produção industrial. Todavia, o contexto era de crise financeira e com essa justificativa foram implementadas uma série de políticas de austeridade econômica, fazendo-se necessário a busca de financiamentos para o projeto de crescimento industrial. Para isso, foi

[242] DM, domingo, 19 jan. 1956, p. 11

[243] Sobre o surto de gastrenterite em Belo Horizonte, ver as seguintes reportagens: "Mais de 600 casos de gastro em um dia na capital"; "Calor diminui, mas gastro continua matando"; "Mais de 650 casos de gastro ontem na capital"; "Gastro levou 4000 crianças ao hospital em uma semana". DM, Belo Horizonte, 5-8 e 12 nov. 1968.

utilizado o recurso da chamada "tripla aliança" que financiaria os investimentos com capital local, estrangeiro, que aumentou consideravelmente após o golpe, e Estatal. [244]

Esse modelo desenvolvimentista, inicialmente, encontrou dificuldades em Minas Gerais, onde o governo do Estado tinha um papel mais importante na economia que o Governo Federal e o capital local mineiro (composto por bancos, indústrias e empreendedores) ainda era fraco no início dos anos 60. Outro complicador foi a crise econômica nacional que afetou de forma sensível o Estado de Minas Gerais. [245]

Apesar da conjuntura desfavorável, a indústria em Minas Gerais cresceu nesse período, atingindo seu auge de expansão entre 1970 a 1977, quando a industrialização no estado cresceu cerca de vinte por cento ao ano. [246] O crescimento industrial concentrou-se na região metropolitana de Belo Horizonte que, na década de 1970, já produzia um terço das novas vagas de trabalho do estado. Devido a esse *boom* das indústrias, somado a outros fatores, a população da capital e de sua região metropolitana aumentou muito na década de 1960, intensificando o processo de metropolização que já vinha acelerado desde a década de 1930.

Entre 1950 e 1970, Belo Horizonte teve a maior taxa de crescimento populacional do país. Saltou de uma população de 352.000 habitantes em 1950 para 1.250.030 em 1970. Na capital, essa taxa aumentou muito a partir da década de 1930 e encontrou seu ápice nas décadas de 1950/60. Já a RRMBH[247] apresentou crescimento maior na década de 1960/70, devido à concentração de indústrias naquelas cidades. Todavia, não houve apenas uma concentração industrial, concentrou-se também a renda. As taxas de desemprego continuaram altas, as vilas e favelas de Belo Horizonte aumentaram e a situação estrutural da cidade tornou-se cada vez pior. [248]

Belo Horizonte mudou rapidamente, passando a ter um ritmo mais acelerado e intenso. A conversa tranqüila nas portas dos cafés do centro tinha agora como concorrente o barulho dos carros. As calçadas diminuíram e as árvores foram cortadas para dar lugar aos automóveis, que se tornaram protagonistas dos projetos urbanos a partir de então. Outro fenômeno que se intensificou nesse período foi a verticalização da cidade. Os casarões e sobrados foram substituídos por edifícios que surgiram na área central. Os locais para morar ficaram cada vez mais escassos, aumentado a especulação

[244] EAKIN. *Tropical Capitalism*, p. 129; DINIZ. *Estado e capital estrangeiro*, 1981.
[245] EAKIN. *Tropical Capitalism*, p. 130.
[246] EAKIN. *Tropical Capitalism*, p. 132.
[247] Todos os municípios da RMBH (região metropolitana de Belo Horizonte), com exceção de Belo Horizonte.
[248] SOUZA; BRITO. *Expansão urbana*, p. 4-6.

imobiliária e a abertura de novas vilas por parte do poder público. As moradias irregulares também cresceram e favelas surgiam em todos os cantos da cidade, inclusive nas ruas centrais e nas beiras dos rios e córregos. [249]

A infraestrutura da cidade, como vimos, não acompanhou o aumento populacional, o que provocou uma crise nos serviços de saneamento básico nas décadas de 1950 e 1960. Os esgotos arrebentavam pelas ruas e a água fétida escorria pelas sarjetas. O lixo, que se acumulava nas calçadas, assoreava os córregos que, a cada chuva, transbordavam. Após as inundações sobrava um mar de lama, sujeira e lixo, onde as crianças adoravam brincar sem saber dos riscos que corriam de contrair doenças como a esquistossomose e gastrenterite. Para piorar, as ruas e os passeios tinham mais buracos que asfalto. [250]

A crise chegou ao nível mais crítico no final da década de 1960. A poluição começava a ser preocupante e a piora da qualidade do ar devido ao aumento da industrialização, do desmatamento e do crescimento do número de carros, era sentida pela população. [251] O sistema de saneamento básico de Belo Horizonte entrou em pane na mesma época. Enquanto os esgotos arrebentavam pelas ruas e as enchentes aumentavam, faltava água até para beber em alguns bairros da cidade.

Ao mesmo tempo em que os belo-horizontinos exigiam um fornecimento regular de água, reclamavam dos rios e ribeirões que cortavam toda a cidade. Para resolver as inundações, o problema do mau cheiro e dos posseiros (que faziam suas casas nas margens dos córregos), foi escolhida a solução mais rápida, a canalização. A partir dos anos 60 houve um surto dessas obras seguido pelo asfaltamento das áreas onde antes havia rios. [252]

Nesse capítulo, portanto, evidencia-se a hipótese central do projeto, a de que o ocultamento definitivo dos córregos de Belo Horizonte estaria mais relacionado a um projeto político, apoiado em um modelo desenvolvimentista que teve no automóvel e no asfalto os grandes empreendedores desse progresso. As canalizações tornaram-se prioridades nas gestões de Oswaldo Pieruccetti e Sousa Lima, mas tiveram aqui um diferencial. Na década de 1960, principalmente após o golpe militar de 1964 e a fundação do DEMAE em 1965, esse tipo de obra foi propagandeada como obra de

[249] EM, sábado, 11 dez. 1971, p. 10.
[250] Cf. os capítulos 2 e 3 deste trabalho.
[251] CONTINENTINO, Lincoln. "Sanitarista diz que Belo Horizonte é cidade condenada". DM, Belo Horizonte, 3 e 4 dez. 1967, p. 21; DUARTE. *À sombra dos fícus*, 2007; DUARTE; OSTOS. *Entre ipês e eucaliptos*, 2005.
[252] MESQUITA. *Os Rios e a Cidade*, 2010.

desenvolvimento e de ampliação da camada de asfalto, que também era visto como um elemento embelezador da paisagem urbana. [253]

A canalização era vista como o espelho do progresso para os políticos da capital, além de ser considerada obra de embelezamento. Para a concepção urbanística adotada pelos administradores de Belo Horizonte o asfalto, além de ser mais útil, era mais bonito. A pavimentação também possibilitaria o plantio de árvores e flores nos canteiros recém inaugurados dentro da máxima de fazer Belo Horizonte voltar a ser a "Cidade Jardim", só que nesse jardim de asfalto não havia água.

4.1 - Os rios da cidade na gestão Oswaldo Pieruccetti

Na década de 1960 os rios que passavam por Belo Horizonte estavam muito degradados devido a quase seis décadas de despejo de esgotos. A situação piorou nesse período por causa do aumento do volume de detritos provocado pelo enorme e desordenado crescimento populacional. O mau cheiro dos córregos da cidade tornou-se insuportável, ninguém desejava viver nas suas proximidades, pois, além da poluição, os rios apresentavam outro inconveniente, as enchentes.

Brailovsky oferece excelente canal de diálogo sobre questões relacionadas aos fenômenos hídricos, principalmente as enchentes, em outra cidade latino-americana. Esse autor argentino estudou as cheias na capital argentina que, segundo ele, são problema desde a colônia até a atualidade. Brailovsky explica que o assoreamento dos rios através de detritos produzidos pela população da urbe, a impermeabilização do solo pela urbanização e o desmatamento das matas ciliares fora da cidade contribuíram fortemente para aumentar o risco de enchentes nas áreas urbanas. O autor explica ainda que o rápido crescimento de Buenos Aires abriu espaço para uma forte especulação imobiliária e as novas moradias, geralmente ocupadas por uma população mais pobre, foram abertas em áreas de risco, provocando enormes transtornos e tragédias nessas regiões. [254]

Vários paralelos podem ser traçados entre Belo Horizonte e Buenos Aires, pois muitos dos motivos que provocaram as enchentes são comuns e os problemas se

[253] MESQUITA. *Os Rios e a Cidade*, 2010; PIERUCCETTI, Oswaldo. "Nova BH-66". Balanço da administração de Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte, suplemento de *O Cruzeiro*, ASA, 1966.
[254] BRAILOVSKY, Elio. *Buenos Aires, ciudad inundable*: porque está condenada a un desastre permanente. Buenos Aires: Editorial Capital Intelectual, 2010.

agravaram com a especulação imobiliária e o crescimento desordenado dos municípios nos dois casos. Em Belo Horizonte, o aumento populacional acelerado dos anos 1960 provocou uma explosão de aberturas de vilas habitacionais nas periferias do município. Essas vilas eram abertas sem os serviços públicos mais básicos, muitas vezes nas proximidades de córregos e, assim como em Buenos Aires, essas áreas de ocupação de moradores de baixa renda foram as mais atingidas pelas enchentes. [255]

Após a leitura de Brailovsky, ao compararmos as mazelas provocadas por problemas ambientais relacionados aos rios em Buenos Aires e em Belo Horizonte percebe-se que, apesar de todos os habitantes dos municípios serem afetados por esses problemas, a população mais carente, que vive nas periferias de ocupação irregular, são os que mais sofrem com eles. Mike Davis, em seu livro *Planeta Favela*, traça uma relação entre urbanização informal e a incidência de danos provocados por deslizamentos e inundações, concluindo que a crise habitacional transformou tanto o caráter quanto a magnitude do problema das cheias nas cidades. Essa informação de Davis vai ao encontro de dados levantados para essa dissertação que indicam uma maior incidência de doenças provocadas pela falta de saneamento, enchentes, desabamentos ocasionados por erosão e cheias, nas regiões de ocupação irregular em Belo Horizonte Davis argumenta ainda que a segregação urbana não seria um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante, na qual o estado intervém sempre em nome de uma causa maior, como o progresso, o embelezamento e até a justiça social para os pobres, mas faz isso em prol de proprietários de terrenos e investidores estrangeiros. Dessa forma, a população mais desprovida sofre com uma negligência governamental sistemática, pois as políticas públicas e as intervenções urbanísticas são raramente pensadas para essa camada desprivilegiada. [256]

Aqui temos outro ponto de encontro entre o trabalho de Davis e o caso belo-horizontino, pois ao traçarmos o perfil das obras sanitárias na capital mineira percebe-se que elas deram privilégio às regiões no interior da Avenida do Contorno e aos bairros mais nobres do município. A maioria dos moradores das "vilas" de Belo Horizonte continuou sem nenhum tipo de serviço sanitário e o esgoto, em muitos casos, escorria livremente pelas ruelas e entre as casas, o que pode ser comprovado pela imagem abaixo, facilitando a propagação de doenças como a gastrenterite e a esquistossomose e,

[255] MESQUITA. *Os Rios e a Cidade*, p. 18: DM, quarta-feira, 26 jun. 1968.
[256] DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Bomtempo, 2006.

apesar da situação precária das vilas, a melhoria de vida dos habitantes dessas comunidades não foi pauta freqüente dos políticos da capital. [257]

Imagem 17 - Esgoto a céu aberto na Vila Santo André, em Belo Horizonte, 1963. Foto: **ASCOM/APCBH**

O transbordamento dos córregos era algo rotineiro no período de chuvas em Belo Horizonte. Vale ressaltar que esse fenômeno algo novo na época, como vimos nos últimos capítulos, mas se agravou nos anos 1960 devido ao aumento do volume de esgoto, a falta de um sistema eficiente para escoar as águas pluviais e pelo aumento da impermeabilização do solo. Outro motivo da ampliação da incidência das enchentes foi o assoreamento dos córregos devido à crise no sistema de recolhimento de lixo na capital mineira.

O lixo se acumulava nas calçadas dentro de latões, caixas, sacos quando não era jogado livremente nas vias públicas. Muitas vezes era juntado em montes que

[257] PBH. *Relatórios*, 1899-1973.

demoravam uma eternidade para serem removidos. Quando chovia, a enxurrada levava parte da sujeira acumulada aos rios, provocando o assoreamento. [258]

As reportagens e cartas publicadas nos jornais dão pistas do estado dos córregos de Belo Horizonte em 1965, mostrando também a percepção que os moradores da cidade tinham em relação aos rios, vistos como uma ameaça à saúde e ao bem estar da população, sujos e inconvenientes, além de mal cheirosos. Pedia-se a canalização de vários cursos d'água como o Acaba Mundo, na Avenida Afonso Pena onde "*As águas que o córrego despeja no Parque Municipal traz* (sic) *cada vez mais perigo para aqueles que passam por ali*". [259] A situação do Córrego do Leitão pode ser percebida em outro jornal por meio da carta de Paulo Duarte, morador da Rua São Paulo com Avenida Bias fortes, ao Diário de Minas. Na correspondência, Paulo pediu o soterramento do córrego que transbordava a cada chuva inundando as ruas e os passeios com lama e informa que,

> as águas do Leitão são enlameadas de modo que ao fazer sol elas secam, mas deixam na rua uma boa quantidade de barro. O barro seca, vira poeira, vêm os funcionários da Prefeitura, juntam montinhos e deixam tudo lá mesmo. [260]

As chuvas do verão de 1965 provocaram inundações em todos os pontos da cidade, principalmente nas regiões cortadas por córregos. No dia 18 de fevereiro de 1965, foram medicadas no Pronto Socorro cerca de 20 pessoas feridas devido aos desabamentos e enxurradas provocadas por uma tempestade. Os Bombeiros atenderam a vários chamados, salvando várias crianças que eram levadas pelas enxurradas e até um cavalo que havia caído em um barranco que enchia de água. [261]

Devido a todos esses problemas, os rios foram postos cada vez mais à margem da vida urbana. O despejo de esgoto aumentou e o lixo tomou conta das margens e, às vezes, do próprio leito dos ribeirões. Em alguns casos, o volume de dejetos era tamanho que impedia o curso da água, como o ocorrido no Ribeirão Arrudas na Avenida Tereza Cristina. A coluna "A cidade reclama", do Diário de Minas, recebeu diversas queixas dos moradores da região onde o lixo havia se acumulado de maneira a quase impedir o curso normal da água. Outra queixa era em relação ao mato, que crescia na beirada do Arrudas tomando conta da calçada e até da própria rua. Entretanto o principal

[258] DM, sábado, 13 e 27 fev. 1965, p. 9; DM, quarta-feira, 7 abril 1965, p. 9.
[259] DM, terça-feira, 2 fev. 1965, caderno DM2.
[260] DM, segunda-feira, 22 mar. 1965, p. 9.
[261] DM, quinta-feira, 19 fev. 1965, p. 7.

problema, de acordo com os moradores, eram os animais mortos jogados no canal que, além do mau cheiro, atraiam *"urubus matreiros"*. [262]

Essas cartas mostram que, para parte dos belo-horizontinos, os rios serviam como depósito de lixo. Para alguns moradores era preferível jogar os latões de lixo nos rios a deixá-los na porta da sua casa, devido à falta da regularidade da coleta por parte da municipalidade. Até animais mortos eram desovados nos córregos, aumentando o mau cheiro e o risco à saúde. A cada chuva as enchentes encarregavam-se de levar todos esses detritos de volta as ruas, sujando os passeios e as casas, reforçando assim a imagem negativa dos rios.[263]

Foram tiradas muitas fotos oficias dos rios de Belo Horizonte nos anos 1960. Essas imagens serviam para a realização de relatórios técnicos, para prospecção do melhor local para iniciar obras, para o conhecimento dos responsáveis de onde era mais necessário fazer limpeza e para a divulgação do "antes e depois" das intervenções nos córregos, entre outros motivos. Quase sempre os rios são mostrados em péssimo estado, com águas turvas, enlameados, assoreados e com muito lixo nas margens.

[262] DM, 21 mar. 1965, p. 9.
[263] MESQUITA. *Os Rios e a Cidade*, 2010; DM, quinta-feira, 19 fev. 1965, p. 7; DM, 21 mar. 1965, p. 9.

Imagem 18 - Lixo jogado na beirada do ribeirão Arrudas na Avenida Teresa Cristina. 24 de Maio de 1966. **Fundo ASCOM/APCBH**

Esses fatores fizeram com que os pedidos de canalização dos rios aumentassem. As reivindicações eram feitas através de abaixo-assinados, ligações telefônicas para a Prefeitura e de cartas enviadas aos jornais. O Diário de Minas, de 13 de abril de 1965, fez uma reportagem sobre o Córrego das Piteiras, nos bairros Prado e Calafate, devido ao grande número de cartas e telefonemas que o jornal recebeu reclamando desse riacho. A pequena reportagem fez um apanhado geral da situação do rio:

> (...) por falta de canalização e obras sanitárias, o Córrego das Piteiras se espalha pela rua, trazendo com suas águas imundas o perigo de doenças muito sérias, pois ele recebe, antes de chegar ao Calafate, o esgoto do sanatório Morro das Pedras. O mau cheiro que se espalha na região é ainda menos perigoso que os perigos provocados pela água poluída

> onde a meninada, sem juízo e sem noção do risco que corre, brinca a vontade desde que consiga escapulir da vigilância materna. [264]

A reportagem relatou também a mobilização dos moradores em prol da canalização do córrego. A comunidade havia enviado um abaixo-assinado ao prefeito além de ter mandado várias cartas à redação do jornal, mas a prefeitura ainda não tinha tomado qualquer providência em relação à queixa.

Esse fato evidencia mais uma vez como a canalização passou a ser vista como a grande solução do problema dos córregos. Acreditava-se que esse tipo de obra resolveria a questão das inundações e, parcialmente, do mau cheiro. Todavia outro fator foi determinante para o grande número de canalizações realizadas em Belo Horizonte a partir da década de 1960: o automóvel.

O número de veículos na cidade, assim como a população, cresceu muito naquela década. A malha de asfalto não aguentou a nova frota de veículos, aumentando o já antigo problema dos buracos. Dessa forma, foram realizadas muitas operações "tapa buraco" a fim de dar uma solução paliativa ao problema, como a promovida por Oswaldo Pieruccetti, em fevereiro de 1965, que mobilizou a Polícia Militar para tapar buracos nas ruas por toda cidade. Esse fato ocorreu apenas vinte dias após a posse de Pieruccetti e foi feito em caráter de urgência, devido à gravidade da situação das esburacadas vias do município. [265]

O automóvel, como dito, tornou-se nessa época o protagonista das políticas urbanas em Belo Horizonte. As obras de asfaltamento e alargamento de ruas tiveram muito destaque em propagandas de jornais, nos relatórios de prefeitos e nas fotografias oficiais da municipalidade. O asfalto transformou-se no símbolo do progresso e, de forma autoritária, passou por cima de quase tudo que havia no caminho, inclusive árvores, moradores de regiões desapropriadas e rios. As empreiteiras passaram a ter grande força política, membros dessas empresas eram nomeados para cargos públicos, eventos sociais na cidade tinham sempre a presença de políticos e empresários que faziam obras de pavimentação. Dessa forma, o lobby do asfalto tornou-se muito forte desde então.

Esse processo não foi exclusivo de Belo Horizonte e pode ser percebido em diversas partes do mundo a partir dos anos 20, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, e, mais tarde, em diversas cidades latino-americanas que passavam por um

[264] DM, terça-feira, 13 abril 1965, p. 9.
[265] DM, sábado, 20 fev. 1965.

processo de crescimento acelerado. Le Corbusier, um dos mais influentes arquitetos do século XX, foi defensor do asfalto no design urbano. Para ele o "novo homem", habitante da cidade do futuro, precisaria de um novo tipo de rua, que seria uma máquina para o tráfego. Uma rua moderna precisaria ser bem equipada e automatizada, como uma indústria. Nada de pessoas, exceto as que operam as máquinas, nesse caso os carros. Não poderia haver pedestres desprotegidos e desmotorizados, que serviriam somente para atrapalhar o fluxo. [266]

O primeiro grande empreendedor desse tipo de projeto foi Robert Moses, em Nova Iorque. A via expressa Cross-Bronx foi um empreendimento de tamanho e custo sem precedentes, que dilacerou um bairro e moveu milhares de pessoas de suas casas. Os moradores que ficaram tiveram que conviver, entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960, com muita poeira, barulho, caos e o esvaziamento da vida urbana. O bairro passou a ser cortado por uma enorme rodovia onde os automóveis, um dos principais símbolos do progresso e do status na América do Norte, chegariam a número e velocidade nunca antes vistos no ambiente urbano. Obviamente, esse tipo de obra tinha um claro protagonista, o automóvel, que poderia (e deveria) passar de forma autoritária por cima de tudo já que ele representava o novo, o progresso, a liberdade, a indústria e o moderno. [267]

Moses foi muito além da Cross-Bronx e pode ser considerado uma das figuras mais influentes dos Estados Unidos entre o final da década de 1910 e a década de 1960. Ele empreendeu diversas obras, entre elas as *parkways* de Nova Iorque, avenidas arborizadas, com elaborados canteiros centrais. O lugar do pedestre nessa avenida, contudo, seria secundário, e a paisagem deveria ser observada, preferencialmente, de dentro do automóvel. Os canteiros centrais teriam ainda um objetivo didático na vida urbana, pois eles delimitavam o espaço do transeunte nas ruas e impediam os pedestres de trafegar no centro das vias e de atravessar nos locais inapropriados. Nada poderia atrapalhar o fluxo dos automóveis, e essa nova rua não era mais o lugar de flanar e de observar calmamente as vitrines, mas sim um espaço de trânsito rápido e ordenado, com o automóvel como elemento central. Esses corredores verdes inauguraram outra dimensão pastoral moderna, automatizada e menos humana. As obras de Moses em Nova Iorque, nos EUA do pós guerra, serviriam de ensaio para a reconstrução de toda a

[266] BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 161.
[267] BERMAN. *Tudo que é sólido*, p. 274-296.

tessitura desse país. Através do multibilionário Programa Rodoviário Federal, pretendia-se unificar o fluxo dos Estados Unidos e integrar completamente os estados mais isolados do país. A força vital dessa unificação seria o automóvel. [268]

Entre 1930-1960, várias cidades da América Latina adaptaram alguns conceitos de Moses em seus projetos urbanos. No caso brasileiro, a chamada "cultura do carro", ou "cultura do asfalto", começou a ser empregada, de forma mais sistemática, a partir do governo de Juscelino Kubitschek, (governador de Minas Gerais entre 1951 a 1956) que lançou o "binômio energia e transportes", promovendo o crescimento industrial. A base do transporte nesse modelo desenvolvimentista seria o automóvel. Durante o governo de Juscelino, mais de 3.000 quilômetros de estradas foram construídos em Minas Gerais. Como presidente (1956 – 1961), Juscelino privilegiou a construção de estradas em todo o Brasil e teve como um dos pilares do desenvolvimento a indústria automobilística.

Em Belo Horizonte, um dos marcos da valorização do automóvel no cenário urbano foi o projeto "Nova BH-66" realizado no último ano da primeira gestão de Oswaldo Pieruccetti (1964-1967) como Prefeito de Belo Horizonte. O plano, parceria da Prefeitura de Belo Horizonte com a Escola de Arquitetura da UFMG, consistia em inúmeras obras por toda a cidade para atualizar sua infraestrutura, já que a capital mineira se encontrava em péssimas condições, com buracos nas vias públicas, iluminação insuficiente ou inexistente, além do velho problema da falta de água. Mas o principal foco era a canalização dos córregos na região central, a ampliação do asfalto nas ruas, a criação de novas avenidas para melhorar o fluxo do trânsito e a substituição gradativa dos bondes e dos trólebus pelos ônibus movidos a diesel. Esse projeto merecerá destaque na dissertação pois, desde a sua concepção, as obras de canalização foram vislumbradas como obras para o desenvolvimento da cidade e para a melhoria da circulação de veículos da capital mineira. O projeto foi financiado pelo governo federal e por empréstimos junto a bancos e órgãos de desenvolvimento como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

A prioridade dada às obras de canalização não foi exclusividade do projeto "Nova BH-66", que será analisado mais a frente. Desde o princípio do período estudado, a defesa desse tipo de intervenção urbana está presente nas fontes oficiais da prefeitura e nos jornais da cidade. Num primeiro momento, no final da década de 1940 e

[268] BERMAN. *Tudo que é sólido,* p. 274-296.

no início da década de 1950, o discurso para a realização da canalização era embasado pela necessidade de sanear as regiões onde passavam os córregos e evitar enchentes. A partir de meados da década de 1950 um discurso desenvolvimentista ficou cada vez mais evidente em todos os tipos de obras sanitárias realizadas na capital mineira. Nas obras de canalização isso fica ainda mais claro, principalmente na justificativa da realização de uma modernização da cidade através da ampliação da malha asfáltica e na consequente melhoria dos graves problemas de trânsito.

É importante ressaltar que em Belo Horizonte o novo protagonismo dos automóveis nas políticas urbanas, as enchentes, a canalização dos rios, o problema do recolhimento de lixo e a falta d'água envolveram vários atores no cenário urbano. Esses processos, intensificados pelo rápido crescimento da capital, contribuíram para a configuração de territorialidades na maior cidade de Minas. Por isso, o conceito de território possibilita um melhor entendimento das relações homem/natureza no ambiente urbano além de contribuir na percepção de como as pessoas se relacionavam nas áreas de risco de deslizamento e enchentes.

A ideia de território é muito dinâmica e possui diversas correntes interpretativas, além de conter inúmeras tensões que estão longe de ser resolvidas nas atuais discussões sobre o conceito. As categorias de espaço, lugar, região e território são originárias da geografia, mas transitam por diversas áreas de conhecimento, inclusive a história, evidenciando a multidisciplinaridade desse conceito.

Para Milton Santos, território é o espaço construído pelo trabalho, energia e informação que revelam relações marcadas pelo poder. Assim não se pode confundir território com as categorias de espaço e lugar, pois a noção de território está ligada a ideia de domínio de uma área, ao poder e ao controle do acesso. Dessa forma, o território seria um espaço definido e delimitado a partir do poder e da apropriação. A socióloga e cientista política Vera da Silva Telles explica ainda que os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade. O que poderia unir as pessoas em territórios seriam as trajetórias de vida, as afinidades, os percursos urbanos, a renda, as divergências, símbolos e marcos da cidade (incluindo os naturais como rios e árvores) e sentimentos. A cidade seria, portanto, fragmentada, recortada por enclaves de riqueza e de miséria. Mas como seria a relação entre as pessoas desses diferentes territórios em uma cidade? O antropólogo

Antonio Augusto Arantes Neto explica que, em muitos casos, esses lugares e não lugares sociais estão em guerra. [269]

Segundo Arantes, os territórios, ao contrário do que geralmente acontece, não podem ser interpretados como algo fixo, tão pouco como expressão de identidades claramente definidas. Assim, os lugares sociais de uma cidade não formam um mosaico com fronteiras bem claras, pelo contrário, esses territórios urbanos se sobrepõem, entrecruzam de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição que podem ser ambíguos culturalmente. [270]

O antropólogo afirma que a experiência urbana contemporânea tem propiciado a formação de lugares ou não lugares[271] sociais efêmeros. As praças e as ruas das grandes cidades, por exemplo, são *locus* privilegiados de conflitos e de sociabilidades urbanas. Assim, os habitantes de uma cidade, através do deslocamento e do uso de espaços comuns, vão construindo fronteiras simbólicas que separam, hierarquizam ou ordenam as categorias e grupos sociais. Nessas "zonas de contato" das grandes cidades se entrecruzam moralidades contraditórias, indivíduos de mundos diferentes que, ao compartilhar o mesmo espaço, se aproximam. Nesses locais é possível observar conflitos sociais, a falta de direitos e de cidadania, assaltos, comércio de drogas, construção de moradias precárias, etc. Nesse sentido, alguns rios de Belo Horizonte, no período proposto nessa pesquisa, foram zonas de contato entre territorialidades urbanas muitas vezes em conflito. [272]

A construção irregular de moradias nas margens dos córregos da capital mineira foi algo corriqueiro, principalmente nas décadas de 1950-1960. Isso acontecia, provavelmente, pela forte especulação imobiliária que aconteceu na cidade na época, pela valorização dos imóveis e pela falta de moradia, inclusive nas vilas e favelas. Dessa forma, algumas pessoas de baixa renda improvisaram seus lares nas regiões mais indesejadas, ou seja, próximo à margem de rios poluídos, que frequentemente

[269] SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985; SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996; TELLES, Vera da Silva. "Trajetórias Urbanas: Fios de uma descrição da cidade". In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade:* trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.
[270] ARANTES, Antonio A. "A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano". *Revista do Patrimônio-IPHAN*, Ministério da Cultura, n. 23, 1994, p. 191-203.
[271] O "não-lugar" é um conceito de Marc Auge, seriam os espaços públicos de transporte em massa e rápida circulação, como estações de metrô, aeroportos, supermercados, etc. Seriam espaços de anonimato no quotidiano, descaracterizados e impessoais, onde o indivíduo não tem face. O conceito é muito debatido e já foi muito questionado: AUGÉ, Marc. *Non-places:* Introduction to an anthopology of supermodernity. Translated by John Howe. London, 1995.
[272] ARANTES. *A guerra dos lugares*, 1994.

transbordavam nas épocas de chuva. Essas moradias improvisadas provocavam protestos dos moradores "legais" dessas regiões, que reclamavam dos inconvenientes que esses "habitantes indesejados" provocavam, além de desvalorizar o valor dos imóveis do bairro. [273]

A noção de território defendida por Arantes oferece um instrumento valioso para entender melhor a forma como essas pessoas, que dividiam o mesmo espaço, mas pertenciam a territórios diferentes, se relacionavam entre elas e com os rios que cortavam esses lugares, completamente indesejados pelos moradores formais do bairro, mas vistos como refúgio pelos mais carentes, que não tinham onde morar. Enquanto os moradores formais da região geralmente buscavam a canalização dos córregos, os habitantes informais viam nos ribeirões a forma mais fácil para ter acesso à água, bem em falta em Belo Horizonte.

O conceito de território é útil também para entender o processo de remoção desses moradores por parte da prefeitura, que, antes da retirada dessas casas, tirava uma série de fotos destinada a estudos técnicos, propagandas e relatórios da administração. As imagens mostram como as casas foram construídas em áreas de altíssimo risco, literalmente na beirada dos córregos, que sempre transbordavam na época das cheias.

Imagem 19 - Moradias improvisadas na beirada do Rio Arrudas, 07/12/1965. **Foto: Fundo ASCOM/APCBH**

[273] DM, 23 dez. 1965, p. 1; DM, 20 ago. 1966.

Imagem 20 - Desfavelamento para canalização na beirada do Rio Arrudas, 24/05/1966. **Foto: Fundo ASCOM/APCBH**

Essas fotos não foram tiradas por acaso, havia a clara intenção de demonstrar o risco corrido pelos habitantes dessas moradias ribeirinhas. As fotografias faziam parte da divulgação das demolições, apresentadas como atos necessários para realizar o embelezamento da região e para assegurar a segurança dos moradores das áreas irregulares. Elas também dão pistas do espaço complexo das imediações dos córregos da cidade nos anos de 1960. As poses do fundo ASCOM, do APCBH, mostram os ditos "favelados", como a municipalidade os alcunhava, no espaço das cheias do rio, eventos naturais e recursivos em todas as temporadas de chuva, mas também retratam os moradores formais ocupando essas mesmas áreas de risco, numa distância um pouco maior dos cursos d'água.

A cidade ocupou o espaço dos rios, utilizou suas águas para o abastecimento e para o escoamento de detritos, mas negligenciou o fenômeno natural das enchentes. No espaço natural das cheias dos rios, cada vez mais freqüentes devido aos dejetos produzidos pelos belo-horizontinos, havia a chamada cidade formal, com suas vias públicas, suas casas, veículos e lojas, e a cidade informal, com os moradores de casas improvisadas, que também mantinham seus comércios informais. Naquele espaço havia vários territórios: o do rio, a da cidade formal e da cidade informal. Com as cheias, todos eram afetados, principalmente os "favelados" que perdiam todos os seus pertences

e, em alguns casos, a própria vida. O risco de vida foi muito utilizado para a remoção desses moradores. Além disso, nos projetos urbanísticos dos anos 60, com um forte discurso de desenvolvimento, não havia espaço para esses "favelados" quando era necessário expandir a malha asfáltica nas principais áreas de urbanização da cidade.

Alguns dos projetos urbanos de Belo Horizonte nos anos de 1960, como o "Nova BH 66", que será debatido nesse capítulo, foram influenciados por uma linha de pensamento em que o progresso se basearia em uma ideologia de modernismo apoiado no desenvolvimento econômico para neutralizar a "desordem" da organização cidade naquele período. Tentava-se definir claramente os espaços de cada órgão da vida urbana, mas os carros teriam a preferência. Os moradores de favelas que se alojavam em locais onde as novas ruas seriam abertas, ou nas beiradas de rios que seriam canalizados, tinham seus pertences jogados nas ruas e depois assistiam à demolição de suas moradias. A maioria dos "favelados" não recebia qualquer indenização, somente os que haviam sido cadastrados pela prefeitura, que alegava ser essa a única maneira de evitar o "golpe" por parte dos moradores irregulares e dos posseiros. [274]

Muitas vezes houve resistência por parte dos despejados. Em agosto de 1966 moradores da vila São Vicente, que seriam removidos para a abertura de uma via para desafogar o trânsito da Avenida Amazonas, rebelaram-se contra o autoritarismo dos funcionários da prefeitura. Os servidores retiravam os pertences das casas, colocando-os em caminhões, não fornecendo quaisquer explicações acerca do local para onde estes seriam levados. Dona Carmelina Leonel, a primeira moradora a ser despejada, foi colocada para fora de sua casa junto com sua filha de um ano e observou, em prantos, seu barraco ser demolido. Isso gerou revolta dos ocupantes da vila que inclusive ameaçaram os funcionários da prefeitura, que retornaram depois com proteção policial. [275]

Além das desapropriações, várias árvores foram cortadas para dar lugar ao asfalto, assim como foram canalizados diversos córregos que passavam em áreas de fluxo intenso de veículos. É interessante notar que, ao contrário do que aconteceu com os rios, o corte de árvores geralmente ocasionava protestos por parte dos moradores de Belo Horizonte. Em julho de 1965 um habitante da cidade escreveu uma carta ao Diário de Minas protestando contra o corte de árvores e a ausência do verde na nova configuração da capital. Ele concluiu a correspondência pedindo o plantio de novas

[274] DM, quinta-feira, 23 dez. 1965, p. 1.
[275] DM, sábado, 20 ago. 1966.

árvores e a substituição de plantas mortas. Na carta percebe-se que o maior ressentimento do remetente foi o corte dos *fícus* da Avenida Afonso Pena, realizado da noite para o dia, e cuja maior consequência teria sido a perda por Belo Horizonte do *status* de cidade jardim: "*pois o machado impiedoso do clamado progresso destruiu de uma noite para o dia a ornamentação da principal Avenida* [Afonso Pena] *que era orgulho para todos*". [276]

O verde, segundo Duarte, foi um elemento inaugurador de um sentido comum importante para os habitantes de Belo Horizonte, as árvores da cidade foram investidas do significado de um patrimônio coletivo e o corte delas gerou inúmeros debates e reações por parte da população e da imprensa. [277] Mesmo com o grande número de cortes de árvores na década de 1960, a política de embelezamento de ruas através do plantio de mudas sempre foi colocado em destaque pelos prefeitos, assim como a ideia de fazer Belo Horizonte voltar a ser a cidade-jardim, um dos termos mais evocados pelos administradores da cidade em discursos oficiais. [278]

Os rios não possuíam em Belo Horizonte o mesmo *status* das árvores devido a vários fatores. Para o homem urbano contemporâneo, as manifestações hídricas da natureza remetem a aspectos negativos, o clima chuvoso é considerado "tempo ruim", trazendo problemas no trânsito, enchentes, além de desconforto. Os rios também evocavam diversos sentimentos negativos por parte dos belo-horizontinos. Eram vistos como esgotos que corriam pela cidade, além de feios e invasores de casas quando transbordavam. O progresso era o curso "natural" que o Brasil deveria seguir, portanto a extinção de um rio não era vista com muita perplexidade, pelo contrário, as canalizações eram comemoradas pelos administradores da cidade, que acreditavam fazer o progresso e o saneamento ao colocar uma camada de asfalto por cima de um rio sujo e inútil. Houve, portanto, uma inversão de valores ao perceber o "natural" no Brasil. Para os propagandistas do desenvolvimento os tratores, as indústrias, as obras e o asfalto eram os elementos que deveriam predominar na paisagem. Só por meio do progresso o Brasil poderia superar seu atraso em relação às potências mundiais e o desenvolvimento deveria vir a todo custo. [279]

[276] DM, quinta-feira, 15 jul. 1965, p. 7.
[277] DUARTE. *À sombra dos fícus*, p. 6.
[278] PBH. *Relatórios*, 1960-1973; PIERUCCETTI. *Nova BH-66*, 1966; DUARTE. *À sombra dos fícus*, 2006.
[279] STORY. *Constructing Development*, 2006.

Os rios passaram a ser intrusos dentro de Belo Horizonte, pois estavam tomando um grande espaço que poderia ser destinado aos automóveis, ou seja, ao progresso. Os córregos eram considerados como feridas abertas que atravancavam o crescimento da capital.[280] As enchentes, que devolviam parte da enorme carga de dejetos jogados nas suas águas, criavam um elemento de imprevisibilidade que não combinava com uma cidade que tinha a pretensão de ser uma das mais modernas e bonitas do país. [281]

Devido a esses fatores, as obras de canalização passaram a ser prioritárias dos prefeitos que passariam pela prefeitura na década de 1960. Nos relatórios apresentados por Jorge Carone (1963 – 1965), Oswaldo Pieruccetti (1965 – 1967 e 1971 - 1975) e Sousa Lima (1967 – 1971), as canalizações foram apresentadas como obras essenciais e serviriam para a melhoria do saneamento básico, do trânsito, além de embelezar a capital com o asfaltamento das vias. [282]

Esse tipo de obra foi amplamente documentada pelos fotógrafos da Prefeitura. Os registros de todas as etapas da substituição dos rios pelo asfalto podem ser consultados no acervo da Assessoria de Comunicação do Município, disponível no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. O enorme volume de fotos que destacam as canalizações no período de 1960 – 1975 evidencia a importância que os administradores da cidade davam a esse tipo de intervenção. Visitas oficiais eram feitas durante várias fases da obra, mas a principal era realizada após a sua conclusão quando o prefeito, junto com vereadores e engenheiros, fazia uma caminhada triunfante por cima do asfalto novo, como se tivessem acabado de conquistar um terreno inimigo.

[280] Essa metáfora aparece, com certa frequência, nos jornais do período estudado e em alguns discursos da municipalidade. DM, 1 jul. 1973, p. 5; PIERUCCETTI. *Nova BH-66*, 1966.
[281] PIERUCCETTI. *Nova BH-66*, 1966.
[282] PBH. *Relatórios*, 1963-1975.

Imagem 21: Canalização do córrego do Acaba Mundo. R. Professor Moraes, 1964-1965. **Foto: Fundo ASCOM/APCBH**

Imagem 22 - Prefeito Oswaldo Pieruccetti (4º da esquerda para direita, à frente) caminha no asfalto onde antes havia o córrego do Acaba Mundo na Rua Professor Moraes. 3º Eliseu Resende; 6º Hélio Carnevalli. **Foto: Fundo ASCOM/APCBH**

Segundo Certeau, caminhar em uma cidade é um ato de enunciação. Para fazer essa afirmação, o autor compara o ato do citadino, de andar pela urbe, ao falar. Dessa forma, o pedestre se apropria do sistema topográfico da cidade, assim como nos apropriamos da língua, faz do lugar um espaço, assim como damos sonoridade a língua e se relaciona com a cidade através dos seus movimentos, assim como nos relacionamos com as outras pessoas com as palavras. [283]

Em *Caminhando pela cidade*, Certeau fez um passeio por Nova Iorque pensando sua pluralidade. Ao se deparar com o World Trade Center e ao descrevê-lo como a mais monumental de todas as formas do urbanismo ocidental, Certeau reflete sobre a utopia dos arranha-céus americanos. Ao verticalizar a cidade, há um projeto de superar e articular as contradições nascidas das aglomerações urbanas. Dentro do prédio, a visão de cima que se tem da cidade provoca uma sensação de poder, mas essa visão possibilita um olhar geral, mesclando o específico e retirando dos transeuntes sua individualidade. De cima, tudo se mistura, o único sujeito que tem forma é o observador do auto da torre que tem a sensação de ser um visionário, um elemento poderoso da paisagem pós-moderna de Nova Iorque dentro da máxima americana de *it's hard to be down when you're up.* [284]

No caso da caminhada sobre os rios, temos outro tipo de sensação de poder, bem expressiva do urbanismo belo-horizontino dos anos 1960, a conquista do rio por meio do asfalto, ou seja, o domínio do progresso sobre a natureza, que representava um elemento de imprevisibilidade no cotidiano urbano. Esse fato foi exaustivamente documentado pelos fotógrafos da municipalidade, sendo também amplamente divulgado nos periódicos da capital mineira.

As fotografias das caminhadas foram muito comuns na história militar. Hitler foi filmado e fotografado caminhando nas proximidades da Torre Eiffel, após a invasão da França na II Guerra Mundial. George S. Patton, general norte-americano no mesmo conflito, também foi retratado em diversas oportunidades caminhando sobre território inimigo recém conquistado. Essas poses, que corriam o mundo nos jornais e nos filmes, exibidos em cinemas, não foram feitas ao acaso, havia a clara intenção de demonstrar um ato de conquista, de controle, de posse, de poder. Pretendia-se divulgar uma batalha

[283] CERTEAU, Michel de. "Walking in the City". In: _____. *The Practice of Everyday Life*. Translated by Steven Rendall. Berkeley. Los Angeles: University of California Press, 1984.
[284] CERTEAU. *Walking in the City*, p. 102-119.

vencida e o avanço das tropas de uma nação, representadas pelos seus líderes, que acabaram de conquistar um terreno hostil.

A intenção aqui não é comparar os administradores públicos de Belo Horizonte com militares, mas as fotografias das caminhadas sobre os rios na capital mineira também representam um ato de conquista e de poder. O curso d'água, que tanto incomodava a cidade, foi conquistado e seu território suprimido. No seu lugar foi construído uma camada de asfalto, representando o progresso, mecanizando a rua e substituindo as enchentes e o "esgoto" pelos automóveis que agora poderiam fluir em um trânsito menos caótico. Os ritmos da obras de canalização e asfaltamento, bem como a prática das caminhadas sobre o asfalto, iriam intensificar-se no último ano do mandato do Prefeito Oswaldo Pieruccetti devido ao projeto "Nova BH-66".

4.2 - O Projeto "Nova BH 66"

O projeto "Nova BH-66", uma parceria da Prefeitura de Belo Horizonte com a Escola de Arquitetura da UFMG, marcou o auge do processo, mencionado nas últimas páginas, em que o asfalto e o carro se transformaram no destaque das políticas urbanas de Belo Horizonte no período aqui estudado. O projeto consistia em inúmeras obras por toda a cidade para atualizar sua infraestrutura, pois a capital mineira se encontrava em péssimas condições, com buracos nas vias públicas, iluminação insuficiente ou inexistente, além do velho problema da falta de água. Mas o principal foco era a canalização dos córregos na região central, a ampliação do asfalto nas ruas, a criação de novas avenidas para melhorar o fluxo do trânsito e a substituição gradativa dos bondes e dos trólebus pelos ônibus movidos a diesel. O projeto foi financiado pelo governo federal e por empréstimos junto a bancos. [285]

A prefeitura alargava e trocava o asfalto da maioria das ruas e avenidas que sofreram a intervenção do projeto "Nova BH-66". Uma mudança paisagística também era realizada, uma vez que a grande prerrogativa do projeto era de fazer a cidade ficar mais bonita, florida e moderna, pois assim ela se desenvolveria com bem estar para a população "*que se sentiria como turista em sua própria cidade*". Nessa mudança de paisagem, as árvores de grande porte, como os *fícus*, foram substituídas por outras com

[285] PIERUCCETTI. *Nova BH-66*, 1966.

raízes comportadas e verticais. Flores, como cravos e rosas, também foram plantadas nos canteiros centrais das avenidas. [286]

Todavia, o grande beneficiado com o projeto foi o automóvel. O novo *design* das ruas da capital foi inteiramente pensado com base nos veículos. Os novos canteiros e jardins não foram planejados para alguém parar e apreciar, mas deveriam ser vistos do interior do carro ou dos ônibus. As ruas foram projetadas para diminuir o tempo de deslocamento feito através de veículos automotores, não para a melhoria da circulação de pedestres.

A preferência pelo automóvel era claríssima. Em uma propaganda sobre as realizações do projeto "Nova BH-66" a prefeitura convidou o cidadão de BH a sair por aí como turista para ver os *"tapetes de asfalto em toda a cidade"* onde *"a gente chega a sentir o ondular gostoso dentro do carro ou do lotação".* A publicidade ainda ofereceu um roteiro de asfalto novo para o belo-horizontino experimentar, citando todas as ruas recém recapeadas, totalizando um milhão de metros quadrados de asfalto num custo de dois bilhões de cruzeiros.[287] Outra prova da predileção do projeto pelo carro está no panfleto de prestação de contas do "Nova BH-66" com os dizeres: *"O cheiro de asfalto quente invadiu toda a cidade e rodar de automóvel ou ônibus, em qualquer lugar, transformou-se num suave deslizar"* . [288]

No "Nova BH 66" percebem-se, mais claramente, elementos adaptados de Le Corbusier e de Robert Moses em Belo Horizonte, principalmente no planejamento de vias, que privilegiaram os carros, bem como nos paisagismos realizados para serem vistos de dentro da janela do automóvel. Vale ressaltar, mais uma vez, que essas formas de intervenção urbana na capital mineira não se restringiram a esse projeto, mas nele ficaram mais evidentes. O "Nova BH 66" provocou ainda muita controvérsia no meio político e na sociedade civil, com denúncias de superfaturamento de obras, mau planejamento (várias obras começaram ao mesmo tempo, provocando caos) e insatisfação de pedestres pela diminuição das calçadas e construção de canteiros centrais, que os impediam de atravessar as ruas. Assim, os transeuntes dessas ruas sentiram-se cada vez mais acuados pelo número crescente de automóveis e, percebendo que estavam perdendo espaço, começaram a reclamar. Em diversas ocasiões os

[286] PIERUCCETTI. *Nova BH-66*, 1966.
[287] DM, domingo, 4 set. 1966, p. 2.
[288] PIERUCCETTI. *Nova BH-66*, p. 10.

moradores de Belo Horizonte enviaram à coluna "A cidade reclama"[289], do Diário de Minas, reclamações nesse sentido.

Esse foi o caso de M.C. Gomes, que teve sua carta publicada no dia 21 de outubro de 1966. Na correspondência, ele fez um breve apanhado das obras do projeto naquele ano e argumentou que os novos jardins e canteiros construídos, onde antes havia calçada, suprimiram o espaço do pedestre:

> Entre as reformas já em andamento nota-se que o Departamento de Obras tem feito várias mudanças nas praças e avenidas, construindo meio-fios com a finalidade de melhorar o trânsito. É uma pena que não se lembre também dos pedestres, pois parece que seus projetos são unicamente para facilidade dos automobilistas. O pedestre não é contado. [290]

Na carta ele também reclamou dos novos canteiros centrais construídos nas avenidas. Segundo Gomes, devido aos canteiros seria preciso realizar deslocamento muito maior para se atravessar uma rua. Além disso, se o pedestre deparasse com um carro no meio da travessia ele não poderia subir nos meios-fios centrais *"pois esses são exclusivamente para embelezar os logradouros, não servindo para a proteção do pedestre".* [291]

G. Lazarotti escreveu para a mesma coluna e reclamou que, apesar da boa vontade da Prefeitura em suas obras, havia uma grande falta a ser reparada, que eram os passeios. Ele completou com as seguintes palavras: *"Observa-se isso, com tristeza, até nas ruas mais centrais onde os pedestres são obrigados a uma ginástica, pulando daqui para ali, o que vem contrastando muito com as ruas e avenidas asfaltadas".* [292]

Várias outras reclamações em relação ao projeto foram feitas como o aumento da poluição provocada pelos novos ônibus movidos a diesel, o transtorno provocado pelo mau planejamento das obras, pois quase todas começaram ao mesmo tempo, e a falta de atenção necessária para a solução do problema da água na cidade. [293]

---

[289]Na coluna "A cidade reclama" do *Diário de Minas* eram publicadas reclamações de moradores da cidade e grande parte delas referia-se aos rios e a falta de água. O jornal, durante o mandato de Oswaldo Pieruccetti, publicou diversas reclamações referentes a problemas sanitários da cidade, mas as cartas eram editadas a fim de evitar ataques pessoais ao Prefeito. Muitas dessas cartas vinham com frases como: "*apesar do grande trabalho do Prefeito Pieruccetti, ainda falta água em diversos pontos da cidade*", mas as reclamações não deixaram de ser publicadas. Durante o mandato de Sousa Lima (1967 – 1971), as cartas tinham um tom mais pessoal e atacavam diretamente o Prefeito.

[290] DM, sexta-feira, 21 out.1966, p. 6.

[291] DM, sexta-feira, 21 out 1966, p. 6.

[292] DM, terça-feira, 25 out. 1966, p. 6.

[293] Deputados e vereadores de oposição criticavam a falta de infraestrutura e o improviso das obras. O prefeito Sousa Lima, ao assumir a Prefeitura em janeiro de 1967, parou todas as obras dando a entender

Devido às reclamações em relação às suas obras, a Prefeitura publicou uma propaganda ridicularizando quem não concordava com o projeto "Nova BH-66" personificando todos os seus críticos no fictício senhor D.B. *"que tem opinião formada sobre um monte de coisas"*. [294] Após ironizar o gosto do senhor D.B., que achava a atriz Ursula Andress feia, a propaganda continuou:

> Acha o senhor D.B. que por causa da operação "Nova BH-66", Belo Horizonte está se tornando inabitável. É poeira das novas obras por todos os lados, cheiro ruim de asfalto em tudo quanto é rua, córregos sendo drenados e cobertos (...) mas o pior não é isso: a Prefeitura pôs em circulação vinte ônibus diesel novinhos. E o Sr. D.B. enjoa e sente náuseas com o cheiro de óleo ou gasolina. [295]

Várias obras de canalização de córregos e de águas pluviais foram iniciadas no ano de 1966, com uma extensão aproximada de cinco mil e setenta e seis metros quadrados e gasto estimado de sete milhões e oitocentos e quarenta e seis mil cruzeiros. Entre as obras de maior relevância destacam-se a canalização do córrego do Acaba Mundo, na Avenida Afonso Pena, do Córrego do Gentio, na Rua Pium-í e na Avenida Francisco Deslandes, e do Córrego do Leitão na Avenida Prudente de Moraes. [296]

O problema do lixo, apesar do investimento feito no "Nova BH-66", continuou, pois a cidade continuava a crescer em um ritmo muito maior do que poderia suportar. Por isso, os latões cheios de detritos imundos ainda se acumulavam nas ruas. Além disso, os terrenos baldios e os córregos continuaram a receber os dejetos não recolhidos pela prefeitura. Em outubro de 1966, Maria A. C. Morais, que residia na rua D, no bairro Joaquim Silvério (Vila Oeste), mandou uma carta para o jornal Diário de Minas pedindo a canalização do Arrudas, pois *"o mesmo está sendo utilizado como depósito de lixo uma vez que não contamos ainda com o serviço de limpeza pública e menos ainda com o recolhimento de lixo"*. A moradora descreveu o principal ribeirão da cidade como uma ameaça constante a saúde dos moradores, principalmente devido às inundações no período de chuvas. [297]

A própria prefeitura, que não conseguia estabelecer um sistema eficiente de coleta de lixo, deixando-o acumular nas ruas, sendo levado aos rios pela enxurrada, foi

---

que o orçamento era insuficiente e que as obras estavam sendo executadas no improviso. "Sousa Lima diz que vai contar a verdade sobre a Prefeitura". DM, quarta-feira, 22 fev. 1967, p. 3.

[294] A propaganda foi publicada pela primeira vez no Diário de Minas de domingo, 31 de julho e segunda-feira, dia 1º de agosto de 1966 na página 2.

[295] DM, domingo, 31 jul. 1966, p. 2.

[296] PIERUCCETTI. *Nova BH-66*, p. 10.

[297] DM, quinta-feira, 6 out. 1966, p. 9.

acusada diversas vezes de jogar detritos diretamente nos córregos. Os moradores da Rua Levi Coelho, em novembro de 1966, enviaram reclamações ao mesmo jornal denunciando funcionários da municipalidade de jogar entulho no córrego vizinho, causando enxurrada após as chuvas. [298]

O projeto "Nova BH 66" foi realizado no último ano do primeiro mandato do Prefeito Oswaldo Pieruccetti. Muitas das obras propostas no projeto eram prioritárias para o município e precisavam ser feitas, mas Belo Horizonte estava com a infra-estrutura muito defasada e continuava a crescer muito mais rápido do que conseguia suportar. Dessa forma, as obras não conseguiram atender às demandas básicas da cidade, principalmente no que se referia à coleta de lixo e à questão sanitária.

Com o agravamento dos problemas econômicos vividos por Belo Horizonte e Minas Gerais no final dos anos sessenta, a situação da prefeitura ficou ainda mais difícil. Sousa Lima[299], prefeito que sucedeu Oswaldo Pieruccetti, em janeiro de 1967, suspendeu quase todas as obras do "Nova BH-66", pondo fim ao projeto. Devido à crise financeira, o novo Prefeito viu-se obrigado a fazer uma reestruturação no orçamento, reduzindo verbas de alguns departamentos da municipalidade, adotando um discurso de corte de gastos, suspendendo o pagamento do funcionalismo público por vários meses seguidos. [300]

Um dos órgãos mais prejudicados com a crise foi o DEMAE (Departamento Municipal de Águas e Esgoto) A autarquia, de menos de dois anos de idade, teria de se adaptar a à sua nova situação jurídica e financeira. Para preencher os requisitos do BID, que emprestaria 12 milhões de dólares para a conclusão da rede de água, ela deveria ser independente, não podendo contar com grandes ajudas da Prefeitura, que, por sua vez, andava mal das pernas. Devido a esses fatores, somados ao aumento populacional e à falta de um plano gestor que regulasse seu crescimento, a cidade viveu uma de suas piores crises sanitárias entre 1967 e 1973.

[298] DM, domingo e segunda-feira, 20 e 21 nov. 1966, p. 7.
[299] Sousa Lima, nomeado prefeito pelo Governador Israel Pinheiro, era empreiteiro, mostrando, mais uma vez, a força dessas empresas na política mineira.
[300] PBH. *Relatório do exercício de 1967 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Janeiro de 1968*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

4.3 - O colapso do sistema sanitário em Belo Horizonte

Em dezembro de 1967, em uma entrevista realizada pelo jornal Diário de Minas, o sanitarista Lincoln Continentino fez um apanhado da situação sanitária de Belo Horizonte. Ele mostrou-se muito preocupado com o aumento da população da cidade, do parque industrial e da poluição do ar e da água. Chamou atenção, também, para os cursos de água de Belo Horizonte que depositavam no Ribeirão Arrudas todos os detritos, passando este a ser um esgoto a céu aberto. Todavia, a sua maior preocupação eram as doenças que a crise sanitária poderia trazer:

> Belo Horizonte está se tornando uma cidade inabitável, pela falta de garantias que oferece à população, principalmente às crianças. Hoje, segundo cálculos dos sanitaristas, 60% da população está contaminada por todas as formas de verminose. (...) A poluição das águas é cada vez maior e enquanto a população cresce não se combate o mal que nos atrasa mais de 30 anos. [301]

O engenheiro concluiu sua entrevista afirmando que apenas 40% da população belo-horizontina era servida por esgotos sanitários e, com o aumento do parque industrial e dos habitantes da cidade, poderia se prever para breve um estado de calamidade pública. [302] O sanitarista não foi completamente alarmista em supor essa possibilidade, pois ele se baseou em situações que já aconteciam por toda a cidade e fez uma projeção levando em conta aumento exponencial da população e das indústrias.

O sistema de esgotos, que já não era suficiente, entrou em pane em 1967 e começou a transbordar em diversos pontos da cidade. Os consertos realizados eram meros paliativos visto que todo o sistema deveria passar por uma reforma total. A situação piorava no período da cheia, quando, a cada chuva, as enchentes arrastavam tudo pelo caminho, deixando depois represas de água suja nas ruas mais baixas de Belo Horizonte.

O número de esgotos vazando por toda a cidade, problema antigo em Belo Horizonte, aumentou muito nos anos de 1967 e 1968, inclusive na área central. Em um dos exemplos mais graves, na Rua Tupis, o esgoto rompeu no início de 1966, escorrendo pelas ruas com pedaços de papel higiênico, entre outros detritos. Um ano

[301] DM, sexta-feira, 3 dez. 1967, p. 21.
[302] DM, sexta-feira, 3 dez. 1967, p. 21.

depois, a água contaminada continuava a escorrer pela rua, sem nenhuma intervenção por parte da municipalidade. [303]

Em muitos bairros e vilas os moradores não tinham sequer o "luxo" de ter um sistema de esgotos. Como na Rua Brumadinho, onde os moradores jogavam seus dejetos na rua. [304] Outro exemplo era a Rua Beira Córrego, no bairro Dom Bosco, onde o escoamento de detritos e águas pluviais era feito por um "*rego de água*" que foi cavado no meio da rua, onde as crianças desavisadas brincavam no esgoto contaminado. Os moradores da região reclamavam da alta incidência de gastrenterite e esquistossomose, principalmente nos mais novos. Os problemas eram tantos que a vizinhança, apesar de ser pobre, levantou 2 milhões de cruzeiros por meio de doações e *vaquinhas* para pagar metade da obra de construção da rede de esgoto do bairro. [305]

Belo Horizonte continuava a crescer de forma desordenada e a abertura de vilas habitacionais nas periferias da cidade, processo analisado nos últimos capítulos, aumentou de ritmo. Essas vilas eram abertas por empresas (ou donos de terrenos) particulares e cabia à prefeitura aprovar os projetos urbanísticos. Por necessidade de abertura de novas áreas de habitação, somada ao *lobby* político, a prefeitura autorizou o funcionamento de vários bairros novos sem os serviços públicos mais básicos. O jornal Diário de Minas do dia 26 de junho de 1968 denunciou essa situação:

> Isto vem acontecendo de longa data, e, sobretudo ultimamente, com o surto vertiginoso do progresso de nossa capital, não se preocupando os donos de terrenos loteados de cumprir as exigências da municipalidade (...) No Bairro Ribeirão de Abreu, moradores reclamam da Cia. Etil, proprietária do terreno loteado (...) A companhia não realizou alo os serviços exigidos. [306]

No caso dessa vila, e de muitas outras, como mencionado, não se tinha água (nem rede de distribuição da mesma), muito menos coleta de esgoto que, não raro, corria pelas ruas causando erosão e perigo para as crianças que brincavam na água fétida.

Devido a esse cenário calamitoso, em uma semana quente de novembro de 1968, após as primeiras chuvas do mês, houve o maior surto de gastrenterite da cidade até então. Somente no Hospital de Gastroenterite do Estado foram atendidas, entre os dias

[303] DM, domingo, 2 jul. 1966, p. 9. DM, sexta-feira, 3 mar. 1967, p. 6.
[304] DM, terça-feira, 24 jan. 1967, p. 6.
[305] DM, sábado, 3 set. 1966, p. 7.
[306] DM, segunda-feira, 26 jun. 1968.

cinco e doze de novembro, 4.000 crianças, com um total de 21 mortes, o que fez de Belo Horizonte a cidade com um dos maiores foco da doença no Brasil. Segundo os médicos a grande causa da moléstia seria a água para consumo, cuja qualidade do abastecimento e do líquido em si deixava muito a desejar. A deficiência do esgotamento sanitário e alimentos contaminados também contribuíram para o surto. A gastrenterite, como vimos nos últimos capítulos, já era uma preocupação nos verões passados, tendo matado muitas pessoas, principalmente crianças. Todavia em 1968 o número de contaminados subiu assustadoramente, evidenciando a piora do sistema sanitário da cidade. [307]

O grave problema sanitário não passou despercebido pelos administradores públicos. Para Sousa Lima, o prefeito de Belo horizonte entre 1967 e 1971, as obras de canalização dos córregos e das águas pluviais seriam uma das principais soluções para a crise. No relatório do exercício de 1968, logo na primeira página, essa concepção fica clara: *"Nas obras de canalização e esgotos está surgindo a solução para o problema sanitário de Belo Horizonte*".[308] Essas obras serviriam ainda para a ampliação da malha asfáltica, contribuindo para a melhoria do complicado trânsito do município, propiciando a locomoção dos novos ônibus movidos à diesel nas novas vias da cidade.

Uma das obras consideradas de maior importância pela Prefeitura na época foi a canalização do Córrego do Gentio, nas Ruas Outono e Grão Mogol, no bairro Carmo. Entretanto, com os problemas financeiros da Prefeitura a obra foi paralisada várias vezes, causando muito transtorno para os habitantes da região . [309] A paralisação das obras e a demora para sua conclusão causou revolta nos moradores que, como forma de protesto, afixaram cartazes, pintaram muros, além de dependurarem faixas contra a morosidade da Prefeitura. A maior delas, que podia ser vista bem de longe na movimentada rua Grão Mogol, tinha a inscrição: *"Canalização do rêgo do Prefeito",* ironizando Sousa Lima e as suas promessas de finalização da obra. [310]

Essa mobilização popular demonstra como os cidadãos de Belo Horizonte não eram indiferentes em relação aos problemas sanitários da cidade. A maior parte da população demandava a canalização dos córregos, imaginando ser esta a grande solução

[307] "Mais de 600 casos de gastro em um dia na capital"; "Calor diminui, mas gastro continua matando"; "Mais de 650 casos de *gastro* ontem na capital"; "Gastro levou 4000 crianças ao hospital em uma semana". DM, Belo Horizonte, 5- 8 e 12 nov. 1968.
[308] PBH. *Relatório do exercício de 1968 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Março de 1969*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
[309] DM, segunda-feira, 5 fev. 1968.
[310] DM, terça-feira, 27 fev. 1968.

para os problemas sanitários e para as enchentes. Isso, em grande medida, deveu-se ao discurso de poder público, que priorizou esse tipo de intervenção nos rios e divulgava essas obras como a única solução plausível.

Durante o período de 1965 a 1973, inúmeras cartas relacionadas aos problemas sanitários foram publicadas nos jornais, grande parte delas pedindo intervenções nos córregos da cidade. Nas cartas os rios eram retratados como esgoto por parte dos belo-horizontinos e a canalização foi exigida na maioria das correspondências. Os citadinos, aparentemente, viam na canalização como a única alternativa possível, não havia simpatia com os córregos, eles eram descritos como sujos, deteriorados e poluídos, como se essa fosse a situação permanente deles. Durante toda a pesquisa só foi encontrado um caso de uma moradora que pediu a limpeza do rio. Everaldina Lima, que residia na Avenida Arthur Guimarães, fez um apelo ao prefeito Sousa Lima para que mandasse limpar o córrego que passava na sua rua, devido à gravíssima situação do curso de água:

> Quando o sol esquenta muito, o mau cheiro é enorme. Na época das chuvas, como agora, não se pode passar de uma rua para outra, pois o córrego transborda de tal modo que enche as ruas vizinhas impedindo que se saia da casa até mesmo para trabalhar. [311]

Infelizmente, a carta de Everaldina foi caso isolado e as obras de canalização continuaram como prioridade dos administradores de Belo Horizonte, mesmo em um período em que já se discutia a importância da despoluição dos rios no ambiente urbano. Esse foi o caso do rio Sena, em Paris, e do rio Tâmisa, em Londres. Os mesmos jornais que noticiavam as canalizações em Belo Horizonte publicavam grandes reportagens sobre o início dos trabalhos de despoluição, principalmente do rio londrino. Junto com a despoluição dos rios na Europa era feito um trabalho de conscientização da importância da água, mostrando como as cidades nasciam em volta dos rios (caso de Londres e Paris) e de como eles foram importantes no desenvolvimento do perímetro urbano. [312]

Belo Horizonte, assim como outras cidades brasileiras, andou na contramão das ideias de valorização dos rios no espaço urbano. No final de sua gestão, Sousa Lima concluiu as canalizações dos córregos do Leitão (na Prudente de Morais e nas ruas Tupis e Mato Grosso), dos Pinhões e do Zoológico. Após as obras foi publicada uma reportagem com o título "Grandes Canalizações" que ressaltou o apelo popular em prol

[311] DM, sábado, 7 dez. 1968, p. 6.
[312] DM, domingo e segunda-feira, 20 e 21 jul. 1973.

dos empreendimentos. [313] Oswaldo Pieruccetti, ao assumir a prefeitura pela segunda vez em 1971, fez um plano de canalizar todos os córregos que sobraram na cidade para *"promover o saneamento e a urbanização de várias e importantes áreas"*. [314]As obras mais importantes desse período foram a canalização do Córrego da Serra, nas ruas Aimorés, Piauí, Maranhão, Avenida Brasil e Praça 13 de Maio; e do córrego do Acaba Mundo, na Avenida Uruguai.

O que mais chamou atenção nas duas obras foi a forma como os rios foram tratados nas propagandas e reportagens pagas que comemoraram as canalizações. No dia da inauguração da obra do Córrego da Serra, uma propaganda da SUDECAP (Superintendência de Desenvolvimento da Capital) foi publicada em vários jornais com o seguinte título: *"O córrego da Serra ficou por baixo desse asfalto"*. A publicidade enumerou todas as vantagens que o asfalto trazia para a região, além de embelezar e urbanizar a área. [315]

Os Jornais de Belo Horizonte dessa época frequentemente traziam reportagens pagas pela prefeitura que não vinham em formato de publicidade. As matérias traziam elogios aos feitos da municipalidade e eram assinadas pelo jornal como se fossem independentes. Algumas dessas notícias foram pagas por notas promissórias que podem ser consultadas nos documentos do Acervo Fazendário no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

É importante ressaltar que nem todas as matérias pró-prefeitura eram pagas. A maioria dos jornais de Belo Horizonte apoiava o governo de Oswaldo Pieruccetti (1965-1967, 1971-1974), principalmente os jornais Diário de Minas e Estado de Minas. Uma das exceções era o Jornal de Minas que fazia uma forte oposição ao prefeito durante seu segundo mandato (1971-1974). Já o Prefeito Sousa Lima (1967-1971) encontrou mais oposição na imprensa, sendo frequentemente criticado por vários periódicos, mas as matérias pagas também eram comuns durante seu governo.

No caso do córrego do Acaba Mundo, na Avenida Uruguai, outra peça publicitária da SUDECAP observou que um bairro nobre como o Sion não poderia continuar com *"Aquele córrego mal cheiroso interrompendo a Avenida Uruguai"*. A propaganda continuou: *"Em nome do progresso a prefeitura eliminou-o da paisagem,*

[313] DM, sábado, 12 dez. 1970; PBH. *Relatório do prefeito - 1970 [Luiz Gonzaga de Sousa Lima]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
[314] PBH. *Relatório do exercício de 1971 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Março de 1972*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972; DM, terça-feira, 3 jul. 1973.
[315] EM, terça-feira, 7 dez. 1971.

abrindo em seu lugar uma ampla avenida pavimentada".[316] O título da propaganda, *"O Acaba Mundo já era"*, demonstra claramente como os córregos eram indesejados nos projetos urbanísticos de Belo Horizonte naquela época. Os termos usados para descrever a *"vitória"* obtida pela canalização são muito incisivos e duros, Além disso, o texto da peça publicitária trata o rio como algo indesejado do passado que "*já era*" e que felizmente deu lugar a uma avenida com uma nova e bonita camada de asfalto. A propaganda, reproduzida abaixo, mostra ainda uma criança andando de bicicleta onde antes havia um rio, deixando transparecer outra concepção das obras viárias de Belo Horizonte do período, a do asfalto como elemento embelezador. [317]

Imagem 23 - Propaganda da Sudecap sobre a canalização do Acaba Mundo na Avenida Uruguai publicada no Diário de Minas, domingo e segunda-feira, 1-2/07/1973.

[316] DM, terça-feira, 3 jul. 1973.
[317] DM, domingo e segunda-feira, 1 e 2 jul. 1973.

No mesmo jornal, foi publicada uma matéria com o título: *"Cidade ficou mais bonita domingo, há uma nova avenida no bairro Sion"*. [318] Essa reportagem é mais um exemplo de como o asfalto novo era visto também como elemento embelezador da paisagem, tanto no discurso dos administradores públicos, quanto no editorial do jornal, que comemorou muito a obra. O artigo enumerou ainda todas as vantagens da canalização:

> (o rio) era um verdadeiro emissário de esgoto ao céu aberto, poluindo extensa área da capital comprometendo a saúde dos moradores e prejudicando o ambiente e a visão estética de uma zona das mais nobres de Belo Horizonte, foi inteiramente canalizado implantando-se em seu lugar uma ampla e bonita avenida. [319]

Essa obra do Acaba Mundo é paradigmática para a análise das canalizações desse período em Belo Horizonte. A partir das fotografias, das reportagens e dos discursos oficiais relacionados a obra, percebe-se muito claramente que o rio não tinha espaço dentro do projeto urbanístico da capital, que ele deveria dar lugar ao asfalto, considerado mais bonito e mais útil para a vida urbana que os córregos. A canalização resolveria uma série de problemas sanitários de forma rápida, sem interferir na produção industrial e na mineração nos arredores da capital mineira. Além disso, ela ampliaria a malha asfáltica do município, supostamente dando mais fluidez ao trânsito. Não se pode ignorar nesse processo os interesses econômicos envolvidos e o lobby da indústria do asfalto e do automóvel.

No dia da inauguração da obra, os fotógrafos da municipalidade fizeram várias poses da famosa "caminhada" no território onde antes havia um rio. Dessa vez, Oswaldo Pieruccetti liderou uma fila que contava com vários membros da administração pública e com diversos moradores do bairro, que prestigiaram o evento da inauguração da nova avenida. Na pose, foi enquadrada também uma faixa com a seguinte frase: *"O Acaba Mundo já era. Obrigado Prefeito!",* reforçando a imagem de que havia uma comunhão para a obra, que seria uma demanda da população, prontamente atendida pela municipalidade. A foto parece querer dizer, em sua polissemia de sentidos, que a cidade conquistou o espaço do indesejado córrego evidenciando como as obras de canalização foram importantes no contexto da capital de minas no início dos anos 1970. Infelizmente, essas cenas tornaram-se rotina e quase todos os córregos sumiram da cidade ao longo dos anos.

[318] DM, domingo e segunda-feira, 1 e 2 jul. 1973, p. 5.
[319] DM, domingo e segunda-feira, 1 e 2 jul. 1973, p. 5.

Imagem 24 - Inauguração da obra de canalização do Acaba Mundo e construção de novo asfalto na Avenida Uruguai. 1º de Julho de 1973. **Foto Fundo ASCOM/APCBH**

4.4 - A interminável questão da água

Enquanto as canalizações eram cada vez mais reclamadas pela população, a falta de água aumentava na cidade. Não se percebia que parte do líquido bebido em Belo Horizonte vinha dos mesmos córregos que estavam sendo canalizados. Como vimos, o problema da falta de água aumentou com o passar dos anos e várias soluções paliativas para aliviar o problema foram tentadas, como a captação de córregos de pequeno porte, a construção de novos reservatórios, entre outros. Fazia-se, ainda, a distribuição por meio de caminhões pipa e a perfuração de poços artesianos. Essa última solução era difícil levando em consideração o solo de algumas regiões da capital, impossibilitado a construção dos mesmos em alguns bairros.

Na década de 1960, o sistema de abastecimento entrou em pane. Muitos bairros passavam vários dias sem receber água e, quando o líquido era distribuído, chegava

somente de madrugada por cerca de duas horas, o que não era suficiente para encher as caixas de água. O fornecimento era irregular em todos os pontos da cidade, obrigando os citadinos a realizarem verdadeiras peregrinações em busca do precioso líquido. Em fevereiro de 1965, um morador do bairro Renascença escreveu ao Diário de Minas reclamando da falta de água, descrevendo como era sua vida sem ela:

> Estamos na base da lei seca (...) o precioso líquido sumiu das torneiras e não há meios de faze-lo aparecer. O senhor (Oswaldo Pieruccetti) não imagina como estamos vivendo , andando quarteirões em busca do mesmo para, pelo menos, podermos comer, banho, lavagem de roupa e outros "luxos" são coisas que há vários dias não acontece por aqui. [320]

Para amenizar o problema, a prefeitura continuou a reforçar a distribuição em bairros com pouca (ou nenhuma) água por meio dos caminhões tanque. O número de manobreiros ainda era insuficiente para atender a demanda da população, assim, a cobrança ilegal pelo líquido aumentou. O preço variava e no bairro Vera Cruz os motoristas cobravam 5.000 cruzeiros, mas como a maior parte da população era pobre, *"composta de operários na sua maioria"*, e não tinha como pagar, a água era levada para outro bairro, causando revolta nos moradores que tinham que andar mais de dois quilômetros para conseguir o líquido. [321]A cobrança irregular feita pelos funcionários da prefeitura foi registrada em vários bairros onde havia distribuição por meio de caminhões tanque.

Havia também, como vimos no último capítulo, comércio irregular de água realizado por donos de caminhões tanque e comuns com barris improvisados, sem qualquer tipo de vínculo com a municipalidade, que viram aí uma oportunidade de obter lucro. O preço cobrado era maior, mas eles poderiam fornecer o líquido com mais regularidade. A origem da água era desconhecida, pois esses motoristas não podiam obtê-la nos reservatórios municipais. Na maioria das vezes a água era buscada em poços artesianos particulares que, por sua vez, também cobravam pelo líquido gerando toda uma rede de comércio clandestino de água. Todavia muitos comerciantes quiseram extrapolar seus lucros obtendo água gratuita nos pontos mais altos dos córregos poluídos da cidade, onde o volume de esgoto era menor, e em outros locais ainda mais inusitados. O Jornal de Minas, em maio de 1973, fez denúncias em relação à origem da água vendida pelos manobreiros clandestinos, mostrando inclusive fotos de caminhões

[320] DM, sexta-feira, 11 jun. 1965, p. 9.
[321] DM, segunda-feira, 13 set. 1965, p. 9.

tanque pegando água na poluída Lagoa da Pampulha! [322] Entre os flagras registrados na orla da Represa da Pampulha, destaca-se um funcionário da prefeitura, que, depois de entregar a água do município, buscava água na lagoa para obter dinheiro extra. O Jornal denunciou, inclusive, que os "manobreiros" do município não chegavam ao seu destino, vendendo a água da prefeitura, que deveria chegar nos bairros mais necessitados, para quem pudesse pagar. [323]

A solução definitiva poderia vir do interminável empreendimento da captação de água do Rio das Velhas. A obra era de grande vulto e de responsabilidade do Governo Federal por meio do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), mas teve grande envolvimento da prefeitura, através do DEMAE. Como vimos no último capítulo, a obra da Adutora virou uma verdadeira novela, foi paralisada várias vezes e os prazos da conclusão foram adiados em diversas oportunidades. Na década de 1960, com a devastação das florestas em Minas Gerais, o volume de água dos rios diminuiu bastante. Várias reportagens de jornais chamaram atenção para o problema da devastação de matas, principalmente nas cabeceiras dos cursos de água que matavam a sede da capital. Em 1966 o caderno DM2, do Diário de Minas, publicou uma série de reportagens sobre a devastação das florestas, indicando todos os problemas que poderiam surgir, sendo o principal a degradação dos rios que forneciam água a Belo Horizonte. [324]

Havia uma preocupação especial em relação ao Rio das Velhas, principalmente depois de sua escolha para abastecer a cidade. Algumas reportagens da década de 1960 mostram-se preocupadas com a poluição do rio e com a diminuição do volume de água. Uma matéria do Diário de Minas, de abril de 1966, pediu mais cuidado em relação ao Rio das Velhas, já que a água da cidade viria dele. De acordo com a reportagem não se sabia se é um riacho ou ribeirão devido à diminuição do seu volume de água e dos bancos de areia visíveis durante todo o seu curso provocados pela devastação das matas ao seu redor. A poluição da água, provocada pelas indústrias mineradoras, também era preocupante e já havia afetado a fauna do rio, aumentando a mortalidade dos peixes a níveis alarmantes em 1966. [325]

Isso demonstra como sentidos diferentes foram atribuídos aos rios. Fora da cidade, onde a água seria obtida, os cursos de água precisavam ser conservados a todo

[322] JM, sexta-feira, 4 maio 1973, p. 1.
[323] JM, sexta-feira, 4 maio 1973, p. 1.
[324] DM, domingo, 11 dez. 1966.
[325] DM, domingo e segunda-feira, 3 e 4 jul. 1966, caderno DM rural.

custo. Dentro de Belo Horizonte, os córregos deveriam ser erradicados da vida urbana, dando espaço ao asfalto e ao progresso, pois a sua única serventia era levar o esgoto para longe da cidade. Para isso deviam ser canalizados, para cumprir sua finalidade sem atrapalhar.

Devido ao desflorestamento, o clima da capital também mudou na década de 1960 e os verões passaram a ser cada vez mais quentes. O calor era mais perceptível devido ao aumento da malhas asfáltica, da verticalização e do corte das árvores em Belo Horizonte, que diminui as áreas de sombra. [326] O clima quente era ainda mais sentido pela população devido a falta crônica de água e a péssima qualidade da mesma.

Uma das maiores reivindicações dos Belo-horizontinos na década de 1960 foi a melhoria do abastecimento de água e essa mesma questão se tornou uma das maiores promessas políticas da época. Oswaldo Pieruccetti, quando assumiu a prefeitura pela primeira vez, pediu aos vereadores que colocassem a questão da água em primeiro lugar, garantindo à população a inauguração da Adutora do Rio das Velhas em 1967. [327]

Imagem 25 - Membros do DNOS, DEMAE, PBH e da CMBH visitam obra da Adutora do Rio das Velhas em setembro de 1965. APCBH, Fundo Assessoria de Comunicação.

[326] DUARTE. *À sombra dos fícus*, p. 26.
[327] PBH. *Relatório do exercício de 1966 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Janeiro de 1967*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1967; DM, terça-feira, 11 maio 1965, p. 5; DM, quarta-feira, 13 jul. 1966, p. 1.

O prazo não foi cumprido devido a falta de verba e pela grande dificuldade em perfurar o Túnel do Taquaril, na Serra do Curral, aumentado o desespero dos citadinos, que ansiavam por água. Nesse cenário de escassez, o DEMAE foi obrigado a tomar, em várias ocasiões, medidas de contenção, como a contratação de fiscais para impedir o desperdício de água e a ameaça de corte da distribuição para quem gastasse o líquido lavando calçada ou carros em 1967. [328] A crise ficou ainda mais grave na gestão do prefeito Sousa Lima (1967 – 1971), que recebeu duras críticas devido à situação de seca em que a cidade vivia, principalmente no ano de 1967. O Diário de Minas chegou a escrever um editorial com duras acusações ao Prefeito que estaria em uma "urna de marfim", sem ligar para o desespero da população, que não tinha água nem para beber. [329]

Para tentar resolver de vez o problema, a prefeitura tentou intensificar o andamento das obras no Rio das Velhas, cuja inauguração da captação de água foi prometida por Sousa Lima para 1969, mas foi adiada outra vez devido a enorme dificuldade na perfuração do túnel do Taquaril. A obra estava praticamente pronta, entretanto, a construção do túnel, que passava por dentro da Serra do Curral, mostrou-se o maior desafio que os engenheiros de Belo Horizonte tinham enfrentado até então. A cada metro perfurado acontecia um desmoronamento que fechava dois metros, ocasionando riscos aos operários. Como o túnel não ficaria pronto tão cedo, foi adotada uma solução provisória que bombeava água através de tubulações que circulavam a Serra do Curral, mas a quantidade que poderia ser distribuída não chegava a 1/3 da capacidade programada. No final de 1969, Belo Horizonte começou a receber água do rio, amenizando a crise em alguns bairros, entretanto esse reforço no abastecimento não era, nem de perto, o suficiente para a solução da escassez de água. [330]

Muitos documentos oficiais do período abordaram a questão da água, nas fotografias do Fundo ASCOM, por exemplo, há um enorme volume de imagens de obras de abastecimento, principalmente da Adutora do Rios das Velhas, vista como uma redenção para a cidade. Entre as fotos destacam-se as poses "por dentro dos canos", tiradas nas visitas oficiais dos administradores públicos à obra e da compra dessas tubulações. Algumas vezes, os encanamentos do novo sistema de abastecimento de Belo

[328] DM, sábado, 3 jul. 1967.
[329] DM, quinta-feira, 1 jul. 1967, p. 4.
[330] VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 65-75; DM, segunda-feira, 22 dez. 1969, p. 16.

Horizonte foram expostos na porta da prefeitura, evidenciando a importância política das obras de abastecimento para a cidade.

Imagem 26 e 27 - Tubos para o novo sistema de abastecimento, comprados com verba do BID, expostos na porta da PBH, Avenida Afonso Pena, 1212. Agosto de 1968, **Foto**: **Fundo ASCOM/APCBH**

Parte do empreendimento da Adutora do Rio das Velhas foi financiado a partir de verbas do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, quando se defendia, cada vez mais, que para atingir o desenvolvimento pleno, era preciso sanar as cidades. O saneamento era considerado critério de desenvolvimento e as obras passaram a incluir esse discurso. Frases como "não se pode faltar água numa cidade progressista" e "povo desenvolvido é povo limpo", tornaram-se mais frequentes. Assim, a partir dos anos de 1960, as políticas sanitárias tornaram-se, também, políticas de desenvolvimento sendo atreladas, em alguns casos, ao otimismo desenvolvimentista da época. Portanto, a importância política dessa obra aumentou nos anos 1960-1970 e isso ficou muito evidente na obra da Adutora do Rio das Velhas, que já nasceu grandiosa, mas ganhou progressivamente mais importância com os novos sentidos atribuídos à ela e com a escalada da falta de água em Belo Horizonte. [331]

Imagem 28 - "Campanha de limpeza", administração Oswaldo Pieruccetti, Outubro de 1972. **Foto: Fundo ASCOM/APCBH**

A inauguração da obra só ocorreu, efetivamente, no início de julho de 1973, depois de 17 anos de muitos problemas, reclamações e promessas. Os hidrantes da

[331] PBH. *Relatórios*, 1956-1973; EM, domingo, 1 jul. 1973.

cidade foram todos abertos para comemorar a chegada da água do Rio das Velhas. A notícia tomou conta dos jornais que dedicaram várias páginas para contar toda a trajetória da construção da adutora e todos os problemas enfrentados. Ressaltou-se, também, a importância da obra que, de acordo com o poder público, garantiria água à cidade até o ano 2000.

Os jornais estamparam fotografias do Prefeito Oswaldo Pieruccetti abrindo hidrantes, para a felicidade de crianças, que brincavam no jato de forte pressão d'água. Muitas dessas fotos foram tiradas por fotógrafos da municipalidade e por engenheiros do DEMAE, que tiveram trabalho hercúleo para enfrentar os problemas econômicos, técnicos e políticos da obra. Esses técnicos tiveram que improvisar soluções e buscar alternativas das mais variadas possíveis para driblar a falta de recursos e as descontinuidades dos programas políticos a cada gestão. Nesse sentido, a ação de capacitar os engenheiros sanitários do município, iniciada por Celso Mello de Azevedo, gerou resultados, pois sem o esforço desse grupo, e de tantos outros trabalhadores que passaram a vida na obra (alguns começaram a trabalhar na Adutora com 18 anos, e ficaram até o final do empreendimento, quando já tinham mais de 35 anos), a capital de Minas ficaria muito mais tempo sem solução para o problema do abastecimento. [332]

Imagem 29 - Prefeito Oswaldo Pieruccetti abre hidrante na inauguração da Adutora do Rio das Velhas em junho de 1973. APCBH, Fundo Assessoria de Comunicação.

[332] EM, domingo, 1 jul. 1973, p. 5; JM, domingo, 1 jul. 1973, capa; DM, segunda-feira, 2 jul. 1973, p. 2.

Rondon Pacheco, Governador de Minas Gerais na época, fez um longo discurso sobre a importância da Adutora na sua inauguração. Além de ressaltar que aquela era a *"obra do século"*, comentou que Belo Horizonte finalmente poderia ter um rio para chamar de seu: *"faltava um rio para beneficiar a capital, mas desde 28 de junho o belo-horizontino pode associar, com muito orgulho, o Rio das Velhas com sua capital".* [333]

Mais uma vez notamos aqui o desprezo dos administradores públicos em relação aos rios de Belo Horizonte. Para o Governador os córregos da capital não traziam nenhum benefício à cidade, haja vista que só em 1973 os belo-horizontinos poderiam se orgulhar de um rio. Isso pode mostrar desconhecimento de Pacheco, já que Belo Horizonte era abastecida há mais de 70 anos pelos mesmos rios que causavam "transtornos" à cidade. Vale lembrar que os córregos da capital fazem parte da bacia do Rio das Velhas e, portanto, de certa forma ele sempre esteve presente na vida do belo-horizontino. Entretanto essa fala é repleta de uma forte intencionalidade política. Nela o governador quis demonstrar que, por intervenção da administração pública, Belo Horizonte tinha um rio, que abastecia a cidade de água e trazia benefícios, ao contrário dos córregos da cidade, fontes de transtornos para a vida urbana, que caíam cada vez mais rápido no obscurecimento. Portanto, o rio que a cidade poderia chamar de seu, era um rio trazido à urbe por ação do homem, do poder público, através de um cano. Aqui temos mais uma vez que a noção de que a natureza nas grandes cidades deve ser racionalizada, principalmente em relação aos recursos hídricos, devendo ser dominada e utilizada em função da vida urbana.

Apenas três meses após a inauguração da Adutora, um grande evento afetou as economias e as políticas desenvolvimentistas de vários países, inclusive as do Brasil. Em outubro de 1973, o preço do barril de petróleo começou a subir de forma assustadora, assinalando o início da Crise do Petróleo. Esse fato, além de ter provocado consequências profundas para as economias dos países capitalistas, colocou em cheque o modelo desenvolvimentista automobilista e alterou profundamente o sistema de produção da indústria de automóveis, principalmente o norte americano, acostumado a fabricar carros robustos, de motor V-8, com grande consumo de gasolina. Os carros menores, de motor de quatro cilindros, mais eficientes no consumo de combustível, passaram a ter mais mercado, abrindo caminho, por exemplo, para a indústria automobilística japonesa no ocidente, inclusive nos modelos de produção do que mais

[333] EM, domingo, 1 jul. 1973, p. 5.

tarde viria a ser conhecido como Toyotismo, ou Pós-Fordismo. Nas cidades, cresceram as propostas para o investimento em transporte coletivo de qualidade e limpo, em detrimento da construção das grandes rodovias e eixos viários interurbanos. Na mesma época, foram feitos investimentos no aprimoramento do *High-speed rail* (Trem-Bala), principalmente na Europa e no Japão. [334]

Mesmo com o enorme baque sofrido pela Crise do Petróleo, a indústria automobilística continuou com muita força econômica e política, nos Estados Unidos e no Brasil. Estradas continuaram a ser abertas e créditos para a compra do carro pessoal foram facilitados. Todavia houve uma grande reestruturação do setor de produção das grandes fábricas de automóveis dos Estados Unidos e da Europa. Houve ainda o aumento da migração dos setores de produção para países considerados subdesenvolvidos, em busca de mão de obra mais barata. A FIAT, por exemplo, chegou ao Brasil em 1973, no mesmo ano da crise. [335]

O ano proposto para encerrar a dissertação não é relevante apenas pela inauguração da Adutora do Rio das Velhas e pela Crise do Petróleo. Entre 1972-1974 vários estudos e movimentos começaram a fazer um questionamento mais sistemático do otimismo desenvolvimentista do pós-guerra, dentre eles a publicação neomalthusiana *Os Limites do Crescimento* (*The Limits to Growth*), de 1972, teve enorme impacto. O estudo, encomendado pelo Clube de Roma, prevê péssimas consequências para o rápido crescimento populacional nos países subdesenvolvidos e afirma que os recursos do planeta são limitados, impossibilitando o crescimento dessas nações. Esse estudo influenciou as discussões da Conferência de Estocolmo (1972), evento considerado como o início efetivo da ecodiplomacia. O debate entre os zeristas, que culpam os subdesenvolvidos pelos problemas ambientais e defendem a impossibilidade do crescimento dos mais pobres, e os desenvolvimentistas, que argumentam que o crescimento é para todos e os subdesenvolvidos também teriam esse direito, foi marcante na conferência. No Brasil o trabalho *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) do economista Celso Furtado, mostra os problemas da economia brasileira, que avançou no processo de industrialização, mas manteve todas as características do subdesenvolvimento. O crescimento brasileiro, segundo Furtado, concentrou renda,

[334] Sobre as políticas desenvolvimentistas dos anos 1970 e o impacto da crise do petróleo ver: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org.) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990)*: Crescimento, Modernização e Política Externa. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006; CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Ampliada. Brasília: UNB, 2008; ESCOBAR. *Encountering Development*, 1995.
[335] WOLFEl. *Autos and Progress*, 2010.

aumentou a desigualdade social e beneficiou empresas estrangeiras. Dessa forma, o desenvolvimento do Brasil, tão comemorado e defendido pelos governantes desde Getúlio Vargas, não passaria de uma falácia. [336]

O ano de 1973 foi, portanto, um marco para Belo Horizonte. Pela primeira vez em muitos anos a "interminável questão da água" tinha uma solução concreta no horizonte por meio da Adutora do Rio das Velhas. Essa obra de enorme importância política teve grande destaque na mídia mineira desde sua concepção, passando por sua conturbada trajetória, até sua inauguração, quase 20 anos pós seu anúncio. Todavia, muitas regiões longe do centro da cidade e dos bairros mais nobres, continuaram sem água, pois não tinham rede de abastecimento do líquido.

No mesmo ano ocorreu uma grande crise que colocou em questão o modelo desenvolvimentista automobilista brasileiro. O impacto foi forte e a economia do país começou um processo de retração, que, obviamente, teve reflexos em Minas Gerais e na sua capital, Todavia, esse modelo de progresso continuou soberano, haja vista a chegada da Fiat em Betim, que também contribuiu para o fortalecimento industrial da RMBH no estado e o êxodo do campo para essa região. Assim, a frota de automóveis continuou (e continua) a crescer e os veículos permaneceram como um dos principais protagonistas das políticas urbanas em Belo Horizonte. Entretanto, as taxas de crescimento populacional caíram depois de seu ápice na década de 1960, facilitando, em certa medida, o trabalho de planejar o futuro da cidade e sua integração com a região metropolitana. Nesse sentido, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL), criada em 1974, teve enorme importância. Mesmo assim, muitos dos problemas aqui analisados persistiram, inclusive as enchentes, uma das maiores justificativas para as canalizações, reforçando, mais uma vez, que o grande beneficiado com esse tipo de obra foi o automóvel.

[336] FURTADO. *O mito do desenvolvimento econômico*, 1974.

CONCLUSÃO

Essa dissertação aventurou-se em um período de Belo Horizonte ainda pouco estudado pelo viés histórico, justamente quando a cidade se metropolizou e adquiriu algumas características que persistem hodiernamente na capital mineira. Vimos uma cidade em profunda transformação, com enorme crescimento populacional no período aqui estudado, principalmente na década de 1960. A capital do estado de Minas Gerais, assim como outras grandes cidades da América Latina, cresceu muito mais rápido do que poderia suportar, acentuando seus problemas urbanos. Entre essas questões, destacamos nesse trabalho a falta de água e as canalizações totais, que extinguiram os rios do cenário urbano, dando lugar ao asfalto.

As obras de canalização não podem ser consideradas obras de saneamento básico, pois elas camuflam a poluição dos rios e não resolvem o principal problema: a degradação dos cursos de água. Além disso, elas provocam problemas ambientais como o aumento da temperatura, a diminuição da umidade e prejudicam a fauna que vive diretamente em função dos rios. Esse tipo de obra foi amplamente realizada na cidade, pois atendia à demanda dos especuladores imobiliários, das empreiteiras e das indústrias automobilísticas e também da população. Esse apoio popular deveu-se, entre outros motivos, à falta de conhecimento de outras soluções possíveis em relação aos rios, fazendo com que as canalizações fossem divulgadas como a melhor alternativa para a cidade.

A substituição dos rios pelo asfalto continuou presente na vida dos belo-horizontinos após o período aqui estudado. Muitas pessoas que nasceram a partir da década de 1980 se espantam ao saber que havia vários córregos na cidade e só conhecem o rio Arrudas, que também corre o risco de desaparecer. Esse rio teve um trecho canalizado para a construção do "Bulevar Arrudas" no ano de 2006 com a justificativa de melhorar o tráfego de veículos na região central e promover a "requalificação" da área, tornando-a mais aprazível sem o córrego poluído no cenário e com a inserção do verde nas calçadas e no canteiro central. Assim, foi anunciado o plantio de quaresmeiras, ipês, entre outras plantas para o Bulevar Arrudas, estrutura viária parte da "Linha Verde", que liga o centro ao Aeroporto de Confins. [337]

[337] EM, domingo, 12 nov. 2006.

Ao chamar essa via, de tráfego de veículos intenso, de Linha Verde, reproduz-se o discurso das criações dos jardins tecnopastorais que só podem ser experimentados por meio dos automóveis, assim como as *parkways* de Robert Moses em Nova Iorque, as ruas canalizadas do "Nova BH-66" e de tantas outras obras em Belo Horizonte para o trânsito.[338] Esses jardins, para os pedestres, exercem função pedagógica, impedindo o transeunte de atravessar fora dos locais delimitados e ajuda a deixar a rua livre para o automóvel, um dos maiores protagonista das políticas urbanas desde os anos 1950 até hoje. Além disso, evocou-se, mais uma vez, o conceito de Cidade Jardim, propalado no anúncio do plantio das árvores que fariam parte dos canteiros do bulevar arrudas. Curiosamente, em várias intervenções viárias de canalização no período aqui estudado, essa ideia foi usada, como se o asfalto representasse uma melhoria ambiental na urbe, possibilitando o surgimento de uma natureza que brotaria de um ambiente criado artificialmente pelo homem, pelo progresso, no lugar de córregos sujos que atrapalham o trânsito de veículos.

Parte do ribeirão Arrudas também foi canalizado no município de Contagem, por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) lançado pelo Governo Federal, que liberou 205 milhões para a obra em 2008. O mesmo rio continua a ser coberto pelo asfalto por meio da expansão do Bulevar Arrudas na capital de Minas. Isso evidencia como as canalizações em Belo Horizonte e na região metropolitana, assim como em todo o Brasil, ainda são consideradas, pelo poder público, como a melhor solução para os problemas dos rios. Além disso, elas continuam a ser divulgadas como obras de embelezamento, de melhoramento viário e desenvolvimento.

A falta de água também não foi inteiramente resolvida com a obra da Adutora do Rio das Velhas. Obviamente na atualidade é mais fácil obter o líquido e não foram registradas outras situações de seca tão graves na capital mineira como as estudadas nessa dissertação. Entretanto, com o aumento do consumo, no futuro pode voltar a faltar água em Belo Horizonte. Os problemas sanitários ainda são comuns em toda América Latina e, aparentemente, vão persistir por muito tempo, principalmente nas regiões mais desfavorecidas e ignoradas pelo poder público.

Recentemente, vários trabalhos nas áreas de geografia, geologia, engenharia e sociologia, relacionados aos fenômenos hídricos nos ambientes urbanos, foram publicados, mostrando como esse tema ganhou relevância nos últimos anos. Alguns

[338] BERMAN. *Tudo que é sólido,* p. 283.

deles questionam as canalizações dos córregos como obras de saneamento por não existir limpeza nesse tipo de intervenção. Segundo essa vertente, o que de fato acontece ao se canalizar um rio é a camuflagem da sujeira, pois as águas, além de continuarem poluídas no subterrâneo, continuam a contaminar outras regiões. Entre os grupos mais relevantes que defendem essa hipótese destacam-se os pesquisadores do projeto Manuelzão da Universidade Federal de Minas Gerais. [339]

Outros estudos questionam a eficiência da canalização na prevenção de enchentes, uma das principais defesas dos realizadores desse tipo de obra. Luiz Brandão, professor do Departamento de Hidráulica e Saneamento da Universidade de São Paulo (USP), explica que a canalização de um córrego aumenta a vazão da água e a velocidade de escoamento, o que diminui, a princípio, o risco de enchente. Entretanto, aumentando a velocidade de escoamento, o problema é transferido para a jusante, o trecho seguinte do córrego, que pode sofrer com cheias. Isso explica o porquê de áreas que nunca tinham sofrido com enchentes na cidade de São Paulo terem começado a lidar com esse problema. [340]

Esses estudos contribuem para confirmar uma das principais hipóteses desse trabalho, a de que o projeto político que privilegiou o asfalto e o automóvel foi o principal motivo pelo surto das obras de canalização em Belo Horizonte nos anos 1960-70, mesmo porque alguns desses questionamentos, comuns entre os engenheiros e urbanistas contemporâneos, estão presentes em trabalhos da área desde, pelo menos, o final dos anos de 1960. [341] As canalizações tiveram uma importância enorme no período aqui estudado, principalmente no último capítulo, e tiveram vários sentidos nesse período, inclusive o do embelezamento da cidade por meio do asfalto, dos canteiros e árvores plantadas nas novas vias, destinadas primordialmente aos veículos, onde os pedestres tinham pouco espaço. Muitas vezes até mesmo a máxima de fazer Belo Horizonte voltar a ser a "Cidade Jardim", conceito que passou por inúmeras reinvenções ao longo das décadas em Belo Horizonte, [342] foi utilizado para defender as canalizações. Todavia, esse jardim pretendido nos projetos urbanísticos de 1960-1970 era para ser

[339] Sobre o trabalho do Manuelzão, bem como as publicações do projeto, ver: http://www.manuelzao.ufmg.br/

[340] BRANDÃO, João Luiz B. "Reservoir Operation Applied to Hydropower Systems". In: SAMADI-BOROUJENI, Hossein. (Org.). *Hydropower - Practice and Application*. Rijeka: InTech Open Access Company, 2012, p. 185-200.

[341] NUNNALLY, Nelson; KELLER, Edward. *Uses of Fluvial Processes to Minimize Adverse Effects of Stream Channelization*. Water Resources Research. Institute of the University of North Carolina, Charlotte, 1979.

[342] DUARTE. *À sombra dos fícus*, p. 27.

contemplado de dentro do automóvel. Além dessa função estética, os canteiros regravam a função de cada ser da nova rua mecânica pretendida, indicando onde os pedestres deveriam atravessar e caminhar, sem atrapalhar o fluxo de automóveis. Essa tendência, como vimos no exemplo do Boulevard Arrudas, continua em voga nas obras viárias contemporâneas.

FONTES

Acervo fotográfico do fundo Assessoria de Comunicação do Município (ASCOM). *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.*

AZEVEDO, Celso Mello de. Reorganização Administrativa. In: PBH. *Relatório*, 1956, p. 31-36.

BELO HORIZONTE. Lei 568/56, 6 de setembro de 1956. Altera e amplia dispositivos da lei nº. 519, de 29-11-55 e dá outras providências. Ver: PBH. *Relatório*, 1956.

BICALHO, Francisco de Paula. *Relatório da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras*, 1896 a*pud* BARRETO. *Belo Horizonte: Memória histórica e descritiva*, p. 553-567.

Jornal *Binômio Sombra e Água Fresca*, 17 fev. 1952.

Jornal Diário de Minas, 1948 – 1973.

Jornal Estado de Minas, 1948 – 1973.

Jornal de Minas, 1973.

BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). *Abastecimento de água de Belo Horizonte*. Sistema Adutor do Rio das Velhas. Brasília: DNOS, 1973, p. 4; FJP. *Saneamento básico*, p. 160-180.

BRITO, Saturnino. *Obras Completas, Volume VIII*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942-1944; VIANNA. *Belo Horizonte: seu abastecimento*, p. 104.

BRITO, Saturnino; IMBEAUX, Édouard. *Notes sur le tracé sanitaire des villes (technique sanitaire urbaine)*. Préface du Dr Edm. Imbeaux. Paris: Chaix, 1916.

BRITTO, Sebastião. *Prestação de Contas do Executivo Municipal relativa ao exercício de 1954 encaminhado à Egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955*. Belo Horizonte: PBH, 1955, p. 3.

CONTINENTINO, Lincoln. "Sanitarista diz que Belo Horizonte é cidade condenada". Diário de Minas, Belo Horizonte, Domingo 3 e segunda-feira, 4 de dezembro de 1967. Página 21.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos– os serviços de água e esgoto.* Coleção Centenário. Belo Horizonte: SEPLAG, FJP/CEHC, 1997. 311p

FJP. *Saneamento Básico em Belo Horizonte*: *trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto:* A Comissão Construtora e o Saneamento da Nova Capital. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996, 48p.

FJP. *Saneamento Básico em Belo Horizonte*: *trajetória em 100 anos – os serviços de água e esgoto*: os sanitaristas e Belo Horizonte - percursos na engenharia sanitária. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996. 40p.

FJP. *Saneamento básico em Belo Horizonte: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto*: Saneamento e Paisagem Urbana. Belo Horizonte: FJP, COPASA, 1996.

Fundo Secretaria Municipal do Tesouro. *Arquivo da Cidade de Belo Horizonte*

GIANNETTI, Américo Renê. *Plano Programa de administração para Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1951. Apresentado pelo Prefeito à Câmara Municipal na sessão ordinária de 22 de junho de 1951.

IBGE, Censos demográficos de 1950 e 1960.

MINAS GERAIS. Comissão Construtora da Nova Capital. *Revista Geral dos Trabalhos.* Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1895, p. 45-60.

MINAS GERAIS. Comissão d´Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital (CELINC). *Relatório apresentado a S.Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna pelo engenheiro civil Aarão Reis, jan./maio 1893*. Rio de janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 16-19

MINAS GERAIS. Congresso mineiro. "Mensagem do presidente Augusto de Lima". In: _____. *Anais do Senado mineiro: 1891*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1997, p. 26-28.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Trabalho e Cultura Popular. *Levantamento da população favelada de Belo Horizonte* - dados preliminares. Belo Horizonte: Departamento de Habitação Popular, 1966; FJP, *Saneamento básico*, p. 175.

National Archives - Records of U.S. Foreign Assistance Agencies, 1948-1961. http://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/469.html, acessado em: 19/06/2013.

PBH. *Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado. Outubro de 1928*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928, p. 176-177.

RELATÓRIOS anuais apresentados pelos prefeitos, 1899-1975:

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). *Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Christiano Monteiro Machado (outubro de 1928).* Exercício 1927-1928. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1928, p. 176-177.

PBH. *Relatório Anual de 1956 [Celso Mello de Azevedo]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905, p. 31.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo Prefeito Benjamim Brandão em janeiro de 1910*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1910, p. 10.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911, p. 5.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 10 de setembro de 1903*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1903, p. 9.

PBH. *Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro. 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1902, p. 121.

PBH. *Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em setembro de 1912*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1912, p. 7 e 8.

PBH. *Relatório de 1955 apresentado à Camara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo em fevereiro de 1956*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956; DM, quinta feira, 2 fev. 1956.

PBH. *Relatório de 1957 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo em fevereiro de 1958*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958, p. 2/2 e 2/3.

PBH. *Relatório de 1959 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Fevereiro de 1960*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1960.

PBH. *Relatório de 1963 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Jorge Carone Filho. Fevereiro de 1964*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1964.

PBH. *Relatório do exercício de 1948. Prefeito Octacílio Negrão de Lima*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

PBH. *Relatório do exercício de 1966 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Janeiro de 1967*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1967;

PBH. *Relatório do exercício de 1967 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Janeiro de 1968*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

PBH. *Relatório do exercício de 1968 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Março de 1969*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.

PBH. *Relatório do exercício de 1971 enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Março de 1972*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1972; DM, terça-feira, 3 jul. 1973.

PBH. *Relatório do prefeito - 1970 [Luiz Gonzaga de Sousa Lima]*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.

PBH. *Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek Oliveira para o Governador Benedicto Valladares Ribeiro, 1940-1941*. Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1942.

PBH. *Relatório,* 1958; PBH. *Relatório de 1958 apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Janeiro de 1959.* Relatório. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1959.

PIERUCCETTI, Oswaldo. "Nova BH-66*"*. Balanço da administração de Oswaldo Pieruccett. Belo Horizonte, suplemento de *O Cruzeiro*, ASA, 1966.

PLAMBEL. *A estrutura urbana da RMBH*: o processo de formação do espaço urbano. v. 1. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1986, p. 50-80.

Revista Alterosa, n. 309, 1 jul. 1959, p. 26-32.

"Inventário Sumário do Dossiê da Comissão Especial destinada a apurar as causas sobre o rompimento da Barragem da Pampulha 1936-1956." (BRA.30000. APCBH//AC.00.00.00-01).

"Resgate de Adolescente em rede de esgoto" http://g1.globo.com/videos/minas-gerais/mgtv-2edicao/t/edicoes/v/mgtv-30-anos-relembre-o-resgate-de-adolescente-em-enxurrada-em-belo-horizonte-em-1995/2368170/. Acessado pela última vez no domingo, 9 de junho de 2013.

Projeto Manuelzão: http://www.manuelzao.ufmg.br/

Fontes Orais:

VIANNA, Newton; VIANNA, Dalmo. Entrevista durante o Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 5 jun. 2009. Entrevista concedia a Yuri Mello Mesquita.

SOUZA, Luiz. Entrevista durante o Programa Cestas da Memória do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte, junho de 2012. Entrevista concedia a Yuri Mello Mesquita.

Referências Bibliográficas:

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos subúrbios da nova capital:* formação de espaços urbanos na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 445f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org.) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990)*: Crescimento, Modernização e Política Externa. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006;

ARANTES, Antonio A. "A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano". *Revista do Patrimônio-IPHAN*, Ministério da Cultura, n. 23, 1994.

AUGÉ, Marc. *Non-places:* Introduction to an anthopology of supermodernity. Translated by John Howe. London, 1995.

BARBOSA, D. H. D. "Desenvolvimento Econômico e Pensamento Desenvolvimentista: o caso de Minas Gerais (1933-1968)". In: *Anais do IV Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/Desenvolvimento%20economico%20e%20pensamento%20desenvolvimentista%20-%20Daniel%20Henrique%20Diniz%20Barbosa.pdf Acessado no dia 15/05/2012.

BARRETO, A. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*: história antiga e história média. Belo Horizonte: FJP/CEHC, 1995, p.430-432. 2v.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BRAILOVSKY, Elio. *Buenos Aires, ciudad inundable*: porque está condenada a un desastre permanente. Buenos Aires: Editorial Capital Intelectual, 2010.

BRANDÃO, João Luiz B. "Reservoir Operation Applied to Hydropower Systems". In: SAMADI-BOROUJENI, Hossein. (Org.). *Hydropower - Practice and Application*. Rijeka: InTech Open Access Company, 2012, p. 185-200.

BUENO, Clodoaldo. "Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961)". In CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil, 3ª edição ampliada*, Brasília, UNB, 2008.

CASTRO E SILVA, Paládio Barroso; VIANNA, Newton dos Santos. "O Abastecimento de Água e o Serviço de Esgotos de Belo Horizonte." In: *IV Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária; VIII Seminário dos Professores de Engenharia Sanitária*. Brasília, 1967;

CERTEAU, Michel de. “Walking in the City”. In: _____. *The Practice of Everyday Life*. Translated by Steven Rendall. Berkeley. Los Angeles: University of California Press, 1984.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Ampliada. Brasília: UNB, 2008.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional:* formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONTINENTINO, Lincoln. *Saneamento e urbanismo*. Belo Horizonte: s.e., 1937.

CRONON, William (org). *Uncommon Ground – rethinking the human place in nature*. New York: W.W. Norton & Company, 1996

DAGENAIS, Michèle ; DURAND, Caroline. “Cleansing, Draining, and Sanitizing the City: Conceptions and Uses of Water in the Montreal Region”. *The Canadian Historical Review*, 87, n. 4, p. 621-651, dec. 2006.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Bomtempo, 2006.

DINIZ, Clélio Campolina. *A questão regional e as políticas governamentais no Brasil*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, FACE, UFMG, 2001.

_____. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1981

DUARTE, R. H.; OSTOS, N. S. “Entre ipês e eucaliptos”. *Nómades*. Bogotá, n. 22, 74-85, abril 2005.

DUARTE, Regina Horta. “À sombra dos ficus: cidade e natureza em Belo Horizonte”. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. X, n. 2, p. 25-44, jul.-dez. 2007;

_____. “*Nem parece que a gente está no Brasil*”: Country clubs e condomínios privados numa cidade brasileira, Belo Horizonte, 1951-1964. Belo Horizonte, (MIMEO), 2011.

_____. “Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil”. *Luso-Brazilian Review*, v. 41, n. 2, 2005.

DULCI, Otávio. “João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.), *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

_____. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

EAKIN, Marshall C. *Tropical Capitalism: The Industrialization of Belo Horizonte, Brazil*. New York: Palgrave, 2001.

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development*: the Making and Unmaking of the Third World. NY: Princeton University Press, 1995.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Formação econômica do Brasil.* 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007:

GARCIA, Luís Henrique Assis. *Águas passadas*: as memórias sobre enchentes e o processo de territorialização às margens do Rio Doce em Governador Valadares (1979-1997). UFMG. (MIMEO), 2011.

_____. "Ruptura e expansão: Pampulha em contrastes (1954 – 1979)". In: PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (org.). *Pampulha Múltipla*: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007.

GOMES, Ângela de Castro (org.), *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GORELIK, Adrián. *Miradas sobre Buenos Aires: historia cultural y critica urbana*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick et. al. *Economia Brasileira Contemporânea*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).* SP: Paz e Terra, 1979.

KAMEL, Roberto Chafik Abu. *Gestão Municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960).* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007.

KOOLHAAS, Rem. *Nova York Delirante*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica do tempo histórico. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2006.

LEGÉ, Bernard. "Reabilitação e desobstrução simbólica. É possível uma justiça espacial?" *Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história,* PUC-SP. São Paulo: educ, FAPESP, 1999.

MELOSI, Martin V. *Effluent América: Cities, Industry, Energy, and the Environment,* Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2001.

_____. *Garbage in the Cities. Refuse Reform, and the Enviroment*. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2005.

_____. *The Sanitary City*: Environmental Services in Urban America from Colonial Times to the Present. Abridged Edition. Pittsburgh, Pennsylvania: University of Pittsburgh Press, 2008.

MESQUITA, Yuri. "Os Rios e a Cidade, espaço, sociedade e as políticas públicas em relação ao saneamento básico em Belo Horizonte, 1964 – 1973". *Revista Espacialidades,* UFRN, Dossiê História, espaço e imagens, v. 3, n.2. Natal, 2010

NUNNALLY, Nelson; KELLER, Edward. *Uses of Fluvial Processes to Minimize Adverse Effects of Stream Channelization*. Water Resources Research. Institute of the University of North Carolina, Charlotte, 1979.

ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

RYAN, William James. "Reporting the '51 Flood: An Oral History of the Impact of a Natural Disaster on Local Broadcast News". In: *American Journalism Historians Association Annual Meeting*. Lawrence, Kansas, October 1-3, 1992.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985;

SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEDREZ, Lise. *Cidade alagada*: chuvas de verão, classe e estado no Rio de Janeiro 1966-1967. Long Beach: California State University, 2008.

SILVA, Regina Helena Alves da; FENELON, Déa Ribeiro. *A cidade de Minas*. 1991. Belo Horizonte, 1991. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, 1991.

SILVA. Regina Helena A. *A Invenção da Metrópole*. 2007.Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, USP, 1997.

SIQUEIRA, Daniela Giovana. *Cenas de um Horizonte Político:* O ano de 1963 e a produção de cinejornais a serviço de uma administração municipal na capital de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. "Expansão urbana de belo horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90". In: *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira* [Proceedings of the 13th Seminar on the Economy of Minas Gerais], 2008.

STORY, Emily. *Constructing Development:* Brasília and the Making of Modern Brazil. 2006. Dissertation (for the degree of Doctor of Philosophy in History) - Faculty of the Graduate School, Vanderbilt University, Nashville, Tennessee, (MIMEO), 2006.

STORY, Emily. “The heart of Brazil: Envisioning the Planalto Central”. In: História ambiental e Cultura da Natureza, *IV Simpósio da Sociedade Latino Americana e Caribenha de História Ambiental*. Diamantina: Editora Maria Fumaça, 2008.

TELLES, Vera da Silva. “Trajetórias Urbanas: Fios de uma descrição da cidade”. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). *Nas tramas da cidade:* trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800).* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VIANNA, Newton dos Santos. *Belo Horizonte:* seu abastecimento de água e sistema de esgotos 1890 - 1973. Belo Horizonte, 1997.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A Política Externa do Governo JK (1956-61)”. In: ALBQUERQUE, José Augusto Guilhon e CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org.) *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930 – 1990) Volume I: Crescimento, Modernização e Política Externa*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

WOLFE, Joel. *Autos and Progress*: The Brazilian Search for Modernity. New York: Oxford University Press, 2010.

WOSTER, Donald. *The Ends of the earth : perspectives on modern environmental history*. Cambridge : Cambridge University Press, 1988